

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DANIELA CELUPPI

**JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR E SEU RETORNO PARA O CAMPO:
A TRAJETÓRIA DE JOVENS DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ**

PATO BRANCO – PR

2021

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DANIELA CELUPPI

**JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR E SEU RETORNO PARA O CAMPO:
A TRAJETÓRIA DE JOVENS DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ**

**YOUTH OF FAMILY AGRICULTURE AND THEIR RETURN TO THE FIELD: THE
TRAJECTORY OF YOUNG PEOPLE OF FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* de Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dra. Norma Kiyota.

PATO BRANCO – PR

2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es).

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco**



DANIELA CELUPPI

JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR E SEU RETORNO PARA O CAMPO: TRAJETÓRIA DE JOVENS DE FRANCISCO BELTRÃO-PARANÁ

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestra Em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de aprovação: 21 de setembro de 2021

Prof.a Elisa Guarana De Castro, Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Ufrj)

Prof.a Josiane Carine Wedig, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Miguel Angelo Perondi, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 19/10/2021.

Campo, Juventude e Atitude

*“Num mundo onde tudo muda,
no tempo, na geografia,
será que a juventude
a agricultura mudaria
ao buscar outras leituras
e procurar outras vias
de um campo transformado
com uma cara que se apure
com a alma da juventude?”*

*Será que a juventude,
se imbui, em seus traços,
de mudar, com atitude,
os seus tempos e espaços
para que suas paisagens,
na prática, se reinventem
de modo que se apresentem
com suas potencialidades
e tragam desenvolvimento
aos campos e às cidades?*

*Será que a juventude,
é dada a refazer seu mundo?*

*Ela vibra, ela muda
os movimentos, os sindicatos
para mudar, na vida,
e questionar as políticas
que embaçam os seus passos?*

*A juventude careceria
de buscar outras vias
que o campo mudaria?”*

(Luiz Carlos Flávio)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e as suas diversas formas de mostrar que, durante todo o caminho percorrido, ele estava presente.

Ao meu anjo da guarda, todos tem um. Mas sobre o meu, sinto o cheiro, os conselhos, a voz que acalma, apazígua e motiva. Foi luz e amor no meu caminho!

Agradeço aos(às) jovens agricultores(as) familiares, que deram vida a essa pesquisa e encheram as páginas da história com esperança e vitalidade.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), *Campus* de Pato Branco, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), que oportunizou a realização do mestrado.

À FETRAF-PR e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Francisco Beltrão, entidades que historicamente lutam e fazem a defesa desta categoria tão vital para o desenvolvimento local, regional e nacional.

A minha família: pais, irmãos, cunhadas, sobrinhas, os quais foram fundamentais no decorrer de todo o percurso. Obrigada pelo apoio, pela confiança e pela paciência!

Aos amigos e às amigas que tornaram o caminhar mais leve e também mais comprometido, cito, em especial: Marcelo, Everton e Cris, que foram muito mais que parceiros, vivenciando comigo as angústias e as pequenas alegrias. Ao Elizandro, à Luciana e à Josenilda, que entre uma viagem e outra ouviam e participavam atentamente das análises da pesquisa.

A minha orientadora, Prof^a. Dra. Norma Kiyota, pessoa que tenho profunda admiração desde que conheço (e faz um bom tempo) e sempre que me imaginava fazendo Mestrado, já desejava que fosse minha orientadora. Obrigada por tudo e por tanto! Você além de me motivar, instigar-me, fazer-me enxergar além do óbvio, ajudou-me a crescer como gente.

Ao Guilherme e ao Bernardo, minhas duas preciosidades. A vocês todo o meu amor!

Ao Diego, à Vera e à Cleimara, que não me deixaram sozinha nas etapas de seleção do Mestrado, que saíram comigo de Francisco Beltrão e ficavam na porta da Universidade esperando minha saída. Vocês foram parte fundamental naquele momento!

A toda a rede de apoio que tive durante o percurso, e sei que isso é um grande privilégio. Carinhosamente, quero agradecer ao Maciel, ao nono Omar, a nossa amada nona Salete que não está mais no nosso meio (que é um rosto entre milhares de pessoas que perderam a vida, lutando com esse vírus da COVID-19, que diariamente nos adoece), mas que durante todo o tempo que precisei me ausentar, ela estava ali sendo presença na vida do nosso pequeno Bernardo, à tia Sale e à Beatriz. A todos vocês, minha gratidão!

Enfim, agradeço a todos que me ajudaram a concluir este processo, tão importante para a minha formação pessoal e profissional.

RESUMO

Esta dissertação trata acerca da investigação realizada no interior do município de Francisco Beltrão, com jovens agricultores(as) familiares que retornaram para o campo, depois de um período de trabalho e vivência no meio urbano. A pesquisa caminha na contramão de grande parte das pesquisas que discutem sobre jovens, relacionando-os(as) à migração para os centros urbanos. Assim, o público alvo foi jovens agricultores(as) familiares do município de Francisco Beltrão, localizado na Região Sudoeste do Paraná, associados(as) ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – SINTRAF, filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Paraná – FETRAF-PR e à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CONTRAF. O objetivo geral da pesquisa foi analisar os fatores que motivam o retorno, ao espaço rural, de jovens da agricultura familiar no município de Francisco Beltrão – PR. Os instrumentos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram questionários, entrevistas e análise teórica sobre o tema. Como resultado, ressalta-se que escolha pela vida no espaço rural não se restringe unicamente a razões profissionais ou de renda, mas se alicerça no modo de vida, nos vínculos pessoais com o lugar, na qualidade de vida, ou seja, tem um valor que vai muito além do monetário. Dessa forma, compreende-se que os(as) agricultores(as) familiares, especialmente os(as) jovens que permanecem no campo ou, especialmente no caso desta pesquisa, aqueles(as) que retornam, criam as estratégias que reduzem o impacto e as incertezas que, por vezes, o espaço rural lhes apresenta.

Palavras-chave: Juventude. Agricultura Familiar. Retorno para o Campo. Sucessão.

ABSTRACT

This dissertation deals with the investigation carried out in the interior of the city of Francisco Beltrão, with young family farmers who returned to the countryside, after a period of work and living in the urban environment. The research goes against the grain of much of the research that discusses young people, relating them to migration to urban centers. Thus, the target audience was young family farmers from the municipality of Francisco Beltrão, located in the Southwest Region of Paraná, associated with the Union of Workers and Workers in Family Farming – SINTRAF, affiliated to the Federation of Workers in Family Farming of State of Paraná – FETRAF-PR and the National Confederation of Workers in Family Farming in Brazil – CONTRAF. The general objective of the research was to analyze the factors that motivate the return, to the rural space, of young people from family farming in the city of Francisco Beltrão – PR. The methodological instruments used for data collection were questionnaires, interviews and theoretical analysis on the subject. As a result, it is noteworthy that the choice for life in rural areas is not restricted solely to professional or income reasons, but is based on the way of life, on personal links with the place, on quality of life, that is, it has a value that goes far beyond monetary. Thus, it is understood that family farmers, especially young people who remain in the field or, especially in the case of this research, those who return, create strategies that reduce the impact and the uncertainties that the rural space sometimes presents to them.

Keywords: Youth. Family farming. Return to the Field. Succession.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do município de Francisco Beltrão – PR, com identificação de todas as comunidades rurais.....	37
Figura 2 – Encontro Estadual da Juventude da FETRAF-PR (2014).....	70
Figura 3 – Mapa da localização dos(as) jovens pesquisados(as) (Francisco Beltrão, 2021).....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade dos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.....	74
Gráfico 2 – Com quem moram os(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.....	75
Gráfico 3 – Construção da moradia dos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.....	76
Gráfico 4 – Área de terra dos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.....	77
Gráfico 5 – Tempo de retorno para o campo dos(as) jovens sindicalizados(as).....	78
Gráfico 6 – Políticas públicas ou programas acessados pelos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.....	79
Gráfico 7 – Motivos que levaram os(as) jovens sindicalizados(as) a saírem do campo – Francisco Beltrão, 2020.....	80
Gráfico 8 – Motivos que levaram os(as) jovens sindicalizados(as) a retornarem para o campo.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição de juventude em diferentes abordagens.....	30
Quadro 2 – Pais entrevistados (Francisco Beltrão, 2021).....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População jovem residente no meio rural no município de Francisco Beltrão – PR, em 2000 e 2010.....	25
Tabela 2 – Estabelecimentos Agropecuários.....	38

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAD/PRO – Cadastro de Produtores Rurais
CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório
CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPEA/USP – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DESER – Departamento Sindical de Estudos Socioeconômicos Rurais
DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
ME – Ministério da Educação
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MMC – Movimento Mulheres Camponesas
NPT – Nossa Primeira Terra
PIB – Produto Interno Bruto
PNJSR – Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: DA JOVEM AGRICULTORA FAMILIAR DIRIGENTE SINDICAL À PESQUISADORA.....	16
1 INTRODUÇÃO.....	19
2 A METODOLOGIA DA PESQUISA.....	28
2.1 Instrumentos de pesquisa, de coleta e de análise de dados.....	31
2.2 Conhecendo a região sudoeste do paraná e o município de Francisco Beltrão – onde geograficamente os(as) jovens estão inseridos(as).....	33
3 REFERENCIAL TEORICO.....	39
3.1 Agricultura Familiar: conceitos e sua importância para o desenvolvimento local.....	39
3.2 Juventude da Agricultura Familiar: conceitos, perspectivas e desafios.....	46
3.2.1 Juventude da Agricultura Familiar: Sucessão, Herança e Retorno.....	50
3.3 A ressignificao do rural pelo olhar da juventude e o seu retorno para o campo.....	59
3.3.1 Sindicalismo da Agricultura Familiar: a sua história e a sua relao com o retorno dos(as) jovens para o campo.....	63
3.3.2 Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Francisco Beltrão: a sua história e o seu trabalho com a juventude.....	71
4 “MALA NA GARUPA”: FASE EXPLORATÓRIA, AS ANÁLISES E AS EXPERIÊNCIAS.....	72
4.1 Caracterizao dos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram ao campo.....	73
4.2 Reflexões importantes que emergiriam a partir da pesquisa.....	88
5 COMO SE CONSTITUI O CAMINHO DO RETORNO: COLHENDO OS RESULTADOS.....	95
5.1 E os pais?.....	95
5.2 A sucessão e a herança.....	101
5.3 E os(as) jovens?.....	103
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICES.....	144

APÊNDICE 1 – PERCEPÇÕES SOBRE A JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR: GRUPO FOCAL.....	145
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PAIS.....	146
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS(AS) JOVENS.....	147

APRESENTAÇÃO: DA JOVEM AGRICULTORA FAMILIAR DIRIGENTE SINDICAL À PESQUISADORA¹

Antes da pesquisa e da academia estarem presentes no cotidiano, a minha trajetória estava ligada ao movimento sindical rural e da agricultura familiar. Primeiro, na condição de jovem agricultora familiar e, depois, como dirigente.

Creio ser importante explicar por que o tema da juventude é tão importante para mim. Eu era uma jovem agricultora familiar e com 17 anos (ano 2000) comecei a participar de processos formativos que eram disponibilizados para o Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do País pertencentes a base da Frente Sul da Agricultura Familiar local, sendo que, em uma destas atividades, convidaram-me para um curso de formação de doze etapas de uma semana, na cidade de Chapecó. Entendo que ali foi o início da minha história no movimento sindical, pois, daquele ano em diante, minha rotina era uma mochila nas costas e uma poltrona de ônibus. E lá íamos nós², percorrendo todos os lugares, conversando com tantos jovens de locais diferentes, construindo uma proposta concreta de política pública para a juventude rural, fortalecendo o debate da importância destes e destas jovens para o presente e para o futuro da agricultura familiar, sensibilizando os Sindicatos de base sobre o papel da juventude para potencializar a ação destes. Foram muitos atos massivos com jovens, como os Acampamentos de Juventude (Xanxerê, 2003; Esteio, 2006; Concórdia, 2011; Candió, 2012; Ipê, 2012 e Rio Fortuna, 2012). Isto teve um peso importante, pois, para uma categoria que, como aponta Castro (2017), era invisibilizada, esta passa a ser reconhecida por parte do governo e, também, pelos próprios dirigentes do movimento sindical.

Esse meu primeiro tempo de participação nas ações da juventude foram de 2000 a 2003, lembrando que neste período, eu não tinha nenhuma remuneração, então, quem custeava as minhas despesas eram os meus pais que estavam na unidade de produção com dois irmãos rapazes. No ano de 2004, houve o processo de eleição da nova direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco

¹ Ressalta-se que esta primeira parte da dissertação está escrita na primeira pessoa do singular, pois se trata da trajetória de vida da pesquisadora.

² Nesta época existia um coletivo de jovens dos três estados do Sul – que se compunha dentro da estrutura da FETRAF-SUL/CUT.

Beltrão³ e eu fui eleita como secretária-geral. Assim, passei de uma função Regional Sul para atuar exclusivamente na base do Sindicato, foi um tempo fundamental para o crescimento e o amadurecimento de lapidação de uma dirigente consciente do seu papel no projeto defendido para a agricultura familiar.

Nesse mesmo período, a FETRAF-SUL/CUT formalizou um convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS para duas turmas de graduação: uma em Pedagogia (Cruz Alta) e a outra em Desenvolvimento Regional (Sananduva). A partir disso, no ano de 2002, fui para um lugar que não conhecia e comecei a cursar, juntamente com mais 30 alunos(as), em sua grande maioria jovens agricultores(as), o curso de Pedagogia. Era um curso em regime de alternância, o que possibilitou cursar a licenciatura e permanecer atuando no Sindicato.

Depois de um mandato como secretária, na próxima eleição me tornei presidenta do Sindicato, sendo a terceira mulher presidenta da história. Jovem com 24 anos, agricultora familiar, mulher, foi um tempo delicado até que associados assimilarem a ideia de ter, segundo eles, “uma menina” à frente de uma entidade referência no país, quando se trata de Sindicalismo Rural.

No primeiro mandato, as ações foram pensadas para o fortalecimento local do Sindicato, coletivo de mulheres e jovens, atuando no trabalho de base e formação de novas lideranças. No decorrer do segundo mandato, voltei para a ação política nos três estados do Sul, sendo eleita, em 2010, secretária de juventude da FETRAF-SUL/CUT. A atuação também se deu em conselhos (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF e Conselho Nacional da juventude – CNJ), participando ativamente para a realização da Conferência Nacional de Juventude, sendo que o debate era aberto, precisávamos para além do discurso político, políticas públicas para a permanência do jovem no espaço rural. Ressalta-se que até este período não se visualizava jovens retornando para o campo.

Foram 1,5 mandatos na FETRAF-SUL/CUT, totalizando cinco anos. Depois disso, o desafio estava em outro campo, o da política partidária. Então, no ano de 2012, disputei minha primeira eleição como vereadora, sendo a mais votada para aquele mandato (1976 votos), mas não assumi esta função. Dentro de uma

³ O Sindicato, depois de uma mudança estatutária, passou a se chamar Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – SINTRAF. Esse é o nome utilizado durante a pesquisa,

composição, fui para a Secretaria de Desenvolvimento Rural. O papel como gestora nos remete à responsabilidade de criar mecanismos e meios para que os(as) agricultores(as) familiares tenham políticas públicas locais, fortalecendo sua potencialidade na unidade de produção. E, foi neste período que começaram a surgir jovens retornando para o campo, sendo que até este momento era só uma constatação, pois a função que eu exercia permitia acompanhar este movimento de retorno⁴.

Depois do tempo de atuação na Secretaria, que foi até julho de 2015, retornei para a Câmara de Vereadores, onde conclui o mandato e fui candidata à reeleição, sendo mais uma vez eleita, mandato esse que conclui em 2020.

Por que contar essa história? Primeiro por que ela faz parte da minha trajetória e constitui o que sou hoje. O tema da juventude rural sempre foi um tema presente na minha vida, pois sei dos desafios diários deste grupo que, por muitas vezes, luta para permanecer e, principalmente, retornar para o campo. E, também, porque toda a minha trajetória como militante me exige a responsabilidade de que a pesquisadora que desperta em mim busque não respostas exatas e nem fórmulas mágicas, mas possibilidades que apontem melhorias para esta categoria tão essencial para a continuidade da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento regional.

Compreender esse processo do retorno dos(as) jovens através da pesquisa é uma tarefa instigante e desafiadora, mas, como afirma a socióloga Saffioti (2015, p. 45): “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele”. Desta forma, sinto-me parte desse processo de organização da juventude rural e sinto, na condição de pesquisadora, que devo contribuir com este tema.

⁴ Muitos(as) jovens chegavam até a secretaria para acesso à habitação, ao crédito fundiário, ao bloco de produtor rural, para se inscrever em feiras e no Programa de Alimentação Escolar – PNAE.

1 INTRODUÇÃO

A representatividade e a importância que a agricultura familiar exerce para o desenvolvimento rural diz respeito não somente à responsabilidade de produzir parte dos alimentos de autoconsumo, mas, também, pela geração de empregos, pela preservação do meio ambiente e pelas relações sociais (ABRAMOVAY, 2003). Entretanto, diversas comunidades rurais permaneceram à margem da grande modernização, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas, também, de outras inúmeras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas.

A agricultura familiar, nas diferentes regiões, tem em comum as dificuldades enfrentadas para estabelecer a sucessão geracional nas unidades de produção, bem como, os índices preocupantes de esvaziamento das comunidades rurais, os quais se relacionam com a crescente masculinização do campo e com o envelhecimento da população rural. Aliado a isto, o êxodo rural que afeta a agricultura familiar atinge as populações jovens com mais ênfase que em momentos anteriores (COSTA JÚNIOR, 2007).

O grande desejo da juventude da agricultura familiar é a de ser reconhecida pelo que ela realmente representa e não por estereótipos construídos ao longo de décadas. Muitas vezes, o canto que embalava nossos encontros de juventude era “não é preciso ser filho de doutor, jovem da roça também tem valor”⁵, como se precisasse provar a sua importância comparando ao(à) jovem urbano. E, esta comparação parecia justificar, desde a falta de acesso aos bens culturais urbanos, ao lazer, à comunicação e ao transporte de qualidade, até o calçado cheio de barro em dia de chuva, o que era normal acontecer, devido à precariedade do transporte escolar e à longa distância a ser percorrida até chegar ao “ponto” do ônibus que o levaria a escola.

Em todo o tempo em que atuei no movimento sindical ligado à agricultura familiar, quando o tema em debate era a juventude, a fala sempre era no sentido de

⁵ Música de Antônio Gringo: “Jovem da roça também tem valor”. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjDzcG6o_vAhUkLLkGHdfMDbwQyCkWAHoECAMQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3DtS6rtTGaJRY&usg=AOvVaw2YI6Og2S69j-nhATQ1JI-V.

entendermos como os(as) jovens enxergavam o rural e o que eles(as) pensavam sobre as condições vividas neste espaço, como se davam as relações familiares, como se constituía o processo sucessório das unidades de produção e a consolidação de um projeto produtivo em que estes(as) tivessem participação, mas, principalmente, o questionamento de porquê o jovem migrava para a cidade.

Em muitos momentos, dirigentes do movimento sindical entendiam a juventude somente como o futuro da agricultura familiar, como se estes não tivessem condições de pensar um projeto de vida enquanto jovem. É importante lembrar que o processo de reprodução social da agricultura familiar privilegia apenas alguns(as) filhos(as), por isto, sempre houve a “escolha” do(a) filho(a) sucessor(a). Assim sendo, sempre há a possibilidades de alguns(as) filhos(as) terem um projeto de vida na agricultura e outros(as) em áreas diversas. O importante é o(a) jovem ter oportunidade de escolha.

Nesse período, como jovens lideranças da agricultura familiar⁶, sempre buscávamos dizer que nossa função era debater o papel da juventude com os(as) jovens das comunidades, dos municípios e dos estados⁷, e que nunca poderíamos dizer que “os(as) jovens deveriam se fixar no campo”, até porque o termo fixação conota como algo fixo em algum lugar. O que buscávamos, naquele momento, e os(as) jovens continuam buscando, é o poder de escolha. Mas, o debate sempre girava no âmbito da saída dos(as) jovens do meio rural. Por que eles(as) saíam? Quais elementos as(os) atraíam para migrar para a cidade?

Para as(os) jovens escolherem viver no espaço rural é necessário ter algumas condições que favoreçam esta opção. Condições, como: renda, políticas públicas eficientes, acesso às tecnologias, transporte de qualidade, lazer, cultura e ter um projeto na unidade de produção definido junto com a família, tendo em vista que a maior parte dos(as) jovens migram para as cidades devido aos conflitos geracionais e à falta de autonomia financeira. Neste sentido, um dos maiores apontamentos dos(as) agricultores(as), mais especificamente dos(as) jovens, em relação às vantagens do meio urbano, é a renda, sendo que a remuneração mensal e os direitos trabalhistas impulsionam a migração deles(as) para o meio urbano (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015).

⁶ Nesse período, a minha atuação era pela FETRAF-SUL/CUT.

⁷ Nesse período, a atuação geográfica da FETRAF-SUL/CUT era nos três estados do Sul.

Além disso, muitos(as) jovens cresceram ouvindo de seus pais: “estudem para poder ter um emprego na cidade”, “estudem para não ter que puxar carroça”, “estudem para serem alguém na vida”. Estas falas foram construindo estereótipos, ao longo do tempo, apontando que para ser um(a) jovem agricultor(a) não precisaria estudo e nem formação para o trabalho no espaço rural. Nos casos em que alguns(as) jovens foram para a cidade e voltaram para o campo, os comentários foram: “deve ter se dado mal na cidade para ter que voltar”, como se o voltar para o espaço rural fosse o pior dos cenários, condição esta que vem se desconstruindo nos últimos anos.

Sobre isso, Carneiro (1995) discute sobre as várias dificuldades que as(os) jovens rurais enfrentam ao migrarem para as cidades, como: violência, falta de uma rede familiar para apoio, custo elevado para se manter (aluguel, água, luz, alimentação), dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, entre outras. Apontando que estas dificuldades

[...] têm levado os jovens a "descobrirem" que podem ter um padrão de vida bem satisfatório no campo onde contam com um conjunto de facilidades inexistentes na cidade, sobretudo a da moradia. Estabelecer residência na localidade de origem passa a ser valorizado não só por motivos econômicos, mas também em decorrência da idealização da vida rural pelos moradores da cidade. Abrir novas alternativas de trabalho no campo é um projeto que surge em função da perspectiva de estreitamento dos laços com a cidade, favorecido pelas facilidades dos meios de comunicação. É nesse contexto que os ideais da juventude rural apontam para uma síntese, que definimos como projeto de vida urbano (CARNEIRO, 1995, p.15).

E, por esta pesquisa estar inserida em um programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, é importante relacionar a potencialidade da agricultura familiar, especialmente neste contexto da juventude, para o fortalecimento e o desenvolvimento da região. Isto é, compreender as dinâmicas de geração de renda, de seus projetos produtivos e do novo dinamismo apresentado por estes(as) jovens para o espaço rural. Diante disto, o objetivo não é defender o seu retorno para o meio rural, o intuito desta investigação, de forma qualitativa, é identificar os aspectos que nortearam as decisões e quais foram os fatores que determinaram as escolhas deles(as) para o retorno ao espaço rural.

De forma concreta, visamos compreender as novas perspectivas que possibilitam este cenário de retorno dos(as) jovens. Durante o percurso da pesquisa,

algumas perguntas orientam a escrita: como eles(as) constroem este caminho de retorno para o campo? O que é ressignificado no espaço rural por estes(as) jovens que decidiram retornar para o campo? Como ocorre a consolidação de seus projetos produtivos? Como acontece a construção dos processos sucessórios nessas unidades de produção?

O que se nota é que houve uma revitalização do meio rural, com a ampliação do acesso a políticas públicas, melhorias nas condições de infraestrutura, de mobilidade, qualidade de vida, inclusão digital e acompanhamento técnico. O que oportuniza aos(às) jovens que saíram deste espaço, retornar com condições de gerar renda e de manter certa relação com o meio urbano.

A juventude passou a ressignificar o rural, não mais como um lugar de atraso e de penosidade, mas de oportunidades e de qualidade de vida. Para entender esta revitalização e a ressignificação do rural pela juventude, é necessário compreender o conceito da agricultura familiar, o histórico de modernização, os seus impactos na vida das famílias agricultoras e, principalmente, as suas potencialidades.

Assim, esta dissertação inicia com a apresentação da pesquisadora, seguida pela introdução, que é composta pelo problema de pesquisa, pelos objetivos geral e específicos e pela justificativa. Na sequência, apresenta o marco metodológico e o referencial teórico. E, por último, discute os resultados da pesquisa e traz as considerações finais.

O referencial teórico envolve os temas referentes à agricultura familiar, o papel do sindicalismo rural e a sua relação com a juventude, e como o movimento contribui para o retorno dos(as) jovens para espaço rural, a juventude rural, a ressignificação do rural e as políticas públicas.

Para realizar tal estudo, foi necessária uma revisão bibliográfica, sem a qual seria impossível compreender o universo investigado e atingir os objetivos propostos. Além disto, para embasar o projeto de pesquisa, foi realizada uma pesquisa exploratória com os jovens que retornaram e são associados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Francisco Beltrão – SINTRAF.

Ao abordar a realidade dos(as) jovens no campo, considerando seu momento de desenvolvimento e os contextos histórico e cultural, estabelecem-se

questionamentos quanto à permanência na unidade de produção e a, conseqüente, continuidade dos afazeres junto à família ou ao abandono destes, buscando por melhores condições de vida nas cidades (DALCIN; TROIAN, 2009). Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (2014), os(as) jovens que saem do campo são atraídos pelos centros urbanos devido ao acesso à educação, ao trabalho, à renda e pela falta de políticas públicas voltadas ao bem estar da população rural. Desta forma, a saída do campo passou a ser uma condição e não uma necessidade ou desejo.

Silva (2011) relata que a imagem do(a) jovem rural é tida como negativa diante da sociedade contemporânea: “A caracterização do ser jovem do campo já vem imbuída de uma carga de significados preconceituosos que tratam essa categoria como sujeitos que não merecem a devida confiança” (SILVA, 2011, p. 3).

Aliado a isso, para Stropasolas (2002), abordar o contexto da juventude rural coloca em relevo esse fenômeno como um problema em obter-se uma identidade social, uma vontade de afirmar a dignidade do lugar que se ocupa no mundo social, a sua utilidade para os outros e o desejo de ser alguém. Assim, os estudos que vêm surgindo sobre a juventude rural tentam responder a questões fundamentais, dentre elas: quem são, onde vivem, como vivem, o que pensam e como projetam o seu futuro (WANDERLEY, 2007). Considerando as abordagens sobre o tema da juventude, esta proposta tem como problemática investigar os motivos e os aspectos que fazem com que os(as) jovens retornem para o campo. Que tipo de jovem tem a oportunidade de voltar para o campo? É importante ter essa compreensão e fazer o recorte de que tipo de jovem falamos. São jovens majoritariamente brancos, de ascendência alemã e italiana, que minimamente tem estrutura familiar, leia-se terra, infraestrutura necessária, acesso a financiamentos para a garantia do retorno.

O objetivo geral desta pesquisa foi: analisar os fatores que motivam o retorno de jovens da agricultura familiar ao espaço rural do município de Francisco Beltrão – PR. E como objetivos específicos: a) identificar e analisar os fatores que motivam as(os) jovens da agricultura familiar a retornar ao meio rural e como se constitui a construção dos projetos de vida destes sujeitos; b) analisar a relação dos(as) jovens com o Sindicalismo da Agricultura Familiar e se/como a atuação do Sindicato contribui para o retorno para o espaço rural; c) compreender a importância

das políticas públicas para o retorno dos(as) jovens rurais; d) averiguar como os(as) jovens visualizam o espaço rural e como o ressignificam, depois do retorno.

No contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural se destaca como a faixa demográfica que é afetada de maneira dramática por esta dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos.

Para compreender a complexidade em torno dos(as) jovens e da juventude, no âmbito rural, é necessário considerar fatores como autonomia, espaço nas tomadas de decisão, acesso à educação e às atividades de lazer e de entretenimento. Quanto mais restritos forem estes fatores, mais se tornam motivos para que eles(as) decidam deixar o meio rural em busca de novos horizontes pessoais e profissionais (CARNEIRO, 2005; CARNEIRO; CASTRO, 2007), o que é preocupante, tendo em vista as consequências desta migração.

Sobre esse aspecto, Abramovay afirma que “o interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas e, portanto, pelas responsabilidades que eles podem assumir no interior das unidades produtivas” (1998, p. 92). Nesta perspectiva, o debate em torno da sucessão familiar é fundamental para que os(as) jovens se sintam valorizados na construção de seus projetos de vida.

Para Weisheimer (2009, p. 109), “a presença dos jovens agricultores e suas disposições de sucederem aos pais na atividade agrícola assumem importância crucial no processo de reprodução social dos agricultores familiares”. Neste caso, “a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis” (WOORTMANN, 1997, p. 11). Esta é uma das condições necessárias à formação das novas gerações de agricultores(as), possibilitando a reprodução social desta categoria.

Estudos realizados na década passada identificaram e chamaram a atenção para a problemática da migração da juventude rural e da sucessão geracional na agricultura familiar em todo o Brasil e, de forma mais intensa, na região sul. Brumer (2014) indica que as pesquisas que abordam o segmento juvenil têm, como foco

central de análise, as principais causas de desinteresse dos(as) jovens em permanecer nas atividades agrícolas ou o fascínio pelas cidades.

A autora salienta que é recorrente, na literatura sobre juventude rural, a preocupação quanto à definição dos aspectos estruturais que determinam qual o papel e o lugar da juventude e que, por sua vez, restringem a liberdade de escolhas. “Propõem-se que em lugar de procurar responder à questão porque os jovens saem do meio rural”, busque-se responder à questão: “por que os jovens permanecem no meio rural” (BRUMER, 2007, p. 50) e, mais especificamente, porquê retornam. Este questionamento, por parte da autora, revela a importância de se compreender a realidade onde a juventude está inserida. O que implica em entender, de fato, o trabalho, as condições de vida e as representações dos(as) próprios(as) jovens.

De acordo com o IBGE (2010), a juventude que mora no rural brasileiro é composta por aproximadamente 8,1 milhões de pessoas. Aliado a isto, considerando o último Censo Populacional do ano de 2010 e fazendo um comparativo com o ano de 2000, de uma forma geral, teve um aumento do número de jovens que saíram do espaço rural. Entretanto, é possível perceber que na idade de 20 a 29 anos, especificamente, no município de Francisco Beltrão, espaço geográfico onde a pesquisa foi desenvolvida, o número de jovens nesta faixa etária, aumentou.

Tabela 1 – População jovem residente no meio rural no município de Francisco Beltrão – PR, em 2000 e 2010.

Idade	Ano	
	2000	2010
Total	12301	11494
19 anos	196	159
20 a 24 anos	738	861
25 a 29 anos	651	808
30 a 34 anos	919	707
35 anos	180	136

Fonte: IBGE (2010).

Contudo, a migração ainda é tida como estratégia de reprodução dos(as) jovens rurais. Como caracteriza Santos (2017), o que dificulta a permanência dos(as) jovens no campo é a persistência de diversos problemas, como as intempéries relacionadas ao clima, os conflitos geracionais, a dificuldade em ter uma renda

própria, além da ausência ou da precariedade de políticas públicas voltadas para esta categoria. No estado do Paraná não foi diferente, conforme destaca Priori:

A modernização agrícola no Estado do Paraná foi acompanhada de mudanças que historicamente ocorrem na instalação da base técnica ao campo, como problemas sociais, dentre eles, o êxodo rural, a concentração fundiária a partir dos anos de 1970 e o desemprego no campo (PRIORI, 2012, p. 115).

Nesse contexto de instabilidade e de mudanças socioeconômicas, Carneiro ressalta que os jovens rurais:

[...] invisíveis para a maioria das pesquisas acadêmicas e projetos de desenvolvimento voltados para o mundo rural, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente, vem, aos poucos, chamando a atenção de analistas das questões rurais (CARNEIRO, 1998, p. 1).

Por serem, a migração e a invisibilidade, aspectos muito recorrentes nas pesquisas que tratam da juventude rural, vale compreender os fatores que motivam os(as) jovens a retornarem para o meio rural, buscando o seu espaço e garantindo a sucessão nas unidades de produção familiares. Diante deste cenário, os(as) jovens rurais têm muitas potencialidades, entretanto, também possuem fragilidades relacionadas à dificuldade de acesso à terra, ao lazer, à educação, à saúde e aos recursos de crédito para investir no estabelecimento rural. Portanto, há uma demanda dos(as) jovens para que os programas e as políticas públicas visem ao atendimento destas demandas para que estes retornem e permaneçam no meio rural.

Diante disso, a juventude rural possui dois grandes desafios: o primeiro é conquistar o seu lugar no espaço rural e disputar o seu lugar no âmbito das juventudes e, o segundo, ao mesmo tempo em que os(as) jovens precisam lidar com a invisibilidade da juventude nos espaços decisórios do rural (família, associações, cooperativas, sindicatos, etc.), devem disputar espaço e pautas com os(as) jovens das cidades e lutar pela superação da visão preconceituosa que identifica o rural como atrasado e sem papel no desenvolvimento local e regional.

Nesse sentido, compreender os(as) jovens e as suas perspectivas e projetos de vida é fundamental para o delineamento de estratégias vinculadas à promoção da agricultura familiar.

2 A METODOLOGIA DA PESQUISA

Este segmento apresenta os elementos que nortearam a pesquisa, detalhando quais foram os procedimentos metodológicos usados para a construção de todo o processo até os resultados obtidos.

A pesquisa é relacionada a uma condição concreta, ou seja, a uma realidade, que neste caso é o espaço rural onde a juventude está inserida. De acordo com Vasconcelos, “toda pesquisa acerca de uma realidade exige contextualização, descrição da literatura e da teoria existente sobre o tema” (VASCONCELOS, 2007, p. 159).

Metodologicamente, o debate será ancorado a partir de uma revisão de literatura. Torna-se fundamental entender as motivações que provocam a pesquisadora a discutir este tema. O ponto de partida está nos questionamentos: o que, por que e para que pesquisar? A afirmação, feita por Gil (2008, p. 52), de que “a escolha do tema de pesquisa sempre indica algum tipo de comprometimento”, dá conta da inexistência de neutralidade nas escolhas.

Assim, a presente pesquisa utilizou a abordagem qualitativa. Para Alves (1991), os estudos qualitativos proporcionam ao pesquisador três importantes subsídios: visão holística, abordagem indutiva e uma investigação naturalística. A visão holística se baseia na compreensão de que o significado de um comportamento ou de um evento se constitui por meio da compreensão das inter-relações que emergem do contexto. Já, na abordagem indutiva, o pesquisador se orienta a partir de observações mais livres, deixando que as dimensões e as categorias emerjam durante os processos da coleta e da análise dos dados. E, na investigação naturalística, a intervenção do pesquisador no contexto observado é reduzida ao mínimo (ALVES, 1991).

O método de pesquisa adotado é definido por Crotty (1998) como as técnicas ou os procedimentos utilizados para reunir e analisar dados relacionados a alguma questão de pesquisa ou hipótese. Cabe destacar que o caráter qualitativo dos estudos é empregado pela alta complexidade dos problemas investigados, além de estar relacionado com o espaço mais profundo das relações sociais, envolvendo um universo múltiplo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes,

enfim, envolvendo processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização quantitativa de variáveis (MINAYO, 2001).

Quanto ao objetivo da pesquisa, deu-se de forma exploratória, que segundo Gil (2008, p. 27), “tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

A pesquisa se constitui de um estudo de caso, que segundo Yin (2001, p. 33), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatos objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados”. Este autor ainda ressalta que:

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2001, p. 33).

Assim, estratégia de estudo foi um estudo de caso realizado com jovens rurais associados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do município de Francisco Beltrão, no estado do Paraná. Para Yin (2000, p. 20), os estudos de caso podem ser utilizados “como estratégia de pesquisa e, em muitas situações, para contribuir com os conhecimentos que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo [...]”. Como o estudo de caso busca retratar as adaptações estratégicas em relação às variáveis de sustentabilidade social ocorridas na organização, ao longo de um período a ser delimitado, configura-se assim, um estudo processual (PETTIGREW, 1988).

Quanto ao procedimento de coleta de dados, esta ocorreu por meio da pesquisa de campo com jovens que retornaram ao espaço rural nos últimos 10 anos, sendo que para delimitar conceitualmente “juventude” não foi usado o critério faixa etária, pois, segundo Weisheimer (2005, p. 21), “o conceito de juventude tem se alterado ao longo do tempo e se constitui como um território em disputa”. Com o passar dos anos, as distintas formas de expressão da juventude ganharam diferentes espaços e diferentes significações.

Nesse momento, o contexto em que o(a) jovem está colocado(a) apresenta diferença entre um(a) jovem de 18 anos que vive na cidade e está empregado(a) em uma fábrica em relação a um(a) jovem agricultor(a) familiar, que tem a terra como recurso de trabalho e geração de renda. O fator local é muito mais preponderante que a idade para definir o que é jovem. Conforme Wanderley (2011), para os habitantes do campo, o tempo de vida não é o único critério para definir se uma pessoa é jovem. Ser solteiro, não ter filhos, viver ainda com os pais podem ser, em muitos casos, referências mais importantes que a simples idade cronológica.

Ainda, em relação a essa construção teórica sobre o que é ser jovem e se isto se delimita somente em relação à faixa etária, o autor Weisheimer (2005, p. 20) identifica cinco enfoques conceituais, referentes à juventude rural: “faixa etária; ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida e ainda representação social”. Endossa que existem pesquisadores que optam pelo emprego de uma destas categorias, outros que as mesclam e ainda os que não a definem, sendo para estes um termo elucidativo por si só.

Com o intuito de compreender as abordagens e os conceitos de juventude, utilizou-se o Quadro 1, elaborado por Troian e Breitenbach (2018, p. 791), intitulado “Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil”, que apresenta diferentes abordagens de juventude, a fim de facilitar a sistematização e a diferenciação destas.

Quadro 1 – Definição de juventude em diferentes abordagens.

Abordagens de juventude	Definição de juventude e critérios de categorização
Faixa Etária	O critério é a idade dos pesquisados, indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais.
Ciclo de Vida	Período de transição, fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade. Perspectiva adotada pela UNESCO.
Geração	Jovens são inerentemente contestadores, essa rebeldia é necessariamente transitória, como a juventude. Juventude passa a ser vista a partir de seus potenciais de mudança, pela sua capacidade criadora e inventiva.
Cultura ou Modo de Vida	Definida por critérios culturais, destacando-se a importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades. Estreita relação com a mídia, essa juventude está ligada à sociedade de consumo, vestimentas, acessórios, linguagem particulares.
Representação Social	Condição juvenil como uma posição hierárquica social fundada em representações sociais, ou seja, na busca de responder aos significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural.

Fonte: elaborado pelas autoras Troian e Breitenbach (2018), a partir de Mannheim (1961) e Weisheimer (2005).

Para esta investigação, usou-se como critério para definição: “juventude como ciclo de vida”, sendo entendida como “estado transitório”, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade. O estabelecimento do término da juventude varia segundo critérios e pontos de vista adotados para determinar se as pessoas são jovens (WEISHEIMER, 2005). Em geral, admite-se que a concepção de juventude como ciclo de vida tem seu término na maturidade social, na entrada definitiva dos(as) jovens ao mercado de trabalho, ou com seus projetos produtivos bem definidos ou, ainda, o confronto do projeto de vida, ou seja, com as possibilidades reais de efetivação desse.

2.1 Instrumentos de pesquisa, de coleta e de análise de dados

Lakatos e Marconi (2003, p. 165) apontam que a coleta de dados é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas”. Em uma mesma abordagem, afirma-se que:

Sem dúvida alguma, o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 138).

Os(as) jovens sujeitos da pesquisa foram selecionados(as) levando em conta a proporcionalidade, a partir das categorias: jovem mulher solteira, jovem mulher casada, jovem homem solteiro, jovem homem casado. Utilizou-se as seguintes variáveis⁸: acesso a políticas públicas (sim ou não) e o processo sucessório das unidades de produção: sucessor(a) já definido(a) e que já tenha assumido, definido(a) como sucessor(a) mas ainda não assumiu e retornou, mas não é o(a) sucessor(a).

As entrevistas foram realizadas com 23 jovens, destes(as), 11 jovens mulheres e 12 jovens homens. Selecionou-se dois(as) jovens de cada categoria descrita acima e foi realizado o sorteio, separando cada uma desta e sorteando dois(as) jovens de

⁸ Dentro de cada variável, buscou-se identificar todas as categorias, sendo que não houve essa identificação nos casos em que não tinha jovens para a categoria descrita.

cada. As entrevistas foram elaboradas com roteiro semiestruturado, relacionado aos objetivos propostos neste estudo. Para uma melhor compreensão dos processos sucessórios definiu-se também pela entrevista com pais dos jovens envolvidos na pesquisa, a seleção desses pais ocorreu da mesma forma que os jovens, através de sorteio da última variável que trata sobre o processo sucessório: (sucessor(a) já definido(a) e que já tenha assumido, definido(a) como sucessor(a) mas ainda não assumiu e retornou, mas não é o(a) sucessor(a): três eixos da variável, dois pais sorteados de cada, totalizando seis pais.

Segundo Gil (2008, p. 109), “pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. O mesmo autor, ainda, afirma que:

[...] a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p. 109).

Yin (2000), em seus estudos, definiu as entrevistas individuais semiestruturadas, como sendo as que partem de perguntas básicas, amparadas em teorias e em questionamentos que estão diretamente ligados à pesquisa, permitindo, deste modo, muitas interrogações e ensejando novas indagações.

Além das entrevistas semiestruturadas, foram utilizados vídeos e fotos. Os dados foram organizados pelo método de análise de conteúdo, definido por Berelson (1952, p. 13) como: "uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações". A análise de conteúdo se desenvolve em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977, p. 95). A pré-análise é a fase de organização, iniciada a partir dos primeiros contatos com os documentos.

A seguir, procede-se à escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A exploração do material se constitui em uma fase longa e fastidiosa que tem como objetivo administrar sistematicamente as

decisões tomadas na pré-análise. Refere-se às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria).

Dessa forma, as razões intelectuais e políticas que levaram à escolha do tema desta pesquisa não nasceram apenas de uma escolha acadêmica, mas da reflexão acerca das inquietações, das vivências e da participação nos movimentos sociais e, também, das angústias vividas por presenciar muitos(as) jovens saindo do meio rural por falta de condições de permanecer. Agora, em uma nova realidade, muitos(as) encontram novamente seu lugar no rural.

2.2 Conhecendo a região sudoeste do paraná e o município de Francisco Beltrão – onde geograficamente os(as) jovens estão inseridos(as)

A Região Sudoeste do Paraná e caracterizada por sua luta e sua organiza o, ressaltando-se o seu protagonismo no que se refere às organiza oes sociais e a sua potencialidade na agricultura familiar, uma região de minifúndios, onde a rela o da família com a terra   muito presente (PERONDI, 2007).

Segundo a tese de Santos (2008), a coloniza o ocorreu no Sudoeste do Paraná, a partir da década de 1940, incentivada pelo Estado que se apresentava em forma de aliança entre os agentes econômicos e políticos, para o favorecimento do acúmulo capitalista e a tomada de uma nova área de fronteira para a expansão da produ o agrícola e da estrutura o de um novo território.

Ainda para Santos (2008), a expansão e a forma o dessa região se apresentam em três fases, sendo que a primeira fase se caracteriza por ocorrer uma ocupa o mais livre sem ter a preocupa o com “a propriedade da terra, centrada na ocupa o, efetivada pelos índios e caboclos que vivem na área do atual Sudoeste do Paraná” (SANTOS, 2008, p. 37).

A segunda fase ocorre por volta da década de 1940, com a política da “Marcha para o Oeste” do Presidente Getúlio Vargas, com a chegada de migrantes vindos dos outros estados do Sul do Brasil, além da instala o de “companhias colonizadoras que têm por objetivos: a propriedade da terra, o enriquecimento e, a estrutura o da

vida em patamares diferentes dos primeiros habitantes” (SANTOS, 2008, p. 38). Corroborando com essa segunda fase da formação do território do Sudoeste do Paraná, Corona aponta que a função da “Marcha para o Oeste”

Visava ocupar áreas ainda “livres” para inseri-las como áreas produtivas de alimentos para fomentar o processo de modernização. Foi assim, que foi criada a Colônia Agrícola Nacional de General Osório (CANGO), em 1943 pelo decreto nº 12417, com sede em Francisco Beltrão, que contou com significativos recursos públicos e promoveu num curto espaço de tempo a ocupação da região pelos “colonos” (CORONA, 2003, p. 3).

A terceira fase “decorre do processo de modernização da agricultura que se instaura no Sudoeste, em um território baseado na pequena propriedade familiar” (SANTOS, 2008, p. 38). A cultura, a etnia, a situação geográfica e o solo propiciaram o desenvolvimento de um sistema peculiar de agricultura baseado em pequenas áreas, cujas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar.

Conforme aponta Corona (2003), a ocupação da região, de forma mais intensa, foi fomentada pela ação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO. Este fomento agregava um conjunto de estímulos aos pequenos produtores como “doação gratuita de terra, ajuda técnica, assistência social e infraestrutura” (CORONA, 2003, p. 5). Além disso,

[...] o que satisfazia os interesses dos pequenos agricultores. Com o passar do tempo, tais atrativos proporcionaram uma migração rápida que transformou a região e impulsionou o avanço das relações mercantis e o desenvolvimento da infraestrutura urbana, criando as bases para a consolidação de um campesinato mercantilizado, que compra insumos e produtos e vende parte da sua produção (CORONA, 2003, p. 5).

Ainda, conforme Santos, referenciando o Sudoeste do Paraná, torna-se imprescindível a menção à Revolta dos Posseiros em 1957, quando

[...] as relações econômicas, políticas e culturais manifestaram-se de modo explícito. Esta luta representa a manifestação de diferentes formas de poder local, contrapondo-se ao Poder exógeno, materializado na forma de Governo deste Estado, o qual atende a interesses das companhias privadas de colonização. A população aumenta rapidamente sob um território em litígio, onde nem os colonos e nem os caboclos detêm o título de propriedade da

terra. É uma população constituída de posseiros. Assim, a luta pela terra, defendida pelos colonos contra as companhias, é o alvo central da disputa. Para esses a terra representa a garantia de sobrevivência familiar, é dela que se extrai o sustento de suas famílias e, para alguns, o início da construção de seu patrimônio particular (SANTOS, 2008, p. 49).

Segundo Lasier (1986), depois da Revolta, quando os colonos expulsaram os jagunços que estavam a mando da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda – CITLA, o Decreto número 51.431 de 19 de março de 1962, assinado pelo Presidente João Goulart, criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para a efetivação da demarcação das terras. Desta forma, a partir de 1962, o problema da posse da terra na região passou a seguir um protocolo, conforme as determinações legais. Entre as funções, as atribuições e as normas para o funcionamento da GETSOP, ficaram definidas:

- Projetar e executar a colonização racional das Glebas Missões e Chopim (parte). – Medir, demarcar e dividir em lotes as Glebas objeto da colonização, de acordo com os projetos aprovados. – Vistoriar, estudar e decidir a situação dos efetivos ocupantes das terras. – Estudar a situação das áreas em que se acham localizadas as sedes municipais e distritais para o fim de atribuí-las aos municípios, reservando as áreas necessárias aos serviços públicos federais e estaduais. – Construção de estradas troncos, para escoamento da produção, e estradas vicinais e de acesso as áreas coloniais e, bem assim, a abertura de arruamentos dos patrimônios. – Construção e instalação de casas escolares e outros estabelecimentos de ensinos, de acordo com as necessidades da região. – Instalação de Postos de Mecanização da lavoura com assistência técnica e agropecuária permanente. – Financiamento para a produção agrícola. – Requisitar de repartições públicas federais e estaduais os funcionários necessários ao atendimento dos serviços técnicos e administrativos. – Incentivar o espírito associativo entre os colonos (LASIER, 1983, p. 78).

Para Batisti (2006, p. 94), depois de resolvidos os conflitos referentes à posse da terra no território Sudoeste, inclusive pelo conflito armado entre agricultores(as) e empresas colonizadoras, “iniciou-se o processo de modernização da agricultura que se constituiu, basicamente, pela mudança da base tecnológica orientada pelo capital industrial”. Processo este que excluiu muitos(as) agricultores(as) que não conseguiram acompanhar as tecnologias e os pacotes de insumos industriais. Este processo gerou um nível elevado de migração da população rural para as cidades, conforme aponta Santos:

E esse fluxo migratório é inerente, entre outros fatores, à modernização agrícola adotada e amplamente incentivada pelos governos militares, que visa à ampliação do mercado consumidor agrícola de bens de produção e, ao mesmo tempo, na base de uma série de políticas que prejudicam a produção de alimentos para o mercado interno. Isso ocorre quando se implementa políticas a fim de beneficiar o segmento exportador (SANTOS, 2003, p. 57).

Segundo Kiyota (2007), a crise da agricultura no território Sudoeste perdurou pela década de 1990, mas a participação e a contribuição de agricultores(as) sobre que agricultura queriam e qual modelo de desenvolvimento almejavam foram fundamentais para que as organizações pautassem políticas para o fortalecimento e o desenvolvimento desta categoria que, inclusive, teve seu conceito de “agricultor familiar” consolidado neste período.

Como apresentado, mesmo que de uma forma simples, esta sessão traz elementos da história do Sudoeste do Paraná. Nota-se que esta história aponta elementos de luta, de organização, de resistência de agricultores(as) que participaram da luta pela terra e, assim, hoje é muito presente a capilaridade das organizações sociais, a atuação de entidades sindicais – rural e urbana –, de cooperativas de crédito, produção, comercialização e assistência técnica e de universidades. A região tem uma construção e um acúmulo de capital social sem o qual todo este processo e esta organização poderiam não ter acontecido.

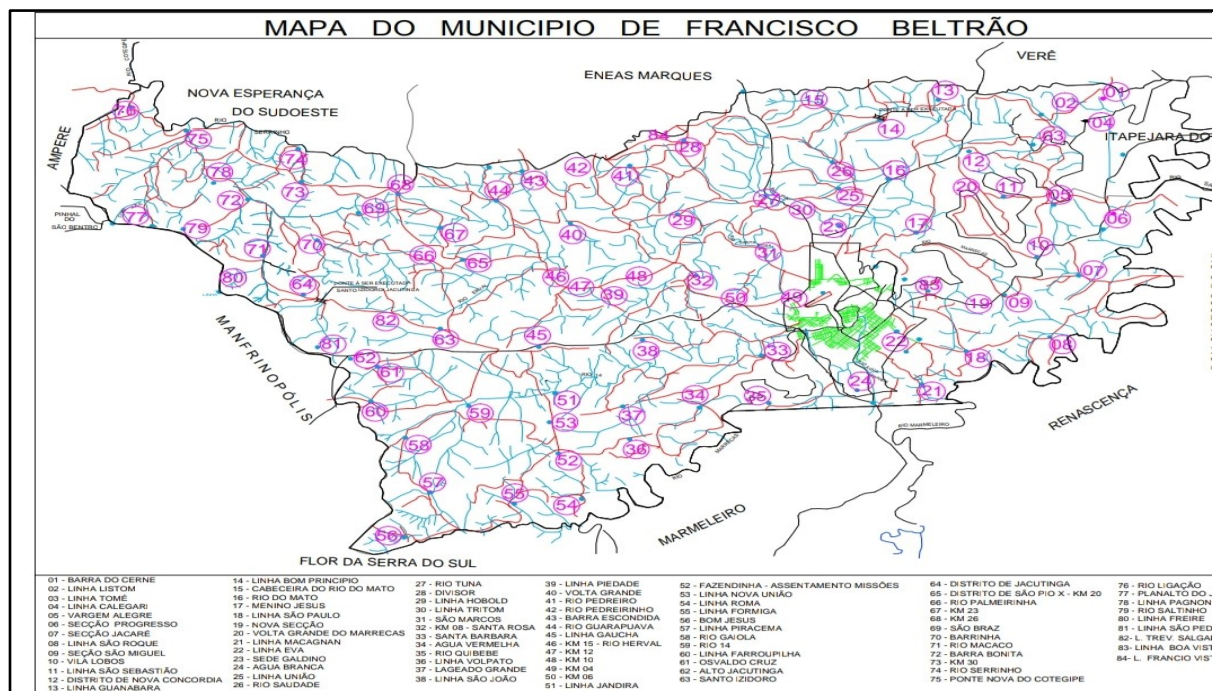
No documento oficial do Plano Diretor de 2017, publicado pelo município a partir do historiador Ivo Pegoraro, Francisco Beltrão começou como “Vila Marrecas”. Sua transformação em cidade foi rápida. Em menos de cinco anos do início do povoado, sem nunca ter sido distrito, a vila era elevada à condição de sede do município, em dezembro de 1952. O distrito de Francisco Beltrão existia desde 1940, mas se localizava no interior do futuro município de Renascença. A Lei estadual nº 790, assinada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em 14 de novembro de 1951, transformava o distrito de Francisco Beltrão em município, mas mudava sua sede para Marrecas (FRANCISCO BELTRÃO, 2017).

Ainda, conforme informações oficiais apresentadas no Plano Diretor (FRANCISCO BELTRÃO, 2017), o povoado começou a se formar em 1947, quando era construída a primeira pensão e se abriam as primeiras “bodegas”. A motivação inicial foi dada pela instalação da CANGO, criada em 12 de maio de 1943, pelo Decreto nº 12.417, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, estabelecida em

Pato Branco e vindo a se instalar no município em 1948, na margem esquerda do rio Marrecas, em pavilhões até hoje preservados, atualmente cedidos à unidade do Exército Nacional (FRANCISCO BELTRÃO, 2017).

Francisco Beltrão, segundo o Censo Populacional do IBGE (2010), conta com uma população de 78.943 habitantes, sendo 67.449 no urbano e 11.494 no rural, divididos em 29 bairros e 81 comunidades rurais, como mostra o mapa, apresentado na Figura 1. O município se destaca em relação aos demais da região, não somente no contingente populacional, mas também economicamente, sendo que a produção agropecuária, caracterizada por pequenas unidades de produção e pela agricultura familiar, representa 13% do Produto Interno Bruto – PIB do município (IBGE, 2010).

Figura 1 – Mapa do município de Francisco Beltrão – PR, com identificação de todas as comunidades rurais.



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (2020).

A agricultura familiar dessa região e desse município possui características intrínsecas de sustentabilidade, diversidade de produção e possibilidade de originar ocupação e renda no meio rural. Segundo dados do Censo Agropecuário (2017), a agricultura familiar no município de Francisco Beltrão ocupa um lugar de destaque, conforme aponta a Tabela 2.

Tabela 2 – Estabelecimentos Agropecuários.

Tabela 02 - Número de estabelecimentos agropecuários em relação a área de terra		
Variável - Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		
Município - Francisco Beltrão (PR)		
Ano – 2017		
Condição da(o) agricultor(a) em relação às terras - Proprietário(a)		
Grupos de área total	Tipologia	
	Total	Agricultura familiar – sim
Total	2415	1918
Mais de 0 a menos de 0,1 há	7	3
De 0,1 a menos de 0,2 há	9	
De 0,2 a menos de 0,5 há	23	19
De 0,5 a menos de 1 há	110	75
De 1 a menos de 2 há	57	32
De 2 a menos de 3 há	87	65
De 3 a menos de 4 há	120	93
De 4 a menos de 5 há	150	119
De 5 a menos de 10 há	488	418
De 10 a menos de 20 há	714	639
De 20 a menos de 50 há	439	387
De 50 a menos de 100 há	130	64

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Fonte: IBGE (2017).

Assim, compreende-se que, pela importância que a agricultura familiar tem no cenário de produção de alimentos no município e no desafio em fazer novos sucessores nas unidades produtivas, esta pesquisa poderá trazer apontamentos importantes relacionados à implementação de projetos estratégicos para a juventude da agricultura familiar.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Agricultura Familiar: conceitos e importância para o desenvolvimento local

Mais que um modo de vida, a agricultura familiar é um conceito que, ao longo dos anos, vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil (SCHNEIDER, 2003). Atualmente, este conceito já está mais consolidado. O debate sobre o rural brasileiro foi marcado, a partir do início dos anos 1990, pela emergência da identidade “agricultura familiar”, vinculando este tema ao desenvolvimento rural. Até este período, no Brasil, nos diferentes momentos históricos, a forma familiar de organização do trabalho e da produção era referenciada por meio de expressões como: minifundiária, colono, pequeno produtor, trabalhador rural ou campesinato, dentro dos marcos da análise marxista histórica (FERRARI, 2003).

De acordo com Wanderley (2009), a agricultura familiar pode ser considerada uma categoria genérica com grande capacidade de adaptação aos contextos históricos em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sendo os(as) agricultores(as) familiares protagonistas dos processos sociais que vivenciam, sobretudo relativos às resistências e às inovações resultantes em transformações na agricultura e no meio rural (WANDERLEY, 2009). Segundo Abramovay, a agricultura familiar se inicia no campesinato:

[...] referindo-se ao caso dos camponeses do Sul do Brasil, integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. De camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p. 106).

Atualmente, está em vigor a Lei nº 11.326/2006, também conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, a qual considera agricultor familiar:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Autores como Lamarche (1993), Abramovay (1997), Wanderley (2000), Carneiro (1998 e 2007), Veiga (1991), Silva (2003), entre outros, fazem menção à necessidade de uma caracterização mais abrangente e global da agricultura familiar, o que lhe aporta uma definição mais do que simplesmente positivista. Tal caracterização distingue a agricultura familiar da noção reducionista utilizada como sinônimo de “agricultura de baixa renda”, “pequena produção” ou, ainda, “agricultura de subsistência”.

Por isso, tal definição de agricultura familiar sustenta que palavras como pequena produção, baixa renda ou subsistência são características comuns na maioria das unidades de produção englobadas pelo termo familiar. Contudo, essa noção direciona a um julgamento prévio e, de certa forma, injusto sobre o desenvolvimento econômico que estas unidades de trabalho poderiam apresentar a partir de uma exploração mais refinada de seus meios de produção (ABRAMOVAY, 1997).

Entretanto, é evidente que essa categoria não é homogênea e a diversidade dos modos e dos meios de vida dos(as) agricultores(a) familiares demonstram as diferentes trajetórias e os níveis de organização, pois segundo Friedmann (1986), as unidades de produção e as atividades estão de acordo com as necessidades e as características de cada família. Além disso, segundo a mesma autora, a agricultura familiar tem viabilizado a sua reprodução social e vem se fortalecendo frente ao processo de modernização da agricultura, pelo aumento da sua mercantilização⁹. Ou

⁹ Segundo Escher (2011), indica-se como mercantilização o procedimento histórico de integração dos(as) agricultores(as) familiares à divisão social do trabalho que é propiciada pelo desenvolvimento

seja, Friedmann (1986) afirma que a agricultura familiar não se baseia em uma lógica puramente capitalista e moderna, mas é um grupo especialmente funcional ao capitalismo que contém duas especificidades em termos de reprodução social: o processo de trabalho e as relações de propriedade.

Para ter a concepção do processo de reprodução da agricultura familiar é preciso observar, assim como atentam Perondi e Ribeiro (2000), que os processos produtivos e reprodutivos são simultâneos, e que a reprodução não é somente material e produtiva, mas também social, cultural e ideológica. As sociedades reproduzem condições específicas de sua existência, como um camponês quando se mune de uma contínua reconversão de parte de seus produtos em meios de produção, criando no seu processo e nos dos que se assemelham, condições de reproduzir toda uma sociedade camponesa.

Dentro da reprodução social da agricultura familiar, Chayanov (1981) e Friedmann (1986) expõem que a relação de trabalho é organizada através do parentesco, onde existe uma divisão por sexo e por idade, e a unidade de produção e o trabalho são combinados. Para Chayanov (1974), a discussão se centraliza nas necessidades reprodutivas da família e no processo decisório da empresa camponesa, sendo que esta constitui uma unidade indissociável entre a esfera de produção e a esfera de consumo.

Na agricultura familiar existe uma preocupação com o tripé renda – penosidade – risco (Abramovay, 1992), além da preocupação com a sucessão familiar. Isto fica evidente, quando Friedmann (1986) afirma que o mesmo grupo investe e consome, sendo a unidade de produção pensada como um sistema que possui necessidade de investimento e que supre a necessidade de consumo da família.

Contudo, apesar dessa explicação da racionalidade da agricultura familiar ser pensada num trilema dedutivo, ela é incompleta. Abramoway (1992) afirma que para se entender essa racionalidade e os seus limites, é necessário um estudo profundo do conjunto do ambiente social, cultural, político e ambiental em que vivem os(as) agricultores(as) familiares, visto que vários outros fatores das relações humanas, além

capitalista e a correspondente vinculação daqueles aos mercados de terra, de produtos e de insumos, de crédito e de trabalho.

dos econômicos, organizam a sua vida. Para o autor, isto mostra que a agricultura familiar é muito mais do que um “grupo econômico”, ela é um modo de vida.

Trata-se de compreender as interfaces entre as estratégias ou os projetos dos distintos atores, ou seja, os pontos de união ou de confrontação entre diferenças de interesse social, interpretação cultural, conhecimento e poder; entender como a ação de um mercado global, que reflete o projeto de atores agindo a distância, é transformada e ressignificada no mundo da vida dos atores locais, o que se torna um dos fatores determinantes da diversidade produtiva e da heterogeneidade social (LONG, 2001).

Para Marsden (1995 apud VILLWOCK, 2015), o novo espaço rural se caracteriza por dois modelos de desenvolvimento: o primeiro, voltado para a ação “produtivista” tradicional, com destaque na produção de *commodities* para atender às necessidades dos mercados globais; e o segundo, centrado na necessidade de uma lógica “pós-produtivista”, que tem como base uma ampla variedade de atividades agrícolas e não agrícolas, com a agricultura e o espaço rural assumindo novas e múltiplas funções. Villwock ainda reforça que, em muitas regiões do país, estes dois modelos têm algum tipo de sintonia,

[...] pois enquanto a produção de *commodities* agrícolas conectam atores globais através da acoplagem de agricultores com empresas e cooperativas agropecuárias, há também a relação entre agricultores e atores locais, emergindo novas formas de produção e de inserção mercantil, a partir da lógica da formação de cadeias curtas e de redes alternativas (VILLWOCK, 2015, p. 49-50).

Salienta-se que, ao longo do tempo, algumas dessas características supracitadas vão sofrendo pequenas modificações, alterando assim, os seus sistemas de produção, bem como as estratégias de reprodução das famílias agricultoras. Ou seja, as atitudes tomadas pelas unidades de exploração familiar, como variar a intensidade do trabalho, o ciclo e a divisão do trabalho, ampliando ou restringindo o consumo, são formas que a família encontra para proteger-se das forças externas e adaptar-se ao mundo moderno, mantendo sua essência camponesa.

Para Villwock e Perondi (2017), em uma análise mais aprofundada relacionada à reprodução socioeconômica dos(as) agricultores(as) familiares, nota-se que, desde

a revolução industrial, os(as) agricultores(as) transformaram suas atividades para puramente agrícolas, retirando uma parte considerável das atividades artesanais do campo. “Entretanto, a busca por outros rendimentos não foi esquecida, e assim, os agricultores familiares começaram a utilizar as atividades não agrícolas como um mecanismo que viabilizou o equilíbrio econômico” (VILLWOCK; PERONDI, 2017, p. 5), ou seja, as atividades não agrícolas passaram a fazer parte das estratégias de reprodução social da agricultura familiar.

No geral, é possível assegurar, através dessas argumentações, que, ao longo do tempo, a agricultura sofreu um profundo processo de transformação e a produção familiar permaneceu como um setor importante da agricultura. Com isso, Wanderley (2009) afirma que a produção familiar, que se reproduz nas sociedades modernas, representa um novo agente social. A mesma autora afirma que, do ponto de vista do(a) agricultor(a), parece evidente que as suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte, ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

De certa forma, os(as) agricultores(as) familiares modernos(as) “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e aprenderam a usar ao longo do tempo. Lamarche (1993) se refere a isto como a conservação e a transmissão de um patrimônio sociocultural, exercendo um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar frente a alguns preceitos que a modernidade traz para o dia a dia destes(as) agricultores(as).

Ainda, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, a agricultura familiar pode ser definida como:

Um modo de produção agrícola, silvicultura, pesca, pecuária e aquicultura que administra e opera para uma família e que depende predominantemente de trabalho familiar, incluindo homens e mulheres. A família e exploração estão ligados, eles evoluem juntos e eles combinam funções econômicas, ambiental, social e cultural (FAO, 2018).

Reforçando o conceito da FAO, Ploeg (2014) destaca que a agricultura familiar representa uma forma pela qual as pessoas cultivam e convivem, ou seja, a realidade desta forma de produção vai para além dos dois principais aspectos comumente

usados para descrevê-las: família como proprietária de terra e trabalho realizado por seus membros.

A agricultura familiar tem a sua importância consolidada na capacidade de gerar ocupação e renda no campo, tornando-se um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade. Ou seja, extremamente valorizada como segmento gerador de empregos e de renda. Para Carneiro (2009), a agricultura familiar é capaz de estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, resultando na permanência de parte da população no espaço rural.

Embora os(as) agricultores(as) tenham enfrentado inúmeras dificuldades, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo – CEPEA/USP (CEPEA/USP, 2018), em 2017, o agronegócio brasileiro produziu R\$1.416,2 bilhões, representando 21,59% do PIB. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2018), no que diz respeito às exportações, foi responsável por US\$ 96,0 bilhões em 2017, representando 44,10% do total das exportações brasileiras.

Não obstante, a agricultura familiar vem evidenciando a capacidade de modificação e de adaptação ao mercado e, neste processo de transformação, tornou-se imprescindível para a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas pelos(as) agricultores(as) familiares, além de contribuir para a sua permanência no espaço rural. Segundo Schneider (2009), à medida que se amplia o reconhecimento da importância da agricultura familiar, também, se amplia a atenção sobre a pluriatividade. A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força ao longo do tempo, impulsionado, principalmente, pela concepção de desenvolvimento duradouro, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (FAO, 2000).

Segundo Lamarche (1997), a família, o trabalho e a unidade de produção são os elementos centrais da agricultura familiar. Neste contexto, um projeto de desenvolvimento local sustentável para a agricultura familiar deveria observar as especificidades regionais e adaptar culturas com maior potencial de produção, visto que a maior parte da produção agrícola mundial tem origem nos estabelecimentos familiares. Isto mostra a importância da formação de identidades e da diferenciação

das regiões ao pensar em desenvolvimento local, enfatizando as preocupações com os aspectos sociais (ABRAMOVAY, 2000 apud TOMASETTO et al., 2009).

Oliveira deixa clara a complexidade do conceito de desenvolvimento, ao afirmar que:

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhorias na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

A agricultura familiar favorece a inserção de práticas produtivas mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (CONAB, 2010). A partir do argumento de Abramovay (1997), o desenvolvimento das regiões resulta, principalmente, da mobilização das forças sociais e locais que têm interesse na valorização do espaço rural e que contribuem para o nascimento de instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento.

A realidade dos(as) agricultores(as) familiares incorpora junto ao conceito de desenvolvimento, o de sustentabilidade, buscando um significado completo, onde, mais do que nunca, pensar um projeto de desenvolvimento includente, é garantir ao(à) agricultor(a) ganho econômico, mas que este ganho seja algo sustentável, ou seja, que viabilize sua permanência no campo com qualidade de vida. Cabe mencionar que o desenvolvimento local é baseado nos atores locais, relacionando-se a iniciativas inovadoras da coletividade e articulando as potencialidades locais dadas pelo contexto.

Assim, os(as) agricultores(as) familiares, como sujeitos do seu próprio desenvolvimento, devem ser reconhecidos(as) como atores sociais que participam do avanço da sociedade e, também, das transformações da agricultura e do espaço rural nos dias atuais. Conhecer a lógica das estratégias que as famílias empregam para produzir e se reproduzir é fundamental, ou seja, para pensar sobre como se reproduzem as unidades de produção familiar, deve-se compreender a lógica da produção camponesa, pois o ponto central de suas características basilares repousa

na natureza e na dinâmica do estabelecimento familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social.

Assim, entender as estratégias de reprodução dos(as) agricultores(as) familiares, como estão sendo desenvolvidas e administradas, faz-se necessário para o desenvolvimento rural, sendo incontestável que os(as) agricultores(as) possuem um papel ativo neste processo, demonstrando assim, as diferentes capacidades de respostas às pressões exercidas por atores externos e aos diferentes fatores internos que cada família possui.

Portanto, o desenvolvimento local não se baseia apenas na geração de emprego e de renda, mas em todo o processo que constitui o meio, tendo em suas premissas a sustentabilidade de recursos naturais, a segurança alimentar, o incentivo à coletividade, a permanência no campo, a promoção da cultura local, entre outros.

3.2 Juventude da Agricultura Familiar: conceitos, perspectivas e desafios

É importante construir um paralelo entre a concepção de juventude do movimento sindical rural, neste caso, do sistema CONTRAF, e da academia, para que possamos olhar de ambos os espaços, avançando na teoria e nas ações de quem constrói estratégias. Ao olhar para o conceito construído pela própria juventude envolvida em organizações ou nos movimentos sociais, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CONTRAF¹⁰, que agrega jovens de todo o território brasileiro, recorta-se parte do documento oficial aprovado no III Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, no município de Concórdia, em Santa Catarina:

Somos juventude, temos essa energia que pulsa incessantemente em todo o ser jovem. Temos a disposição para o amor, para o prazer, para a solidariedade, para a liberdade, para a fraternidade, para a alegria de viver. Nesta fase das nossas vidas, queremos ser o que somos: juventude. E, queremos viver a nossa juventude e não ficar somente nos esperando pelo futuro e nos preparando para sermos adultos. Queremos viver o que é próprio dos jovens: as dúvidas, medos, contradições, decepções, frustrações cotidianas, aventuras e incertezas sobre o futuro. Porém, somos, queremos

¹⁰ Agrega Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Federações de Trabalhadores na Agricultura Familiar dos Estados.

ser, e vamos continuar sendo, agricultores familiares, esses trabalhadores do campo, que com seu trabalho e suas mãos alimentam toda a população do nosso país. Somos a história, o presente e também o futuro de um dos segmentos mais importantes e estratégicos de nosso país: a agricultura familiar (III ACAMPAMENTO DA JUVENTUDE DA FETRAF-SUL/CUT, 2011).

Quando se trata de proposições¹¹, esses(as) mesmos(as) jovens trazem como eixos principais: sucessão familiar, políticas de acesso à terra, à educação, à cultura e à inclusão digital. É notável que ao debater e apresentar propostas de ações, programas e políticas públicas que possam estimular a permanência e o retorno dos(as) jovens ao espaço rural e, principalmente, para desenvolver projetos produtivos em suas unidades de produção, estes(as) mesmos(as) jovens sabem o que querem e o que precisam.

Quando se adentra no campo acadêmico, o debate sobre essa categoria, que até o início dos anos 1990 era invisibilizada, como aponta Castro, o que se percebe é um distanciamento da divisão substantivada “juventude problema/juventude solução” para uma maior diversificação de leituras” (CASTRO, 2015, p. 4). Ainda, segundo a autora:

[...] se analisar as percepções sobre “juventude rural”, se observa similitudes com as abordagens sobre “juventude”, ou “juventude urbana”. Nesse caso, a “juventude” deveria ser impedida de completar seu destino: a migração do campo para a cidade e o conseqüente fim do mundo rural, em especial do trabalho familiar. Ao invés, a “juventude” pode ser o agente de uma transformação social que resgate o campo (CASTRO, 2005, p. 37).

Os vários estudos sociais sobre a juventude rural têm diagnosticado alguns problemas relacionados à migração dos(as) jovens rurais e às dificuldades encontradas nos processos de sucessão das unidades de produção familiares. Entretanto, nos últimos anos tem se visualizado perspectivas de processo inverso à migração: o retorno destes(as) jovens ao espaço rural.

Para Groppo (2000, p. 8), a juventude é definida como categoria social, “criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como

¹¹ A elaboração referente às proposições desses jovens foi construída durante os três dias de atividades, com metodologia de oficinas e trabalhos em grupos, onde foram definidos eixos centrais de atuação. O documento faz parte do arquivo de publicações da FETRAF-SUL/CUT.

jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”. Aliado a isso, Feixa (2004) abordou a juventude nas sociedades camponesas, como uma etapa da vida marcada pela precoce inserção nas atividades produtivas e na convivência com os adultos, mas ocupando posições de subordinação e de dependência, tanto na família, quanto na sociedade.

Diante dos desafios que se constroem em relação à juventude da agricultura familiar e o que vem resultando, os estudos sobre o tema tentam responder a questões fundamentais, dentre elas: quem são, onde vivem, como vivem, o que pensam e como projetam o seu futuro (WANDERLEY, 2007). Conforme destaca Weisheimer:

A juventude é uma categoria social que passa a se constituir e adquire o sentido atual a partir do advento da modernidade. Deste modo, cabe salientar que as percepções correntes sobre ela são, necessariamente, sociais, culturais e historicamente determinadas. Isto implica reconhecer que, mesmo que já existissem jovens nos períodos históricos anteriores, seus significados, características e papéis sociais eram bastante diversos do que se atribuem recentemente (WEISHEIMER, 2009, p. 51).

Castro destaca que juventude é uma categoria de múltiplos significados e que ser jovem, em muitos casos, representa uma estrutura social em que a juventude é entendida a partir de uma concepção transitória do ciclo de vida, o que os posiciona como:

[...] pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Juventude rural é uma categoria particularmente reveladora dessa configuração de relações de hierarquia. A análise dessa categoria permite percebermos como os processos de construção de categorias sociais configuram e reforçam relações de hierarquia social. Um recorte central para a compreensão da reprodução social de relações de poder e de subordinação é olharmos mais de perto para a “posição” que ocupa a “jovem mulher” nesse cenário (CASTRO, 2008, p. 124).

Quando se fala em agricultura familiar, encontra-se, nesse meio, a juventude que, segundo Deggerone (2013, p. 15), “ser jovem e ser jovem agricultor familiar constitui uma das condições mais importantes para a continuidade de um modo de vida”, tendo em vista a reprodução social da família aliada ao desenvolvimento

socioeconômico da unidade produtiva e à preservação ambiental dos meios de produção.

Carneiro (1998), no artigo denominado “O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”, em que foram estudadas duas comunidades rurais, uma do estado do Rio de Janeiro e outra no Rio Grande do Sul, sobre os projetos de vida desses(as) jovens, apresenta dois critérios para definição do que é ser jovem: o primeiro é a “preparação para o ingresso no mercado de trabalho” e o segundo, de “não ter constituído ainda uma unidade familiar autônoma via casamento.” Carneiro ressalta que “ambos os critérios são igualmente frágeis e carregados de ambiguidades construídas culturalmente” (CARNEIRO, 1998, p. 4). Destaca, ainda:

Assim, poderíamos dizer, a grosso modo, que o jovem é aquele indivíduo que se encontraria em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. Ou seja, a existência de um projeto para o futuro acompanhado de estratégias com graus variados de idealização seria, em termos genéricos, o que caracterizaria um indivíduo como jovem (CARNEIRO, 1998, p. 4).

Abramovay et al. (1998) ressaltam que a juventude rural é herdeira natural da profissão agricultor e que é necessário mais do que o aprendizado com a terra, ou seja, é importante aprender a gerir o patrimônio da família. Assim sendo, a continuidade da profissão de agricultor(a) está ligada à sucessão familiar, cabendo aos(às) filhos(as) prosseguir com as atividades administrativas e sucessórias.

Quando se trata de perspectivas e desafios é perceptível que a juventude, ao longo dos anos, vem criando estratégias para se manter e para o retornar no/para o campo. Assim, é importante, cada vez mais, ampliar a rede de pessoas e de entidades que assumam esse debate, tanto internamente, na família, e externamente, nos sindicatos, nas cooperativas e nas associações, para que, de fato, o debate e as práticas sejam constantes no quesito juventude da agricultura familiar.

3.2.1 Juventude da Agricultura Familiar: Sucessão, Herança e Retorno

Até o final dos anos 1960, além de alimentos e matérias-primas, os(as) agricultores(as) do Sul produziam algo mais importante: novas unidades de produção familiar, seja pela divisão das terras ou pela tentativa de alocar os(as) filhos(as) em outro local que fosse no espaço rural (ABRAMOVAY, 1998). Segundo o mesmo autor, existia com os(as) jovens, neste período, uma pressão moral para que dessem continuidade à profissão de agricultor(a), visto que as oportunidades de realização de projetos autônomos e de realização profissional era algo difícil de ser realizado. Ainda conforme Abramovay:

Por um lado, então há uma base objetiva que faz da agricultura a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações. Por outro, a ligação ao mundo comunitário, a incorporação dos valores próprios à continuidade da profissão paterna está também na raiz dessa fusão entre os objetivos da unidade econômica e as aspirações dos seus membros. Quando essa fusão desaparece é que surge a questão sucessória na agricultura (ABRAMOVAY, 1998, p. 27).

Então, a característica geral para esse período era a continuidade do modo de vida familiar, fato esse que muda a partir dos anos 1970, quando a agricultura familiar do Sul do Brasil apresenta uma dupla ruptura, tendo em vista que a possibilidade de construção de novas unidades reprodutivas se torna cada vez menor e, por outro lado, a compreensão de que os(as) jovens precisam seguir exatamente a função de seus pais é cada vez menos real (ABRAMOVAY, 1998).

É a partir daí que surge o que podemos chamar de questão sucessória na agricultura: é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade (ABRAMOVAY, 1998. p. 36).

Para Wanderley (2011), as diversas dinâmicas que ocorrem no interior dos estabelecimentos familiares acabam por acarretar na saída de uma parte dos(as) filhos(as). Em condições normais, uma família com mais de um(a) filho(a) terá, na geração seguinte, um(a) sucessor(a) no estabelecimento, devendo encontrar para

os(as) demais filhos(as), outras formas de realizar os seus projetos de vida. Neste sentido, a saída dos(as) filhos(as) para outras profissões e para as cidades não expressa, necessariamente, uma crise da agricultura familiar. “Esta ocorre muitas vezes quando, ao contrário, a família não consegue encontrar uma alternativa aceitável para os filhos que têm que partir” (WANDERLEY, 2011, p. 6). Para Stropasolas:

O processo sucessório é reconhecido como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a) (STROPASOLAS, 2011, p. 26).

Diante disso, salienta-se que o futuro dos estabelecimentos rurais familiares depende, também, do interesse dos(as) jovens sucessores(as) em permanecer na unidade produtiva (CARNEIRO, 2001). Ao contrário desta necessidade, o que se aponta como dificuldade principalmente para os pequenos municípios, com população essencialmente agropecuária, é o de criar possibilidades para manter e/ou garantir condições para que os(as) jovens tenham o poder da escolha (BORLAN, 2016).

Entende-se que o processo de sucessão precisa ser pensado com seriedade, pois, evidencia-se que cerca de dois milhões de pessoas deixaram o espaço rural entre os anos de 2000 e 2010, sendo que em torno de um milhão desta população que migrou está situada nos grupos etários de crianças, adultos e idosos, e cerca de um milhão desta é composta por jovens, isto é, metade da migração do campo para a cidade é do grupo social etário considerado como jovens (MMC, 2013). O debate sobre o processo sucessório das unidades produtivas é um dos maiores desafios para a continuidade da agricultura familiar, pois, é a partir do desejo e das condições estabelecidas que o(a) jovem pode decidir, conjuntamente com a sua família, a sua permanência ou o seu retorno para o campo.

Abramovay (1998), em um estudo realizado no município de Saudades, em Santa Catarina, com 53 famílias, apresentou as mudanças que os processos sucessórios vinham passando e sugeriu ações e políticas que poderiam possibilitar as condições de melhorias na vida no campo. O autor apontava, como elemento para a discussão, que a sociedade como um todo, também deveria se preocupar com as

novas gerações de agricultores(as) e que o tema da sucessão precisaria ser debatido para além das famílias.

A sucessão geracional nas unidades familiares, a diminuição do êxodo rural e o fortalecimento da agricultura familiar é uma luta de toda a sociedade, das lideranças sociais, dos agentes públicos e dos governantes de todas as esferas. O futuro das comunidades rurais, da ocupação do espaço e da própria cultura estarão em risco se não diminuir o alto índice de evasão do campo. Conforme Abramovay (1998, p. 17), “é em grande parte, em torno dos temas ligados à sucessão que vai ser decidido se o espaço rural poderá ser vitalizado com um grupo de jovens envolvidos em sua valorização ou se ele rumará inelutavelmente para o esvaziamento”.

Conforme Kischener, Kiyota e Perondi, é importante salientar que, historicamente, os processos sucessórios tiveram dinâmicas diferenciadas:

[...] se analisarmos entre gerações de agricultores se fazia mais pela tradição cultural do que pela lei, que acabava por deixar uma parte da família à margem do processo, principalmente as mulheres, estabelecendo a prioridade de acesso à sucessão na unidade de produção ao filho mais velho (na primogenitura) ou ao mais jovem (na ultimogenitura ou minorato¹²) (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015, p. 2).

A juventude rural se encontra diante de muitos desafios e incertezas entre “sair e ficar” no campo (CASTRO, 2005) ou entre “ficar e partir” (KUMMER, 2013). Entre as dificuldades de permanecer na agricultura há os limites impostos pelos conflitos geracionais, pela escassez da terra, pela baixa renda das famílias e, conseqüentemente, pelo investimento na produção. Para Kummer (2013, p. 19), entre os fatores associados à saída, de um lado estão “os atrativos da vida urbana”, principalmente, quando se refere a trabalho remunerado, como “fatores de atração” e, de outro lado, os obstáculos da vida no meio rural e da atividade agrícola, como “fatores de expulsão”. Neste contexto, a falta de expectativas e os inúmeros desafios no meio rural, para a juventude, acabam direcionando os projetos de vida destes(as) jovens para o modo de vida urbano. Assim, a continuidade da agricultura familiar,

¹² Quando a terra é transmitida para o(a) filho(a) mais novo(a) que, em contrapartida, responsabiliza-se por cuidar dos pais durante a velhice.

como apontam Brumer et al. (2008), está ligada à disposição dos(as) jovens filhos(as) dos(as) agricultores(as) em sucederem seus pais.

No mesmo sentido, Castro (2009) complementa que a falta de interesse da juventude na agricultura, os atrativos ilusórios das cidades, o acesso à tecnologia, ao trabalho, à diversão e a maior independência, entre outros benefícios do urbano pouco disponíveis no rural, também, estão associados à migração dos(as) jovens para as grandes capitais. Isto leva os jovens rurais a encararem a agricultura de forma mais negativa do que positiva.

O desinteresse dos(as) jovens rurais em continuar as atividades da família e permanecer no campo é uma realidade preocupante (PANNO; MACHADO, 2014), existindo diversos fatores que são considerados pertinentes na decisão de abandonar ou não o meio rural. Conforme Wanderley (2000), com a ausência de indústrias e de atividades de serviços, o ambiente rural pouco tem a oferecer como alternativa de ocupação e renda à população rural, especialmente, aos(as) jovens.

Diante disso, a “saída de casa” faz uma ruptura com a subordinação e a dependência econômica da família (CASTRO, 2005). Ressalta-se que este é um dos fatores principais na tomada de decisão dos(as) jovens rurais, pois prezam por tentar diminuir a hierarquia e a autoridade vinculadas à relação familiar. Em contrapartida, os centros urbanos também possuem algumas características atrativas que, em paralelo com os fatores de expulsão do meio rural, contribuem para a ocorrência dos processos migratórios.

Spanevello et al. (2011, p. 8) enfatizam que os motivos que levam os(as) jovens a sair do espaço rural são variados e vão desde a forma de “educar os filhos (exigindo [...] maior participação na execução das atividades [...]) ou impondo maior rigidez na circulação dos filhos nos espaços externos ao meio rural”. Segundo as mesmas autoras, também, a perspectiva do trabalho, que se relaciona à divisão das atividades, à circulação (que de forma geral é facilitada pelas condições de mobilidade que os(as) jovens têm) em espaços urbanos, onde se possibilita um contato com outra realidade, aumentam as chances de saída. Além disso, “o prolongamento dos estudos é visto como a primeira porta de saída dos filhos do meio rural e provocador dos processos de individualização” (SPANVELLO et al., 2011, p. 9).

Para Wanderley (1996), as famílias têm como referência, além da garantia de se manter produzindo no presente, a preocupação com as próximas gerações, isto significa “um projeto para o futuro” (WANDERLEY, 1996, p. 4). Segundo a autora, um dos principais eixos das famílias está relacionado à produção, ao trabalho e à esperança de tudo o que é investido na unidade de produção, entre aquilo que é bem material e o que é trabalho, a ser difundido pela próxima geração, garantindo assim sua continuidade.

Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc., são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes (WANDERLEY, 1996, p. 44).

Um outro fator a ser considerado em todo o processo que envolve a sucessão familiar e todos os seus desafios é a relação da família com os(as) demais filhos(as) que não serão os(as) sucessores(as). A “divisão da herança”, tema que ainda é pouco debatido e, muitas vezes, não tem uma construção, de forma mais clara, entre a família. Desta forma, muitos(as) jovens têm a sensação de que é preciso ter isto estabelecido entre toda a família para que haja “segurança” em fazer mudanças ou investimentos na unidade de produção, já que eles(as) não sabem como se dará tal divisão.

No Brasil, segundo Carneiro (2001, p. 23), mesmo o Código Civil estabelecendo a igualdade entre todos os(as) filhos(as) no que diz respeito ao direito à herança, “as regras culturais modificam a lei de acordo com os “interesses” de um ator coletivo - a família -, que se impõe aos interesses individuais”. Isto se torna real quando o que está em debate é a continuidade da integridade do patrimônio como “condição para o funcionamento da unidade de produção, e para a reprodução de uma identidade social sustentada na propriedade fundiária e no trabalho agrícola” (CARNEIRO, 2001, p. 24). Ainda, para Carneiro, (2001, p. 25), quando se fala de herança para a agricultura familiar, precisam ser reconhecidos dois processos que se

entrecruzam: “a escolha do sucessor – aquele que assegura a continuidade da exploração agrícola e a manutenção do grupo familiar – e a partilha dos bens, diretamente associada ao primeiro”.

Dessa forma, Foguesatto et al. (2016) colocam que, com o desinteresse dos(as) jovens em administrar as atividades realizadas no campo, nos últimos anos o tema relacionado à sucessão geracional no meio rural familiar vem alcançando patamares elevados na academia, sendo motivo de estudo em diversas regiões do Brasil. Assim, a continuidade da agricultura familiar, como citam Brumer et al. (2005), está relacionada à disposição dos(as) jovens filhos(as) dos(as) agricultores(as) em suceder seus pais. Logo, a não sucessão e o processo de migração dos(as) jovens para os centros urbanos são percalços para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A inexistência de ações de intervenção para a juventude rural, no Brasil, acarreta na exclusão social, conforme expressa Castro:

[...] seja pela invisibilidade de suas demandas nas esferas das políticas públicas, [...], seja pelas difíceis condições de permanência dos jovens no meio rural, afetada por questões “objetivas” e “subjetivas”, “novas” e “velhas” (CASTRO, 2009, p. 18).

Neste contexto, Carneiro (1998) coloca que os(as) jovens rurais ou filhos(as) de agricultores(as) ficam preenchendo o vazio estatístico composto pelos(as) que ainda não ingressaram na vida ativa, esperando atingir a maioria para se tornarem visíveis à sociedade.

Para Carneiro (2007), novas ocupações não agrícolas aparecem como alternativas viáveis para a juventude rural, inclusive nas atividades associadas à exploração do turismo. Além disso, a mudança na remuneração, o direito a férias e aos finais de semana remunerados aparecem como estímulos que afetam os projetos de vida da juventude rural. Diante disso, evidencia-se que a literatura e a legislação apontam para um número considerável de políticas públicas destinadas à agricultura familiar e à juventude rural.

Ainda, Redin (2017) afirma que o acesso à educação insere o(a) jovem no processo de aquisição de conhecimentos, influenciando positivamente para a transformação da unidade agrícola familiar, sendo valorizado(a) pelo próprio núcleo

familiar, em especial no nível superior, fator fundamental para a permanência do(a) jovem na unidade de produção rural.

Portanto, a juventude rural figura no movimento campo/cidade para além do tradicional êxodo rural. Estes(as) jovens seriam como “andorinhas” que, de acordo com a autora Scopinho (2011, p. 18), “é aquele que vai e vem no percurso assentamento-cidade-assentamento em busca de trabalho e moradia, onde houver um jeito melhor para sobreviver”. Visto isto, o contexto em que se encontram os(as) jovens do campo traz a demanda das jovens mulheres na luta pela terra (SCHWENDLER, 2015), porque, além das hierarquias geracionais, elas enfrentam as assimetrias de gênero na organização familiar.

Para Beduschi Filho (2006, p. 6), “existem duas dimensões, as oportunidades e conflitos, que estão cotidianamente presente nos territórios rurais”. Criar condições favoráveis para aprender a lidar com elas, de forma a aproveitar as oportunidades e reduzir os efeitos negativos dos conflitos, é um desafio no processo de formação de jovens rurais. Tais aspectos estão relacionados às condições socioeconômicas da família e da unidade de produção, à educação, ao acesso ao lazer, ao envolvimento e à participação em movimentos sociais, à remuneração e à autonomia juvenil, à perspectiva de herdar a unidade de produção e suceder os pais, à percepção acerca do trabalho agrícola, à facilidade de acesso ao crédito e às políticas públicas, em especial, as de auxílio à juventude.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (1996), para que a transformação produtiva experimentada pelas economias rurais seja mais equitativa, a geração atual de jovens rurais deverá assumir um papel central neste processo, como ator social e protagonista de novas atividades produtivas. Menezes et al. (2014) citam que, para a permanência dos(as) jovens no rural, o direcionamento de políticas públicas, tais como a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, podem ser determinantes para a discussão de novas estratégias de produção para a agricultura familiar e orientação para a articulação com setores e/ou políticas públicas capazes de auxiliar a juventude rural na sucessão familiar.

Uma política pública de juventude deve constituir-se como um conjunto de estratégias e de ações que venha ao encontro das mais diversas realidades dos(as) jovens que, além de estabelecer direitos, estabelece responsabilidades e afirma a

identidade. As políticas públicas precisam proporcionar aos(as) jovens condições de implementar seus projetos de vida, e isto vai para além do econômico, diz respeito à educação, à assistência técnica, à cultura, ao lazer, à inclusão digital, entre tantas outras demandas.

A FETRAF-SUL/CUT e a CONTAG destacam que os(as) jovens vêm participando ativamente de todos os espaços nos quais o tema de discussão diz respeito à juventude, à construção e ao aprimoramento das políticas públicas e, também, em espaços de debates nos quais os(as) jovens de toda a parte do país se reúnem para pensar estratégias para a permanência dos(as) jovens no campo, a exemplo das Conferências Nacionais de Juventude realizadas em 2008 e 2011 (CONTAG, 2015). Assim, uma parcela importante desta população tem demonstrado que deseja permanecer no campo e nas florestas, mas deseja viver sua juventude de forma plena. Neste sentido, os três Acampamentos de Juventude da FETRAF-SUL/CUT apontaram como estratégia central que:

[...] é preciso inovar nas concepções de políticas públicas e considerar a juventude para além de um grupo social de uma determinada faixa etária, mas uma etapa da vida tão importante quanto as outras interpretá-las como uma condição social e como sujeitos de direito (FETRAF-SUL/CUT, 2007).

Diante disso, desde a sua criação em 2005, uma das diretrizes que norteia a ação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ é a de que os(as) jovens devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos e de políticas públicas (CONTAG, 2015). Cabe a SNJ, a responsabilidade pela elaboração e por promover a participação dos(as) jovens na construção das políticas públicas, tendo como ponto de partida as características, as especificidades e a diversidade da juventude.

Aliado a isso, Castro (2016, p. 100) menciona que, entre 2005 e 2015, diferentes ações governamentais em conjunto com a sociedade civil “[...] trouxeram a juventude para o centro do debate dos rumos para o desenvolvimento brasileiro [...]”, as quais garantiram um novo status para a juventude, a partir de avanços e visibilidade de uma agenda relacionada à questão da juventude neste período. Entretanto, conforme a autora, “[...] as possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia” (CASTRO,

2016, p. 101) são desafios para muitos(as) jovens que vivem no mundo rural, na medida em que enfrentam barreiras para a sua autonomia e em relação à possibilidade de escolhas.

No Brasil, atualmente, segundo Barcellos (2014) e Castro (2016), a juventude rural passa a ser legitimada como um agente de atuação política que se organiza para demandar direitos e políticas públicas no âmbito governamental. Neste contexto, os autores Menezes, Stropasolas (2011) e Barcellos (2014) destacam também as ações que o governo desenvolveu, direcionadas à juventude no espaço rural, entre 2003 e 2010, e que foram articuladas por diferentes ministérios. Dentre elas, destacam-se as voltadas à disponibilização de crédito para aquisição de terra, à construção de moradias, ou para a realização de projetos produtivos, de formação em educação do campo, tais como: o Nossa Primeira Terra no Programa Nacional de Crédito Fundiário – NPT/PNCF e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Jovem, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que aborda, de forma transversal, os(as) jovens do campo, ao propor o fomento da educação básica, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental.

Segundo o material elaborado pela FETRAF-SUL/CUT, no projeto “Consórcio Social da Juventude Rural”, desenvolvido com jovens dos três estados do Sul (2004), a juventude rural não se limita a questões pontuais e específicas, como o acesso a terra ou a inserção no mundo do trabalho, sendo a sua pauta, diversificada e ampla na medida em que “[...] ela está integrada à defesa do projeto de sociedade soberana, democrática, igualitária e com desenvolvimento rural sustentável e solidário” (FETRAF-SUL/CUT, 2004).

Diante disso, existem políticas voltadas ao incentivo da permanência da juventude no campo por parte do governo, porém elas entram no campo genérico de políticas públicas, sendo que não há em vigor, programas destinados exclusivamente à juventude. Entretanto, para além de todas as dificuldades existentes para que o(a) jovem permaneça e/ou retorne para o espaço rural, a disposição em permanecer ainda é grande e, entre os jovens abordados nesta pesquisa, o retorno ao campo tem ganhado força no último período.

Em tempo, não tem como terminar uma sessão falando sobre juventude e política pública e não atualizar a situação que vivemos no país neste momento. Hoje o quadro que temos é de fragilidade e desmonte das políticas existentes.

Sabemos que programas governamentais, projetos e incentivos são essenciais para potencializar e estimular a permanência e o retorno dos(as) jovens para o campo. Para que as políticas públicas e os programas sejam implementados, faz-se necessário que sejam construídos pelos(as) jovens e negociados com eles(as), mas precisa de comprometimento e boa vontade por parte dos governos. Porém, o que foi tão importante para garantir a permanência e o retorno dos(as) jovens anteriormente, hoje, tornou-se um cenário de falta de perspectivas/expectativas.

3.3 A ressignificação do rural pelo olhar da juventude e o seu retorno para o campo

Segundo Schneider (2003), percebe-se que a incorporação da expressão “agricultura familiar” ganhou projeção somente a partir do final dos anos 1980 e, sobretudo, a partir da primeira metade da década de 1990, conforme salienta:

A emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira parece ocorrer, quase simultaneamente, em duas esferas distintas, no início da década de 1990. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, especialmente os da região Sul do Brasil, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que introduziram a expressão (SCHNEIDER, 2003, p. 29).

Olhar pelas lentes do caráter diverso da agricultura familiar, analisando a interação entre as famílias rurais e os territórios na dinâmica de reprodução social e considerando os modos de vida das famílias na sua integralidade, é pensar o desenvolvimento como um todo e não apenas em seu aspecto econômico. Segundo Carneiro e Maluf (2003), a agricultura familiar brasileira possui um aspecto multifuncional, que é formado pela reprodução socioeconômica das famílias rurais, a

promoção da segurança alimentar do seu núcleo familiar e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Corroborando com os escritos anteriores, para Veiga (2004), os(as) agricultores(as) familiares são responsáveis pela produção de alimentos saudáveis, pela preservação das tradições, pelos conhecimentos, pelas culturas, pelos saberes e pela manutenção dos espaços rurais. Desta forma, novas atividades surgem nos espaços rurais, remetendo à necessidade de novos arranjos organizacionais, como associações, pequenas cooperativas, mudanças nas relações trabalhistas, as quais permitem a cobertura e os direitos, principalmente, de quem vende a sua força de trabalho.

Wanderley (2001) considera que, além da detenção dos meios de produção, a família é a principal força de trabalho, produzindo para o consumo e para o mercado. A conjugação destas características, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva ser associada à família-produção-trabalho tem consequências primordiais nas ações econômica e sociais, pois, a partir desta configuração, ocorre a reprodução das gerações subsequentes.

Do ponto de vista de Souza (2005, p. 92), existe a necessidade de olhar a juventude como uma construção social que “emerge, de uma correlação de forças que produzem efeitos de visibilidade que constituíram as representações de identidades ‘jovem’ e maneiras de ‘ser’ e ‘viver’ a elas associadas”. Neste sentido, os autores Silva et al. destacam que:

Para todas essas atividades, a educação, a qualificação e o treinamento das pessoas são fundamentais. A passagem de atividades agrícolas para não-agrícolas não é automática e exige grande esforço de aprendizado das pessoas. Enfim, é preciso remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas, sem o quê o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido (SILVA et al., 2002, p. 63).

É nessa perspectiva que a juventude rural pode ser considerada como categoria de múltiplas dimensões, formada pela pluralidade, que se reinventa, reconfigura-se e se reestabelece constantemente em defesa da posição de lugar nas sociedades contemporâneas (NOVAES, 1998; GROPPPO, 2000; PAULO, 2011). A

aceitação deste modelo pode contribuir para uma prática de ressignificação dada pelos(as) jovens com relação ao modo de vida rural. Depois da decisão de permanecer no meio rural, os(as) jovens entram em conflito consigo mesmos(as) e acabam optando pela reprodução ou ressignificação dos padrões culturais da vida no campo (SILVA, 2012). Para Godoy et al. (2009), a prática possibilita o aumento da renda para a família, revitaliza o espaço rural e as suas funções e promove estímulo para a permanência dos(as) jovens.

Nesse contexto, observa-se que a migração das jovens que buscam a escolarização e que, geralmente, inserem-se no trabalho doméstico urbano, tem modificado a paisagem rural (RENK, 2004). Logo, a reestruturação de gênero, segundo Walby (1997), ocorre num contexto de reestruturação econômica, política e sociocultural, que insere os(as) jovens do campo no mundo globalizado, com acesso às tecnologias de comunicação e com maior acesso à escolarização.

Diante disso, a ressignificação inicia pela substituição da agricultura convencional pela agricultura orgânica, por exemplo, podendo ser chamada, também, de nova ruralidade, a partir de uma lógica sustentável. Conforme Stropasolas et al. (2006, p. 67), “a proposição de uma nova ruralidade busca resgatar e colocar em relevo a importância que adquirem o espaço rural, as atividades agrícolas e as populações aí residentes”. Assim, esta nova ruralidade é percebida pela diversidade de atividades que são desenvolvidas dentro de uma mesma unidade de produção.

Os estudos de Brumer et al. (2000) demonstram que as expectativas da permanência dos(as) filhos(as) na atividade agrícola estão interligadas a fatores internos e externos concernentes às unidades de produção. Dentre eles, destacam-se a escolha profissional e a valorização da profissão de agricultor(a) em relação a outras atividades, o modo de vida no meio rural, as relações de gênero (maiores ou menores chances para as mulheres), as relações entre pais e filhos(as), as oportunidades de acesso a atividades não agrícolas (por algum membro da família), a viabilidade econômica da unidade de produção e a qualificação necessária para ser um(a) agricultor(a) de sucesso no mercado.

A partir da diversificação da produção familiar, a mecanização da produção e a conquista de novos mercados para venda dos produtos agrícolas vêm se fortalecendo como um novo campo de possibilidades para a geração desses(as) jovens que

desejam permanecer no trabalho agrícola. Para Carneiro (1998), este processo é resultado do reconhecimento da importância da realização de projetos individuais destes(as) jovens. Diante disto, o(a) jovem é o(a) personagem sobre o(a) qual a sociedade deposita suas crenças, suas esperanças futuras, o elemento de renovação, entretanto, pode ser, ao mesmo tempo, uma ameaça (STROPASOLAS, 2013), pois a juventude rural é uma categoria heterogênea, complexa e que precisa ser melhor compreendida.

Nessa perspectiva, segundo Abramovay (1998), para suprir as necessidades da agricultura familiar em termos de políticas públicas, financiamentos, investimentos e ações de extensão rural, é imprescindível ponderar e reconhecer suas diferenciações internas, e não tomar a agricultura familiar como um grupo compacto e homogêneo. Visto isto, observa-se que a permanência da juventude no campo depende da realização de novos investimentos, da aquisição de tecnologias para a unidade de produção e da diminuição do trabalho braçal (SPANVELLO, 2008).

Nesse sentido, de acordo com Weisheimer (2005), a participação dos(as) jovens em diferentes projetos de capacitação e de formação técnica profissional são ferramentas motivadoras para a permanência no campo e para o fortalecimento das suas identidades enquanto agricultores(as), pois viabilizam a introdução de novas técnicas nas atividades agrícolas. Assim, conforme Conceição Júnior et al. (2012), planejar o desenvolvimento rural pressupõe o fortalecimento da agricultura familiar e, nesta perspectiva, é essencial incluir os(as) jovens como atores sociais do espaço rural e capacitá-los(as) para ocupar tal posição e tal responsabilidade.

Portanto, acredita-se que juventude rural possui muitas oportunidades no campo, apesar dos inúmeros desafios e obstáculos criados pela própria família, pela comunidade e pela sociedade. O rural se tornou um espaço de luta e de significados. Assim, as políticas públicas são mecanismos de incentivo e de estímulo para os(as) jovens que aspiram viver e construir seus projetos produtivos no campo.

3.3.1 Sindicalismo da Agricultura Familiar: a sua história e a sua relação com o retorno dos(as) jovens para o campo

Como o foco da pesquisa são jovens associados(as) ao SINTRAF, é importante destacar qual o papel desta entidade no debate sobre juventude, por onde perpassam as suas ações para garantir a esta categoria, condições de permanecer e/ou retornar para o espaço rural. Medeiros (1990, apud THOMAZ JUNIOR, 1998) afirma que foi no final da década de 1940, o efervescer das primeiras organizações de trabalhadores no campo na busca por regulamentação sindical.

No entanto, a institucionalização da Sindicalização Rural se deu no início dos anos 1960 e, segundo Picolotto (2016), seguiu o formato do sindicalismo urbano que é anterior. Corroborando com isto, Pirin (2006, p. 21) aponta que os “Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs passaram a amparar, desde 1971, todas as categorias de trabalhadores na agricultura: trabalhadores assalariados, pequenos proprietários rurais, arrendatários, parceiros, meeiros entre outros”. Picolotto complementa que:

Cada uma destas categorias teve a sua estrutura sindical reconhecida e regulamentada pelo Estado. O sindicalismo dos trabalhadores rurais foi organizado na forma de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) ao nível dos municípios, nas Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) nos estados e na CONTAG, órgão sindical superior em nível nacional. Como a legislação foi montada em cima do princípio da unicidade sindical, toda a diversidade de grupos sociais e de situações de trabalho rural foi enquadrada na categoria trabalhador rural (PICOLOTTO, 2016, p. 4).

O Golpe Militar de 1964 transformou os sindicatos em balcões assistencialistas, pois passaram a priorizar atendimentos médicos e odontológicos, funções diversas daquelas para as quais haviam sido reivindicados, gerando descontentamento. Reflexo dessa situação foi que, no final da década de 1970, emergiu uma demanda para reestabelecer a essência da sindicalização e torná-la ferramenta de luta e de organização dos trabalhadores do campo. Neste sentido, Pirin (2006, p. 21) destaca que: “Na década de 1980 os STRs lutaram por diversas questões, desde direitos previdenciários para os trabalhadores rurais assalariados até os pequenos proprietários rurais que utilizam apenas a mão de obra familiar”.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais se constituiu, historicamente, a partir de quatro fases diferentes: sindicato assistencialista, sindicato combativo, sindicato das mobilizações e sindicato propositivo. Segundo Coletti (2005), estas fases expressam o percurso do sindicalismo no histórico político brasileiro, sendo que a fase assistencialista se estabeleceu entre as décadas de 1960 e 1980, quando os sindicatos se ocupavam de questões previdenciárias e de serviços médicos e odontológicos, em um contexto no qual o governo intervinha diretamente naqueles.

Nas fases combativa e de mobilizações, os sindicatos, que já não eram mais aliados ao governo, buscavam novas formas de associativismo e de agregar maior quantidade de trabalhadoras e trabalhadores para mobilizações e atos em defesa de seus direitos. A fase propositiva, como aponta Picolotto (2016), constitui-se da perspectiva de passar de um sindicalismo reivindicatório, marcado fortemente por mobilizações e reivindicações da década de 1980, para um sindicalismo propositivo, que faz mobilizações, mas que tem propostas concretas para um projeto para a agricultura e para o país.

Esse novo sindicalismo se construiu com muitas dificuldades, pois grande parte dos(as) próprios(as) agricultores(as) não compreendiam esse novo modelo de sindicato e essa nova estratégia sindical. Grande parte dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que assumira essa nova linha de ação viu seus quadros de associados(as) sofrer uma redução muito grande, pois a maioria deles(as) estava vinculado(a) à entidade em busca de assistência médica, odontológica, jurídica e social. Assim, os sindicatos deixam de oferecer convênios com médicos, dentistas, advogados e outros profissionais e assumem uma atuação em busca de direitos sociais e econômicos dos(as) agricultores(as), mobilizando a classe para a luta contra os processos de exploração, além de buscarem se democratizar pelo envolvimento dos(as) associados(as) nos grandes debates classistas.

Identidades culturais e condições edáficas semelhantes evidenciavam uma realidade agrícola semelhante nos três estados do Sul do País – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – que na década de 1980 fundou a Articulação Sindical Sul, reconhecida base sindical pela importância na organização da região Sul do Brasil e por reivindicações, como: anistia, legislação da política agrícola, concessão de crédito de emergência, previdência social e saúde.

Concomitantemente, e em nível nacional, entidades sindicais de oposição à estrutura organizacional assistencialista adotada pelo Governo Federal iniciaram articulações e tiveram participação decisiva na formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, no ano de 1983. Dentro da CUT, os trabalhadores rurais organizam o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais – DNTR, no ano de 1989, e, posteriormente, os departamentos estaduais. É importante lembrar que, nesse período, o país passava por momentos de transição e de diversas lutas políticas, nas quais estava a elaboração de uma nova Constituição, pela qual, após 1988, foi preciso lutar em dobro para que ela fosse posta em prática. Neste sentido, toda a classe de trabalhadores(as) do país, como professores(as), bancários(as), operários(as) e estudantes, estava se organizando politicamente ou buscando a reivindicação de seus direitos. Tais marcadores, após a primeira fase dos sindicatos, são denominados por Favareto (2006) como constituintes de um novo sindicalismo, do qual o meio rural se ocupou com grande demanda.

Após essa fase, no contexto das ruralidades, as ações foram marcadas pela construção e pela organização da identidade da agricultura familiar e a proposição de um novo modelo de desenvolvimento nessa perspectiva (COLETTI, 2005). É a partir disto que as políticas públicas voltadas às demandas da agricultura familiar tomam corpo, como, por exemplo, o PRONAF.

Schneider (2003, p. 3) afirma que a unificação do discurso político foi essencial para que os sindicatos comesçassem a “se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação”. Picolotto (2016) aponta que o processo de construção dos(as) agricultores(as) familiares como categoria contou com uma série de iniciativas que partiram do sindicalismo. A partir de 1996, de forma permanente, iniciaram as ações de animação de base e eventos com grande participação de agricultores(as) e entidades. O início desse trabalho ocorreu com a construção de um grande Mutirão de Animação da Base realizado entre 1996 e 1997 pelo Fórum Sul dos Rurais com apoio da Escola Sindical Sul da CUT e do Departamento Sindical de Estudos Socioeconômicos Rurais – DESER (PICOLOTTO, 2016).

Para compreender o processo de construção da FETRAF-SUL/CUT é importante salientar que, anterior a isto, os sindicatos pertenciam à estrutura da

CONTAG¹³. Segundo Bolter, a CONTAG era a principal e a maior organização social do campo no Brasil, mas que se mantinha fazendo representação sindical pouco propositiva e

[...] discordando dos métodos de encaminhamento, surgiram outras duas organizações oriundas do campo dos rurais da CUT: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em 1997, com um viés mais contestatório (assim como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, optou por não organizar-se a partir da estrutura sindical e sim de movimento); a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), surgiu, em 2001, com um viés mais propositivo e de diálogo frente aos governos (BOLTER, 2013, p. 62).

Albani aponta que depois da criação da FETRAF-SUL/CUT se constroem elementos que norteiam as novas diretrizes dentro da estrutura da Federação:

Foram constituídos os coletivos de Jovens e de Mulheres, além das secretarias de Formação, Produção e Socioeconômica Solidária, Gestão e Finanças, Política Sindical e Organização, Política Agrícola e Agrária, Políticas Públicas e Comunicação. A entidade surgiu com o objetivo de superar alguns desafios, tais como: construir a visibilidade, identidade e representação da Agricultura Familiar; ser um ator social e político no processo de elaboração e construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, tendo presente a Agricultura Familiar como um setor estratégico; ser um instrumento político de potencialização do ator social-Agricultura Familiar - na disputa de espaços na sociedade e na própria esquerda; enfrentar e romper com o modelo do sindicalismo oficial (ALBANI, 2015, p. 4).

Portanto, as visões desses autores se complementam, na medida que reconhecem a importância que o sindicalismo teve para a construção da categoria agricultura familiar e, também, sobre a construção de pautas propositivas para o fortalecimento e construção de políticas públicas. Em relação ao tema juventude, a FETRAF-SUL/CUT insere o tema nos seus debates com o objetivo de ampliar as conquistas de políticas públicas que garantam o acesso à terra, à geração de renda, à inclusão social e digital e à sucessão nas propriedades da agricultura familiar. Os(as) jovens são fundamentais no processo construtivo de participação social para a

¹³ Ver Coletti (2005), Borba (2016) e Picolotto (2016).

diminuição das desigualdades sociais e para a continuidade da produção de alimentos do país.

Os sindicatos vinculados à FETRAF-SUL/CUT têm desempenhado um papel importante no processo de organização nacional da juventude da agricultura familiar, contribuindo fundamentalmente para a definição de uma pauta de reivindicações específicas, na luta pela defesa de interesses e representação política de jovens. Um dos temas que é debatido no âmbito do sindicalismo é o da sucessão familiar e sobre isto, o coletivo de jovens da FETRAF-SUL/CUT tem definido que:

Acreditamos que a sucessão das propriedades familiares deva ser de interesse dos jovens, mas não somente deles. Deva ser de interesse de todos, dos governantes do país, dos estados, das prefeituras, do parlamento, das organizações da sociedade, das atuais e gerações de lideranças políticas, independente de partidos e de gestões de governos. (ACAMPAMENTO DA JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2011).

Sobre a agricultura familiar o coletivo defende que:

A agricultura familiar brasileira é patrimônio do país, e assim deve ser concebida e valorizada. Pelo seu papel estratégico de garantia na produção de alimentos e outros produtos, da ocupação do território, preservação da agrobiodiversidade, da valorização da cultura local, preservação da paisagem, da descentralização industrial, entre outros aspectos. A agricultura familiar é multifuncional, prestando um conjunto de serviços ao país, devendo ter tratamento diferenciado. Mas para continuar a existir é preciso ter pessoas trabalhando nestas propriedades (ACAMPAMENTO DA JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2011).

Sobre a pautas para a juventude. a defesa do coletivo gira em torno de um “rural com gente”:

Defendemos um Rural com Gente. O Rural para nós não deve se resumir a negócios. E para se ter pessoas habitando o meio rural, produzindo é necessário que sejam criadas as condições para isso, com diversos tipos de estímulos, infraestrutura necessária, de políticas públicas adequadas e do apoio e valorização da sociedade. Para isso temos que debater, olhar o que a realidade nos indica, traçar estratégias, buscar aliados, valorizar nossas conquistas e criar as condições para novos avanços. Acreditamos que é possível ter propriedades familiares, com gente trabalhando com satisfação, comunidades e pequenos municípios valorizados e integrados ao mundo

moderno, um rural produtivo e bom lugar para se viver (ACAMPAMENTO DA JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2011).

Ao legitimar a importância da organização da juventude, o sindicalismo da FETRAF-SUL/CUT entende que é a partir das demandas oriundas dos(as) próprios(as) jovens que se elabora uma pauta nacional de reivindicações aos governos federal e estaduais. Por esta razão, aos eixos centrais da pauta que se referiam a temas como reforma agrária, meio ambiente, renda agrícola e comercialização, foi incorporada a necessidade de educação específica, de cultura e de inclusão social e digital para os jovens. Estes(as) mesmos(as) jovens têm a compreensão do seu papel na organização sindical e, ao findar o documento que constrói as diretrizes do Coletivo Regional Sul, o apontamento é:

Somos, a juventude da FETRAF-SUL/CUT, nos orgulhamos de pertencer à agricultura familiar, de morar no meio rural, da nossa cultura e dos nossos símbolos. Nos orgulhamos de lutar por nossos direitos, por políticas públicas que consideramos importantes, pelo que acreditamos, por um mundo melhor para nós, para nosso povo, para todos e para os que virão depois de nós (ACAMPAMENTO DA JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2011).

Resgatar a história é fundamental para compreender todo o processo de avanços e de construções que se teve ao longo dos anos, além de reconhecer a importância da organização sindical para o fortalecimento da agricultura familiar e da juventude. E, na atualidade, quais são os desafios do movimento sindical com a organização e o fortalecimento da juventude? Que estratégias estão sendo construídas para o fortalecimento da juventude sindicalizada? Em entrevista feita com o coordenador geral e com a secretária de juventude da FETRAF-PR, estes apontam que as principais estratégias são:

Buscar garantir a presença em todos os espaços de no mínimo 30% que sejam jovens, nos congressos direções e plenárias, processo formação, renovação de lideranças jovens, garantia da participação de jovens nos programas, ações e atividades vinculadas a produção e comercialização (SECRETÁRIA DA JUVENTUDE DA FETRAF-PR, 2021).

Para o coordenador geral da FETRAF-PR, durante o planejamento das ações do corrente ano, quando se trata de juventude, a estratégia está relacionada ao trabalho de base e ao levantamento de demandas dos(as) jovens:

A principal estratégia da Fetraf-Paraná em sua atuação junto à juventude se dá a partir do trabalho de base, na base e com a base, na metodologia de ouvir os anseios e levantar as demandas dos Sindicatos e Coletivos de Juventude existentes, neste sentido a Direção da Fetraf por meio da Coordenação de Juventude busca juntar as demandas para transformar em pautas propositivas de luta para o fortalecimento da juventude como protagonista e ator estratégico na construção de um Projeto de desenvolvimento alternativo sustentável e solidário para a Agricultura Familiar (COORDENADOR GERAL DA FETRAF-PR, 2021).

Como se percebe, dentro daquilo que a FETRAF-PR considera como estratégico no âmbito do debate com juventude, perpassa a participação nos espaços decisórios, a geração de renda e a construção conjunta de pautas propositivas. No último Encontro Estadual da Juventude (Figura 2), as discussões apontaram para três propostas que norteiam as ações até os dias atuais:

1. A Construção de um Plano Nacional de Apoio à Juventude e à Sucessão na Agricultura Familiar com objetivo de incentivar os jovens a permanecerem no meio rural, articulando: acesso a terra, acesso à moradia, acesso ao crédito em infraestrutura de produção, acesso ao acompanhamento técnico, e acesso aos serviços de infraestrutura (energia, internet, telefonia).
2. Implementação de políticas de cultura, de educação e de lazer para o bem viver do jovem da agricultura familiar, possibilitando novas formas de integração social para promover qualidade de vida de maneira integral da população que vive no meio rural.
3. Criação do Programa Nacional Bolsa de Estudo ao Jovem da Agricultura Familiar, como incentivo ao jovem para implementação, na propriedade, de um projeto produtivo, tendo como público os(as) jovens da agricultura familiar de 18 a 29 anos (FETRAF-PR, 2014).

Figura 2 – Encontro Estadual da Juventude da FETRAF-PR (2014).



Fonte: arquivo da autora.

E, quando se relaciona aos desafios da permanência e/ou retorno do(a) jovem, para a secretária de juventude eles estão relacionados, principalmente,

[...] com a sucessão familiar com a forma de diálogo da família, onde muitas vezes os pais não dão abertura aos filhos nas tomadas de decisões da unidade de produção. A falta de renda própria do jovem, acessibilidade, infraestrutura, internet e lazer, também estão entre os grandes desafios para a juventude (SECRETARIA DA JUVENTUDE DA FETRAF-PR, 2021).

Em relação ao papel dos Sindicatos e da FETRAF-PR:

[...] o que se propõem é o diálogo com os jovens, apostando em processos formativos e oportunizando e potencializando o acesso a programas e políticas públicas que possam suprir demandas da unidade de produção, aonde o jovem está inserido e, principalmente, mostrando a importância desse jovem ser um agente de desenvolvimento local (SECRETARIA DA JUVENTUDE DA FETRAF-PR, 2021).

Compreender as estratégias que a FETRAF- Paraná tem em relação ao tema da juventude é fundamental para interligar as ações de todos os municípios do Estado, tendo em vista que as ações desenvolvidas localmente estão no horizonte das ações para o fortalecimento da categoria juventude. Por isso é fundamental que também conheçamos a história do Sindicato aonde estes jovens estão inseridos.

3.3.2 Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Francisco Beltrão: a sua história e o seu trabalho com a juventude

Durante toda a década de 1950 foram organizadas as Ligas Camponesas, principalmente no Nordeste, e muitas organizações de agricultores(as), como a Associação de Produtores Rurais de Francisco Beltrão, criada em 18 de março de 1953. A partir desta, em 1963, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão.

Segundo Borba (2016), o início do STR de Francisco Beltrão foi similar à grande maioria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Brasil. Conforme seu estatuto, aprovado em novembro de 1967, o “Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Francisco Beltrão, entidade sindical de primeiro grau [...] é constituído para fins de coordenação, proteção e representação legal de sua categoria profissional” (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO-PR, 1996). Na semelhança apontada por Borba (2016), em primeiro lugar, ocupou-se em construir melhores condições para quem morava no espaço rural e, após a ditadura militar, a organização dos trabalhadores deixou de ser prioridade, focando as ações na cobrança de impostos e na prestação de serviços assistenciais (médicos, dentistas, venda de produtos veterinários, etc.). “Este foi o fator principal que ocasionou as oposições sindicais vencedoras em 1978 e deu nova dinâmica de trabalho e organização” (BORBA, 2016, p. 72).

Em 2016, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais passa por uma alteração estatutária, tornando-se Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – SINTRAF e deixa de representar os(as) assalariados(as).

Nesses mais 50 anos, o que permeou e impulsionou o processo organizativo da juventude, tanto no Sindicato como na FETRAF, além da representação da categoria dos(as) agricultores(as) familiares que inclui jovens e mulheres, foi a necessidade de construir condições necessárias para que os(as) jovens pudessem viver no campo com dignidade, resultando na luta por políticas públicas, sendo a principal pauta no último período, que está permeada por grandes processos de mobilização.

4 “MALA NA GARUPA”: FASE EXPLORATÓRIA, AS ANÁLISES E AS VIVÊNCIAS

*“Tô voltando pra ficar
É aqui a minha terra, é aqui a minha vida, é
aqui o meu lugar.”*

(Os Monarcas)

A pesquisa de campo é um dos, se não o momento mais rico no percurso do trabalho acadêmico, pois permite uma conexão com o sujeito da pesquisa e aprofunda as relações já existentes. Pesquisar, falar e, principalmente, ouvir esses(as) jovens dá o rumo, a credibilidade e o rigor que o estudo necessita. Foram dias de entrevistas misturadas com o plantio, a colheita, a silagem, a ordenha dos animais, as feiras, a produção de hortifruticulturas. Várias das entrevistas foram no meio da lavoura, entre um serviço e outro, o que nos tira da zona de conforto e nos faz viver na prática a rotina dos(as) jovens agricultores(as) familiares.

A primeira etapa da pesquisa, foi de formato exploratório que será pontuado na sequência, permitiu ter uma noção real de quais jovens falávamos e nos possibilitou ampliar ainda mais a relação com estes(as) jovens: de confiança, de falar o que eles, de fato, sentiam, enquanto se desenrolava o roteiro de perguntas, por exemplo. Entre a pesquisa exploratória e a pesquisa de campo, foram quase 10 meses. Em muitos casos, o que se percebe é a maturidade de muitos(as) em relação a projetos de vida, a desafios que antes tinham e que neste momento se sentem mais seguros.

Antes de iniciar a análise aprofundada da pesquisa, gostaria de trazer três sessões, que durante o percurso acho importante salientar. Estes elementos também podem estar nas considerações finais, haja visto que algumas delas podem contribuir para a resolução ou para a mitigação dos efeitos, e outras são de viés simbólico e percepções identificadas na pesquisa. Algumas ditas diretamente e outras identificadas subjetivamente, para isso sendo válido a contribuição do diário de campo.

4.1 Caracterização dos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram ao campo

Para conhecer os sujeitos da pesquisa e os espaços em que estes(as) jovens agricultores(as) familiares estão inseridos(as), foi realizada uma pesquisa exploratória para traçar o perfil deles(as). Além disso, esta parte exploratória definiu os critérios de escolha dos sujeitos que foram entrevistados durante a pesquisa de campo.

Os(as) jovens participantes são associados(as) ao SINTRAF. Mas, por que jovens associados(as) ao SINTRAF? A resposta está interligada a um dos objetivos específicos que trata sobre as políticas públicas que foram acessadas por estes(as) jovens. Para acessar algumas destas políticas públicas, como a habitação rural, o crédito fundiário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e, em alguns casos, para a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, é necessário ser associado(a) ao Sindicato. Em um primeiro levantamento realizado nesta pesquisa, os(as) jovens que retornaram ao espaço rural, nos últimos 10 anos, que são sócios(as) do SINTRAF, representam um total de 56.

Assim, para traçar o perfil e melhor compreender a realidade vivida por eles(as), foi realizada uma etapa anterior a pesquisa de campo em formato exploratório, com um roteiro semiestruturado (Apêndice 3), no qual foram entrevistados todos(as) os(as) jovens sindicalizados(as) que voltaram nos últimos 10 anos. No primeiro bloco, perguntou-se sobre a idade, o sexo, a escolaridade e o estado civil. Em relação à idade dos(as) jovens entrevistados(as), 11 jovens têm entre 19 e 25 anos, 43 jovens entre 25 e 35 anos e um(a) jovem com mais de 35 anos. A partir da base exploratória, a parcela de jovens que mais retornou ao espaço rural é aquela com idade entre 25 e 35 anos.

Em relação ao sexo, pelo resultado da exploratória aponta que 38 jovens são do sexo masculino e 17 do sexo feminino, ficando evidente que as jovens mulheres são as que mais saem e as que menos retornam para o campo. Na visão de Brumer (2007), as moças têm propensão a saírem do meio rural com mais frequência e em maior número do que os rapazes, assim como há diferenças nos processos de participação e oportunidades na unidade de produção.

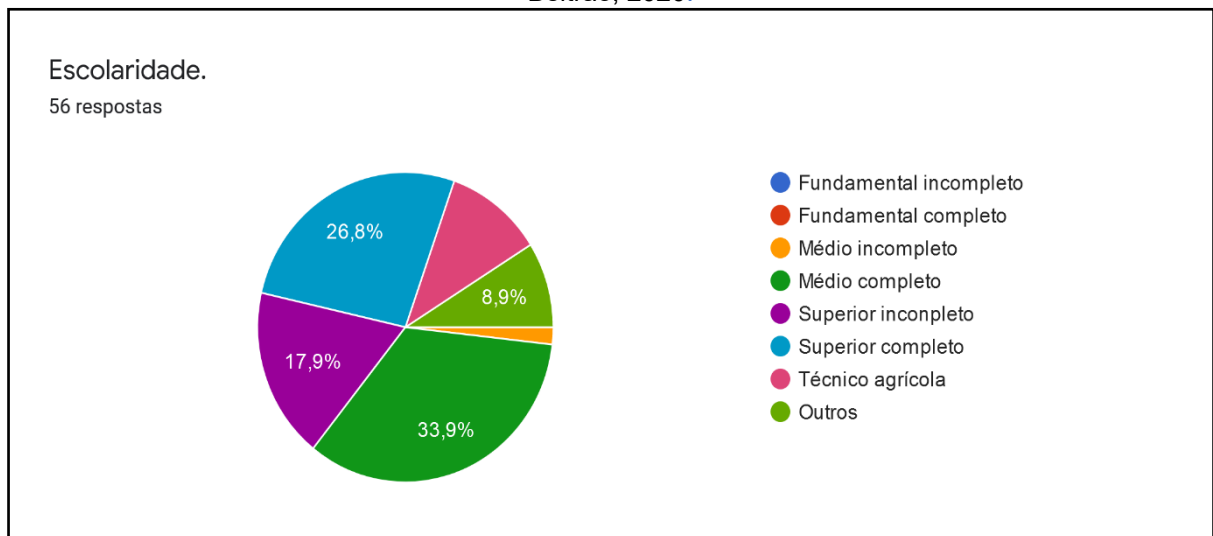
Em relação à escolaridade desses jovens, a partir do Gráfico 1 percebe-se que vários jovens têm formação em nível superior, pós-graduação e mestrado. Nas

entrevistas foi possível perceber que muitos destes saíram para estudar estimulados pelos pais. Como destaca um dos entrevistados: *“saí por incentivo dos meus pais, eles queriam que eu estudasse e tivesse uma vida boa na cidade, agora eles sabem que a vida boa está aqui”* (JOVEM 32, AGRICULTORA, 25 ANOS, SOLTEIRA).

Esse percentual de jovens com nível superior completo, superior incompleto, mestrado e pós-graduação somam o total 30, ou seja, 55,5%, o que, segundo Coletti, chama atenção,

[...] pois historicamente, na sucessão das propriedades, era comum a afirmação “não gosta de estudar, então vai ficar na roça”. Parece haver uma inversão de expectativas e o reconhecimento de que os desafios de uma agricultura sustentável passam por estudar, ou seja, pelo conhecimento (COLETTI, 2021, p. 95).

Gráfico 1 – Escolaridade dos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.



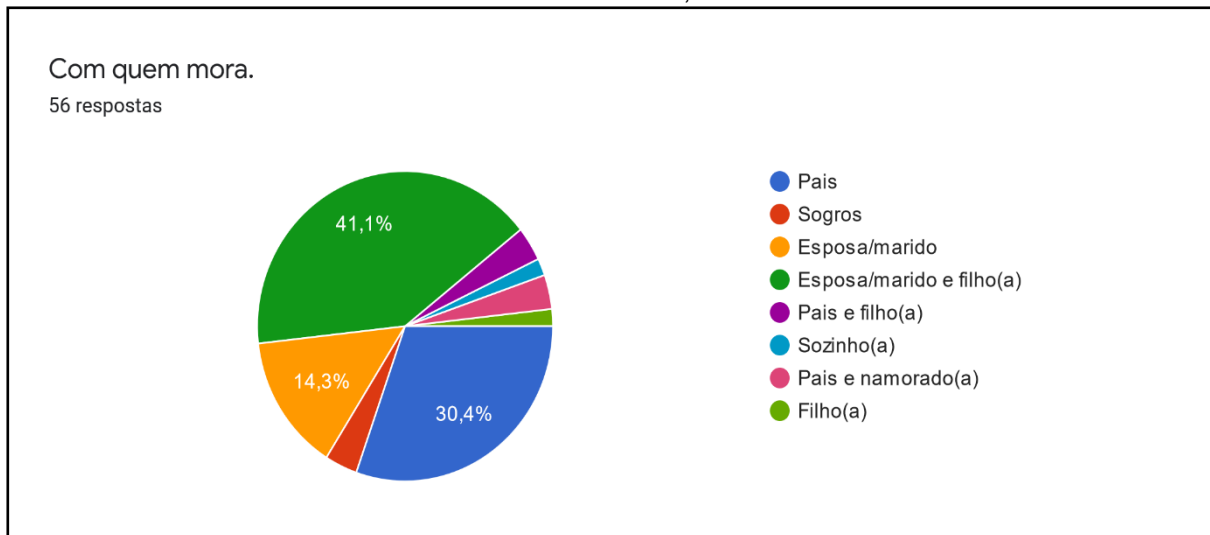
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Santos (2009) afirma que a maioria dos(as) agricultores(as) incentiva os(as) filhos(as), independentemente do sexo, a continuarem estudando, com a promessa de melhores condições de vida no futuro, em que predomina o pensamento que a vida será mais fácil na cidade.

Em seguida as informações são sobre o estado civil dos(as) jovens entrevistados(as), onde 27 são casados(as), 22 solteiros(as) e seis vivem em regime de união estável.

No Gráfico 2, as informações são referentes ao local que esses(a) jovens moram, sendo que muitos destes(as) residem em suas próprias unidades familiares, com esposos(as) e, em alguns casos, com os(as) filhos(as).

Gráfico 2 – Com quem moram os(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.

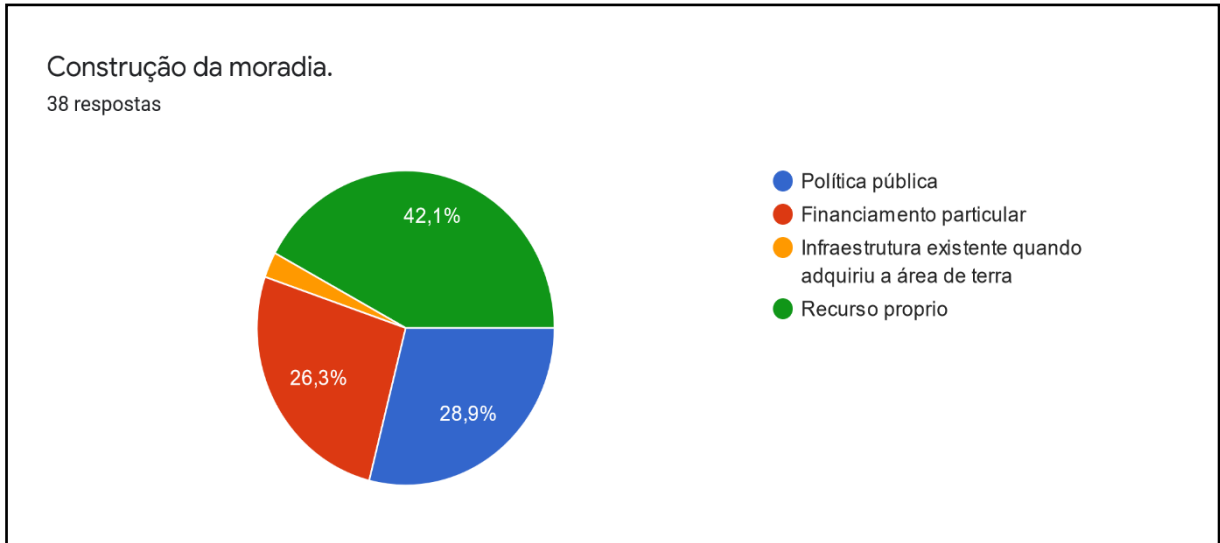


Fonte: elaborado pela autora (2020).

No gráfico acima, pode-se perceber que ainda existem muitos(a) jovens que residem com os pais/sogros, mesmo os(as) jovens casados(as). Nos casos em que os(as) jovens moram com os pais/sogros, surgem dois apontamentos: primeiro, a atual ausência de política pública para a construção de casas no espaço rural e, segundo, em casos de jovens que ainda são solteiros(as) e, por opção, moram com os pais. Atualmente, o padrão de rigidez hierárquica tem dado espaço a decisões mais democráticas, sendo que os(as) filhos(a) que desejam ficar ou, no caso desta pesquisa, os(as) que retornaram são aqueles(as) em que as relações com os pais são menos conflituosas (MELLO et al., 2003).

O Gráfico 3 apresenta a fonte de recurso para a construção das moradias desses(as) jovens, demonstrando que 42,1% daquelas foram construídas com recursos próprios da família, entretanto, as moradias construídas com recursos do Programa Nacional da Habitação Rural e de financiamentos particulares somam 55,2%, demonstrando a importância do crédito destinado à habitação.

Gráfico 3 – Construção da moradia dos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.



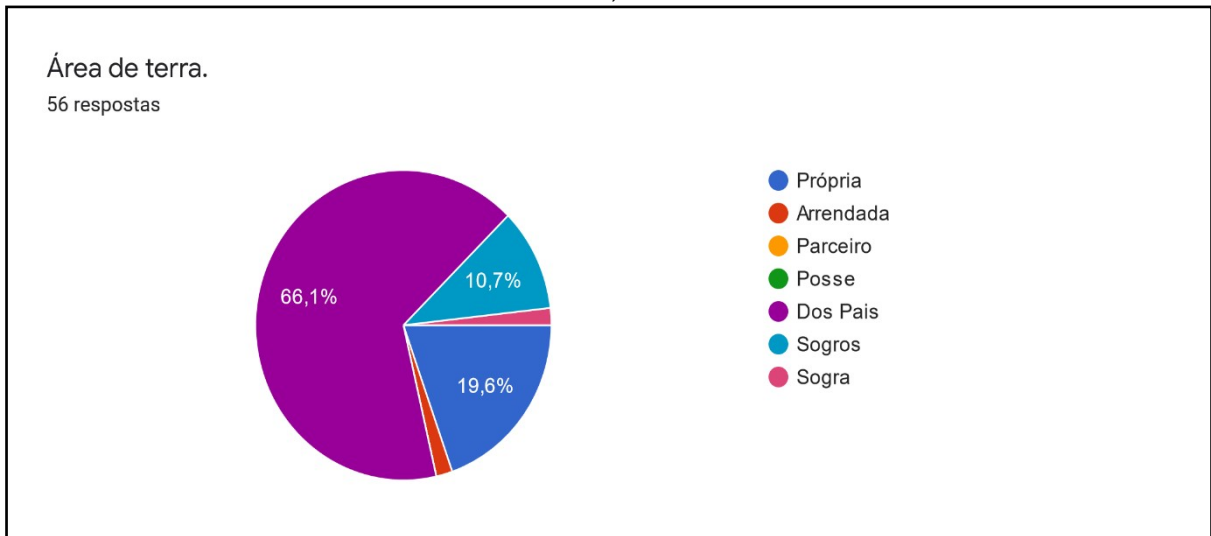
O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR se consolidou em 2009, quando:

[...] passou a integrar o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, junto à CAIXA e ao Ministério das Cidades. Instituído pela Portaria Interministerial nº 326, de 31 de agosto de 2009, com diversas alterações das proposições iniciais, o mesmo tem hoje como objetivo principal financiar a construção, reforma ou ampliação da moradia dos agricultores familiares (BOLTER, 2013, p. 100).

Diante disso, o PNHR, de abrangência em todo território brasileiro, visa atender “[...] a população que vive no campo, como os agricultores familiares e trabalhadores rurais, ou pertencentes a comunidades tradicionais” (BRASIL, 2009). Entretanto, este programa tão importante não está mais funcionando e, em um cenário de retorno, este seria primordial para que os(as) jovens tivessem seu próprio espaço de moradia.

Com relação ao local de trabalho, a maioria dos(as) jovens entrevistados(as) trabalham nas unidades de produção dos pais/sogros, como aponta o Gráfico 4. Muitos(as) com funções e processos de sucessão geracional como agricultores familiares definidos. No caso dos(as) jovens com área de terra própria, foi condição adquirida via Programa de Crédito Fundiário ou compra com recursos próprios.

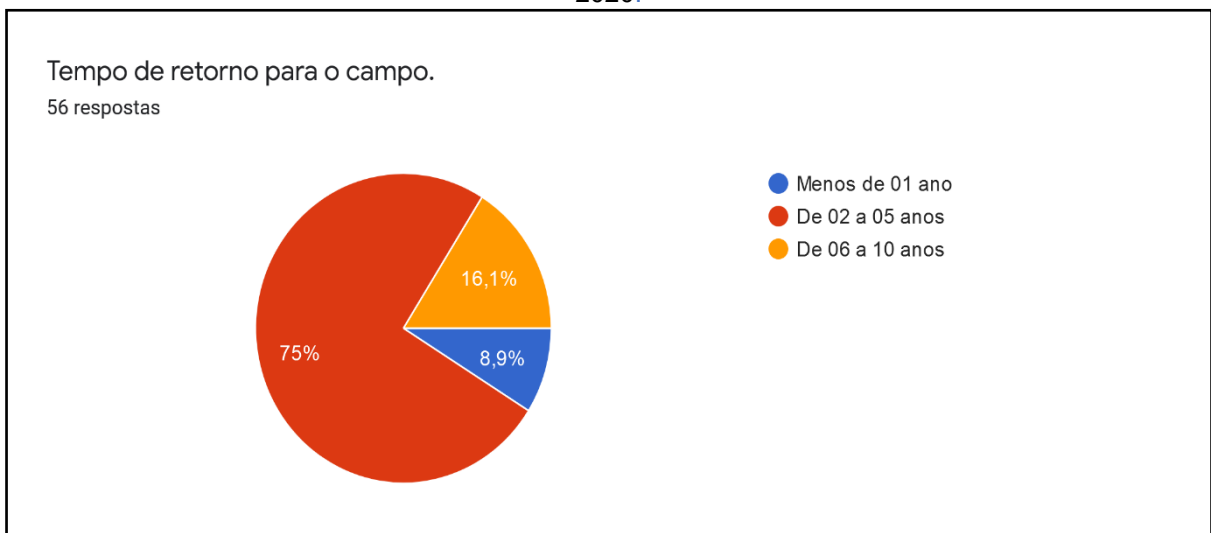
Gráfico 4 – Área de terra dos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quando se trata do tempo que esses(as) jovens retornaram para o campo, o Gráfico 5 demonstra que 70,2% retornaram nos últimos três anos¹⁴, já tendo a decisão consolidada de permanecer na unidade de produção, com seus projetos produtivos em andamento ou dando continuidade aos projetos produtivos iniciados pelos pais.

Gráfico 5 – Tempo de retorno para o campo dos(as) jovens sindicalizados(as) – Francisco Beltrão, 2020.



Fonte: elaborado pela autora (2020).

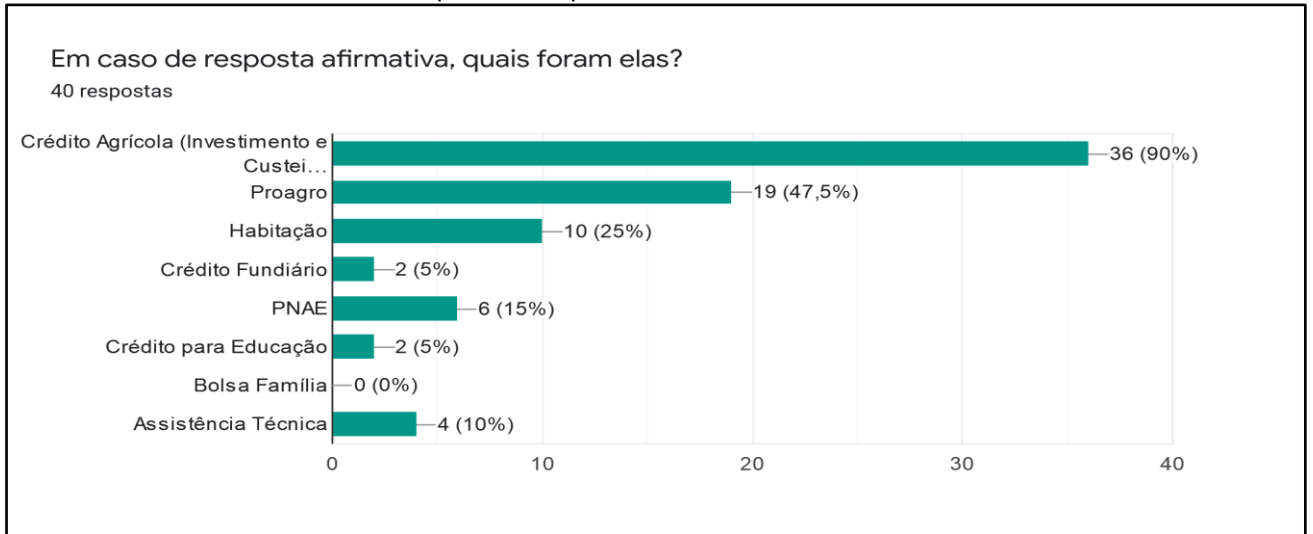
¹⁴ A pesquisa tem um recorte temporal de 10 anos – 2010-2020. O gráfico aponta o tempo de retorno e não está relacionado às datas, mas consideramos importante registrar.

Muitos(as) desses(as) jovens, ao terem a experiência de viver na cidade e verificarem que não é tão fácil como esperavam, acabam retornando ao meio rural ou visualizam a unidade de produção numa outra perspectiva. Savian (2014) enfatiza que a rentabilidade que a unidade de produção gera pode influenciar “na decisão e ação do jovem no dilema de ficar e sair”, no entanto, este não é o único motivo, mas se percebe que “hierarquia doméstica, valorização do urbano, questões de gênero” (SAVIAN, 2014, p. 104), também, podem influenciar na sucessão geracional da unidade de produção familiar.

Já no quesito acesso às políticas públicas e programas direcionados à agricultura familiar, o resultado desse primeiro levantamento é de que esta agenda política é vital quando se considera a sucessão geracional como uma dimensão importante para a reprodução da agricultura familiar. Assim, faz-se necessário retomar um amplo processo de mobilização para que as demandas da juventude, no quesito políticas públicas, sejam retomadas.

Segundo Weisheimer (2009), disponibilizar aos(às) jovens, imersos(as) no meio rural, um ambiente favorável à constituição da cidadania e condições de vida que possibilitem a integração econômica e a emancipação social é crucial para a permanência destes(as) jovens no campo. Isto se evidencia nos(as) 70,2% que acessam ou acessaram algum programa e/ou política pública. E, quando diz respeito a quais programas e/ou políticas públicas acessaram, o Gráfico 6 aponta que direcionaram o acesso para Crédito Agrícola, Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, habitação, PNAE, seguidas das demais listadas.

Gráfico 6 – Políticas públicas ou programas acessados pelos(as) jovens sindicalizados(as) que retornaram para o campo – Francisco Beltrão, 2020.



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quando o tema é relacionado aos motivos que fizeram com que eles(as) saíssem e retornassem para o campo, os Gráficos 7 e 8 contêm, de forma agrupada, algumas das respostas oriundas das entrevistas semiestruturadas. Quando a pergunta feita foi: “o que motivou a saída do campo”, as respostas foram as seguintes.

Gráfico 7 – Motivos que levaram os(as) jovens entrevistados(as) a saírem do campo – Francisco Beltrão, 2020.

Estudo	15 jovens
Autonomia e oportunidade de trabalho	15 jovens
Falta de incentivo para o(a) jovem permanecer no campo	11 jovens
Conflito com os pais	7 jovens
Curiosidade para morar na cidade	4 jovens
Por estímulo dos pais	2 jovens
Serviço militar	2 jovens

Fonte: elaborado pela autora (2020).

As respostas recebidas sobre a motivação para a saída do campo coincidem com aqueles apontados pelas diversas pesquisas acadêmicas no que se refere à saída dos(as) jovens para o meio urbano. Para os autores Aguiar e Stropasolas (2011), a “condição do meio rural” está articulada à sua capacidade de oferecer oportunidades de obtenção de renda, acesso à infraestrutura e aos serviços, sendo estes, pontos fundamentais para pensar a permanência e/ou compreender a migração de jovens para as cidades.

Se a expectativa que eles lançam sobre o seu futuro não encontra respaldo nas condições em que se encontram assentada a vida no meio rural, ela é direcionada para o meio urbano que, na percepção da juventude, oferece mais condições de realização pessoal, profissional e financeira. É assim que é colocada, por exemplo, a possibilidade de acesso à renda ou à educação (AGUIAR; STROPASOLAS, 2011, p. 163).

Dos(as) 56 jovens entrevistados(as) na fase exploratória da pesquisa, 12 apontaram que saíram para estudar, seis para ter autonomia financeira, seis por conflitos com os pais, nove pela curiosidade e pela vontade de conhecer e morar na cidade, seis por terem conseguido postos de trabalho no meio urbano, e os(as) demais, por motivos em torno da má gestão da unidade de produção, por estímulo

dos pais, por terem pouca terra, pela convocação para o serviço militar, pela falta de incentivo para o(a) jovem e pela penosidade do trabalho.

Muitos(as) jovens saíram para estudar, buscando formação técnica para melhorar as condições da unidade de produção familiar, já tendo em mente o retorno. Conforme relata uma entrevistada, que voltou e mora com o marido e o filho:

Saí da casa dos meus pais para estudar, me formei, sou médica veterinária e comecei a trabalhar na cidade, na prefeitura e em uma cooperativa. Mas, sempre tinha no horizonte poder voltar e implementar o que adquiri de conhecimento fora (JOVEM 43, AGRICULTORA, 28 ANOS, CASADA).

O acesso à educação formal para os(as) jovens agricultores(as) familiares ainda é limitado, pois é elevado o nível de evasão escolar, a dificuldade em conciliar o trabalho do campo, os estudos e a precariedade do transporte escolar. Mas, no caso destes(as) jovens, o incentivo ao estudo, tanto técnico quanto superior, teve estímulo da família, que, segundo Wanderley, observa-se uma mudança significativa em relação aos pais no que diz respeito à importância da escolarização de seus(as) filhos(as).

Pode-se afirmar que o acesso a uma educação escolar de qualidade é, hoje, antes de tudo, uma demanda destas famílias. A escola é, de fato, percebida como a principal via de acesso ao que consideram um futuro melhor, tanto para os filhos que partem em busca de ocupações urbanas, quanto para os que permanecerão como agricultores (WANDERLEY, 2011. p. 4).

Outro motivo central apresentado pelos(as) jovens para a saída do campo, é a falta de autonomia financeira. Mesmo com o trabalho que exerce na unidade familiar, o(a) jovem não tem um “dinheiro seu”, sem ter que pedir para os pais, isto fica claro nas falas dos(as) jovens entrevistados(as): *“sentia falta de uma renda mensal, eu tinha que pedir dinheiro o tempo todo, aí resolvi sair de casa para ter meu próprio dinheiro”* (JOVEM 12, AGRICULTOR, 29 ANOS, CASADO).

Para a falta de autonomia, os autores Aguiar e Stropasolas (2011, p. 168) apontam a “dependência financeira dos filhos em relação aos pais e a utilização dessa condição como mecanismo de controle dos pais sobre os filhos, principalmente, sobre as filhas”. Para estes autores, esta falta de autonomia:

[...] vai para além do financeiro, muitas vezes ela é uma dependência moral e simbólica que, muitas vezes, subordina os desejos dos(as) filhos(as) à vontade dos pais pela legitimação da autoridade paterna, impedindo-os de tomar suas próprias decisões e agir conforme o seu discernimento (AGUIAR; STROPASOLAS, 2011, p. 168).

Outro motivo apontado diz respeito aos conflitos geracionais. Muitas vezes, os(as) jovens não têm oportunidade de desenvolver o seu projeto produtivo e de vida articulado com o planejamento familiar e, em muitas situações, “o não ouvir” o(a) jovem, os seus propósitos, as suas sugestões, acabam por levar estes(as) a saírem do campo. Então, respostas como:

Eu e meu pai não nos acertávamos” (JOVEM 4, AGRICULTOR, 30 ANOS, SOLTEIRO).

Dificuldade para pôr em prática aquilo que eu acreditava” (JOVEM 5, AGRICULTOR, 25 ANOS, CASADO).

Conflitos com meu pai (JOVEM 6, AGRICULTOR, 27 ANOS, SOLTEIRO).

Jeito de pensar diferente, meu pai queria continuar a plantar fumo e eu queria um projeto diferente e que usasse menos veneno (JOVEM 7, AGRICULTOR, 29 ANOS, CASADO),

Esses são os pontos críticos, que, por vezes sozinho, por vezes aliado a outras problemáticas, causam a migração do(a) jovem para a cidade. Para Aguiar e Stropasolas (2011), o principal ponto de tensionamento entre pais e filhos(as) tem o seu lugar na gestão da unidade familiar,

[...] a qual abarca a escolha do sistema de produção, a decisão do que produzir, de como produzir, no que investir, que atividades desenvolver, a quem ou a que se destinam os recursos, etc. É nessa esfera que se coloca, especialmente para os rapazes, a questão da liberdade e da autonomia para decidir, para interferir no processo de gestão da propriedade, para desenvolver seus próprios projetos e com eles obter uma renda própria que lhes possa garantir autonomia financeira. Entretanto, os projetos da família são coletivos, com pouco espaço para que o jovem invista num projeto individual na propriedade da família (AGUIAR; STROPASOLAS, 2011, p. 174).

Para entender a migração de retorno, é fundamental compreender a forma como esses conflitos são resolvidos ou amenizados e como ocorre a construção de um projeto de retorno. Os temas relacionados à migração são atrelados à penosidade

e à falta de incentivo para a permanência, principalmente, no que diz respeito a políticas públicas que sejam direcionadas especificamente à juventude.

Segundo Aguiar e Stropasolas (2011), a situação de fragilidade é diferenciada conforme a organização do sistema de produção que a família adota na unidade. De uma maneira geral, os(as) jovens questionam as estratégias adotadas, por exemplo, no “cultivo fumo-milho-feijão ou lavoura-pecuária” (AGUIAR; STROPASOLAS, 2011, p. 161), e a dificuldade de acesso aos fatores de produção como, terra, sementes, insumos e máquinas.

Os jovens sugerem que tal sistema não assegura uma renda certa para a família, situação agravada quando a unidade familiar não apresenta uma produção diversificada, o que limita a geração de renda em várias frentes, tornando a agricultura dependente e vulnerável a situações adversas como queda nos preços, aumento dos custos. Além disso, pelo fato de a agricultura estar exposta a toda sorte de intempéries climáticas, existe sempre a possibilidade da frustração de safra. Além da vulnerabilidade da atividade agrícola, a característica do trabalho na agricultura é considerada como desestímulo para a permanência do(a) jovem no meio rural (AGUIAR; STROPASOLAS, 2011, p. 161).

Outro elemento apontado nas entrevistas, relacionado aos motivos da migração para a cidade, constitui-se pela penosidade do trabalho no espaço rural. É um tema abordado principalmente pelas moças, mas também relatados pelos jovens rapazes. Conforme ressalta uma jovem: *“ir para a cidade? Era o que todo o jovem fazia, principalmente para nós mulheres. Além de ser difícil, nós não tínhamos nada de tecnologia”* (JOVEM 10, AGRICULTORA, 26 ANOS, CASADA). Esta é realidade vivida pelas jovens moças, em que é comum a jornada de trabalho na produção e em casa, tornando, por muitas vezes, o trabalho extenuante, o que acabando levando as jovens a saírem do espaço rural. Por vezes, as mesmas jovens relatam o trabalho na unidade familiar como penoso, em casos onde não se tem acesso a alternativas para diminuir o esforço braçal.

Alguns(as) jovens apontaram *“não ter final de semana ou feriado”* (JOVEM 44, AGRICULTOR, 25 ANOS, SOLTEIRO), *“não ter sábado e domingo”* (JOVEM 18, AGRICULTOR, 19 ANOS, SOLTEIRO). Esta leitura, tem dupla interpretação em alguns casos o “penoso” é relacionado com a falta de tempo livre, “o trabalho que não dá folga”. *“Do trabalho com foice e enxada”* (JOVEM 49, AGRICULTOR, 22 ANOS,

SOLTEIRO) – esta relação se apresenta com o “penoso” é relacionado ao esforço físico (AGUIAR; STROPASOLAS, 2011, p. 162).

Para encerrar essa etapa sobre os motivos que levaram esses(as) jovens a migrar para a cidade, é importante considerar que para o(a) jovem que ainda não tem claro o seu papel na unidade de produção familiar, ir para o espaço urbano e ter acesso ao mercado de trabalho é quase uma condição estabelecida pela família. Mas, segundo Wanderley, é preciso considerar as variáveis distintas entre os(as) jovens rurais e urbanos(as):

Quanto à diferenciação entre jovens rurais e urbanos, é importante dizer que os que têm no meio rural seu lugar de vida são, antes de tudo, jovens e, como todos os demais, devem dedicar-se à preparação para o futuro. Porém, suas condições concretas de vida são, sob muitos aspectos, diferentes daquelas conhecidas pelos jovens urbanos, justamente em razão de seu pertencimento a um ambiente social específico – o meio rural – e, muitas vezes, a uma unidade familiar agrícola, com características também específicas (WANDERLEY, 2011, p. 4).

A experiência da “ida” para a cidade faz com que os(as) jovens se deparem e vivam a realidade urbana e, em muitos casos, todas as “fantasias imaginadas” que foram construídas em relação a esta realidade não são concretizadas. No Gráfico 8, destaca-se os motivos que fizeram estes(as) jovens retornarem para o espaço rural. É importante enfatizar o amadurecimento apresentado por eles(as) como um grande ponto positivo, quando param para refletir sobre qual estilo de vida eles(as) pretendem: a vida urbana ou a vida no campo. O que se descortina são as possibilidades e a realização dos seus projetos de vida. Wanderley aponta que cabe, de uma forma natural, aos(às) próprios(as) jovens decidir sobre o seu presente/futuro:

Esta decisão, no entanto, é diretamente influenciada por um conjunto de fatores, dentre os quais destacam-se: as próprias condições de cada família (número de filhos, dimensão do estabelecimento, sistemas produtivos, etc.); a importância atribuída às tradições referentes à transmissão do patrimônio familiar, [...] Assim, o momento que, para a maioria dos jovens urbanos, significa apenas um processo de escolha profissional, para os jovens rurais, pode ser carregado de uma tensão muito maior, na medida em que implique a tomada de decisão entre sair ou permanecer próximo a sua família e em seu local de origem (WANDERLEY, 2011, p. 6).

Gráfico 8 – Motivos que levaram os(as) jovens sindicalizados(as) a retornarem para o campo – Francisco Beltrão, 2020.

Ter mais tempo para conviver em família	4 jovens
Renda melhor	9 jovens
Trabalhar no que é da família	9 jovens
Projeto produtivo definido	8 jovens
Melhores condições de trabalho	7 jovens
Acesso aos mesmos confortos que na cidade	6 jovens
Capacitação técnica	6 jovens
Custo de vida na cidade elevado	2 jovens
Lugar mais seguro	2 jovens
Fim do serviço militar	2 jovens
Compra de área de terra	1 jovem

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Na fase da pesquisa exploratória, as respostas da pergunta sobre os motivos do retorno para o campo estão apresentadas de forma agrupada, sendo que, estas serão aprofundadas a partir das entrevistas. É importante perceber que neste cenário de retorno, não houve a resposta “deu errado na cidade”. Por vezes, quando o(a) jovem retorna para o campo, a sensação é que o projeto que ele(a) tinha no espaço urbano não deu certo, então volta para o espaço rural com esta frustração. Entretanto, todos(as) os(a) jovens responderam que retornaram por opção, foi pelo desejo de construir ou retomar seu projeto de vida na unidade de produção familiar e, em alguns casos, pela compra da própria área de terra que permitiu reiniciar seu projeto em outro local, mas no espaço rural. Segundo Wanderley:

[...] é fundamental reconhecer a importância da categoria juventude para que se dê continuidade ao mundo rural a afirmação da importância dessa parcela da população do campo para a própria vitalidade das comunidades rurais, no momento presente; a percepção de que são os jovens, hoje em processo de formação, que construirão o mundo rural de amanhã (WANDERLEY, 2011, p. 6).

Sobre os motivos do retorno, as respostas nesse primeiro momento da análise, podem ser agrupadas em três blocos. No primeiro bloco, quando os fatores que os(as) motivaram a retornar foram: trabalhar no que é da família, aposentadoria dos pais, doença ou falecimento do pai, definição como o sucessor da unidade de produção e do projeto produtivo. Quando se fala em “trabalhar no que é da família”, nesses casos, ainda não tem o papel de sucessor(a) definido, há indicativos que eles sejam os(a) sucessores(as), mas como é algo que ainda não é claro para eles(as), preferem usar o termo citado acima. Seguem algumas falas dos(as) jovens em relação a estes elementos:

Eu era médico veterinário concursado, mesmo assim decidi voltar, primeiro por que meu pai adoeceu, depois por que eu nunca quis sair daqui. Então, foi como uma segunda chance para que eu pudesse voltar. Depois, eu fico pensando, os meus pais levaram 40 anos para ter o que temos hoje. Por que não cuidar disso tudo e fazer com que as coisas andem bem? Então eu digo que eu sou muito feliz aqui (JOVEM 37, AGRICULTOR, 27 ANOS, CASADO).

Não consegui me acostumar na cidade, e meus pais pediram para mim voltar e ser o sucessor da nossa propriedade (JOVEM 19, AGRICULTOR, 30 ANOS, CASADO).

[...] depois que tive conflitos com o meu pai, fui embora para Santa Catarina. Depois de um tempo, voltei para passear e meu pai pediu para mim ficar. Ajustamos o meu papel, e ele disse que eu seria o sucessor, por isso voltei (JOVEM 22, AGRICULTOR, 30 ANOS, CASADO).

O outro bloco de questões abordou as questões relativas ao vínculo familiar e ao espaço rural na forma subjetiva, como a relação com os vizinhos e com a comunidade, ter mais tempo para ficar perto da família e, também, relacionadas à segurança, à qualidade de vida, a poder produzir o próprio alimento e por ter as mesmas comodidades que têm na cidade (acesso à internet, telefone, TV a cabo). Um dos jovens destaca: *“nada se compara à vida no interior. A gente fica mais próximo da família, organizar a nossa rotina diária, isso é a melhor parte” (JOVEM 29, AGRICULTOR, 26 ANOS, CASADO).*

Quanto às questões sobre o trabalho, ter acesso a equipamentos que diminuam o trabalho braçal e o acesso a políticas públicas para a organização da unidade de produção, ressalta-se que já foram apresentados alguns elementos sobre o tema dos programas e políticas públicas, sendo que mesmo não acessando programas exclusivos para jovens, estes(as) acessaram vários outros disponíveis. Neste bloco,

também, destacam-se elementos como uma renda maior, pois, quando a decisão é voltar para o campo, esta reflexão é importante, então, a renda é apontada como um fator fundamental para o retorno. Os(as) jovens indicaram a capacitação técnica para desenvolver as atividades, porém, a partir da saída para estudar, estes(as) mesmos(as) jovens voltam com bagagem para contribuir com o planejamento e a gestão da unidade de produção, em muitos casos, aliados com o conhecimento que os pais acumularam ao longo de anos. Esta parceria tem resultado em muitos retornos para a família. Para Wanderley:

Depende desses jovens a reprodução das assimetrias e dos conflitos gerados pela imposição do modelo produtivista de desenvolvimento do campo ou a construção de um outro modelo de desenvolvimento rural sustentável, que faça do mundo rural um efetivo espaço de vida (WANDERLEY, 2011, p. 6).

Com relação à participação em organizações, além do SINTRAF, os(as) jovens participam, também, de cooperativas de produção e de crédito, de associação de moradores, entre outros. Isto demonstra a disposição destes(as) jovens em participarem de espaços organizativos e de representação.

Os apontamentos que norteiam esta pesquisa pretendem demonstrar a importância da juventude da agricultura familiar, pois ela se constitui como sujeito capaz de exercer o protagonismo social, intervir e pensar a sociedade, conforme coloca Castro (2007, p. 71): “um jovem que quer o lazer e a escola, o campo e a cidade transformado”.

A pesquisa de campo foi fundamental para traçar um perfil geral dos(as) jovens que fizeram parte da pesquisa. Conhecer melhor esses(as) jovens, permitiu entender e conhecer a história de cada um(a), buscando elementos concretos e reais da atual realidade e, também, foi importante para criar as categorias de análise. Antes de adentrarmos na análise de dados, seguem algumas considerações mais gerais da pesquisa.

4.2 Reflexões importantes que emergiriam a partir da pesquisa

Um dos elementos que provocou uma reflexão profunda, está relacionado aos(às) jovens assentados(as) de uma forma geral, não tendo relação somente aos que voltaram e que estão na pesquisa, mas com todos que estão na unidade de produção. Estes(as) jovens não têm acesso a um direito primordial que é o bloco de produtor rural, diferente do que acontece com jovens que têm contratos de comodato com os pais e tem seu bloco, porque isso lhe garante acesso às políticas públicas, como o PRONAF. No caso dos(as) jovens assentados(as), como os pais ainda não têm a “terra no nome”, inviabiliza fazer contrato com o(a) filho(a) e, conseqüentemente, a prefeitura não emite o Cadastro de Produtores Rurais – CAD/PRO. Sendo assim, estes(as) jovens estão na “informalidade”, pois não têm como comprovar a atividade na agricultura e não conseguem acesso a nenhum tipo de recurso público.

Apesar da terra ser em nome do meu pai, se precisa de investimento sempre converso com ele. Mas aqui estamos com um sério problema, como meu pai tem mais de 70 anos ele não consegue mais financiar e eu como não tenho bloco não consigo comprovar renda, então não tenho acesso a nenhum financiamento (JOVEM 5, AGRICULTOR, 32 ANOS, CASADO).

Esse elemento apareceu em todas as falas dos(as) entrevistados(as) como sendo o maior desafio dos(as) jovens assentados(as), inclusive motivo de desânimo de grande parte deles(as). Este pode ser um grande tema para os movimentos sociais assumirem como pauta em nível nacional.

Outro aspecto importante diz respeito às jovens mulheres, as quais saem mais do espaço rural e retornam em menor número, isto já é algo muito debatido e pesquisado no espaço acadêmico. Esta pesquisa não trata o tema das jovens como item separado, o tema está, de forma transversal, presente em todo o percurso. Mas, no caso das jovens entrevistadas, todas que voltaram são filhas únicas ou estão estabelecidas nas unidades de produção dos maridos/sogros. Segundo Spanevello (2018, p. 56), “os sucessores normalmente são os filhos homens, a escolha das mulheres como sucessora(s) é mais rara e geralmente ocorre quando não se tem filhos homens”. Entretanto, a dinâmica do dia a dia de todas elas em quase nada difere

ao trabalho dos jovens rapazes, pelo contrário, para as jovens moças os afazeres domésticos entram nas atividades diárias e, muitas vezes, não são contabilizados como trabalho.

Para Carneiro (2001), mesmo quando o trabalho feminino é realizado em condições semelhantes ao dos homens, a participação da mulher nas tarefas agrícolas não modifica a posição de hierarquia familiar. E, mesmo nos casos em que a mulher assume por completo a atividade agrícola, esta permanece, no âmbito público e, muitas vezes, também no privado, na condição de auxiliar de um homem, que pode ser o pai, o irmão ou o marido, a depender do estado civil. Tal assertiva corrobora o fato de que a desigualdade entre os gêneros não está calcada na invisibilidade social do fazer feminino ou em sua não participação no processo produtivo, mas nos valores simbólicos e ideológicos que sustentam a sociedade de cunho patriarcal.

Observadas as questões de gênero na sociedade contemporânea, é perceptível a existência de uma hierarquização entre homens e mulheres, uma categorização que perpassa inúmeros espaços e é contundente na divisão sexual do trabalho. Historicamente, segundo Paulilo (1987), às mulheres foram outorgados os afazeres do âmbito privado, atividades de cuidado dos filhos, dos idosos, da alimentação e da casa, classificados enquanto trabalhos “leves”. Em contraparte, aos homens foram imputadas atividades de gerência e gestão, sendo deles as tomadas de decisões e o controle da unidade familiar e cujo trabalho é identificado como “pesado”.

Uma infundada hierarquia, que classifica o trabalho, não pela sua complexidade ou tempo despendido na sua realização, mas sim pela função social do gênero que o performa, reforça estereótipos patriarcais, sexistas e desiguais, os quais geram a desvalorização do trabalho da mulher. Para Paulilo (2004), aos homens, tidos como “chefes da família”, coube o trabalho na produção, na lavoura ou na pecuária, com bens para o mercado, ou seja, o labor que gera renda, ficando destinado às mulheres, engendradas como dependentes ou auxiliares, a esfera doméstica, as tarefas gratuitas de cuidado, que são percebidas como dever. Dessa forma, estabelecendo uma divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, sendo aquele que afere renda, executado, em boa parte, fora da unidade domiciliar pelo homem adulto; e este, o

reprodutivo – ou improdutivo – a atividade considerada de subsistência e realizada pela mulher no âmbito da unidade domiciliar.

Brumer e Anjos (2008), ao dissertarem sobre a reprodução social na agricultura familiar, denunciam situações de discriminação de gênero quando declaram que, corriqueiramente, mulheres agricultoras ficam excluídas da partilha das terras, não sendo reconhecidas como herdeiras e sucessoras se não se casarem com um homem. Além disso, o trabalho da mulher é considerado como complementar ao do homem, servindo de auxílio ou ajuda às atividades masculinas, que promovem e geram lucratividade na propriedade rural.

A invisibilidade do trabalho feminino pode ser entendida através de sua não valorização econômica, ou seja, por sua categorização como reprodutivo ou de auxílio, que busca manter a sua força na unidade familiar. Para Schaaf (2001), é a própria estrutura social da propriedade rural – presente nas relações desiguais entre partícipes da mesma família, reproduzidas na divisão do espaço e na fração de tempo despendida a cada atividade e sua relevância –, que representa a oposição entre feminino e masculino e determina em que lugar a mão de obra será empregada.

Jelin (1995) declara que existem expectativas distintas quanto ao trabalho desenvolvido por mulheres e por homens, tanto no espaço urbano quanto no espaço rural, nos quais há uma divisão sexual do trabalho. No contexto da organização patriarcal da unidade produtiva familiar, concede-se ao homem/pai o posto de arranjo e direção dos ofícios dos demais membros da família e, à mulher, a responsabilidade pelas atividades reprodutivas, que, mesmo se mesclando com as produtivas, ficam restritas ao espaço doméstico privado.

Ao considerar que historicamente se estabeleceram relações de desigualdades e de hierarquia entre homens e mulheres, a evidência de que – no meio rural – essas apresentam poucas alterações se deve ao papel atribuído à mulher e ao forte conservadorismo presente nas famílias e na cultura rural, nas quais se reproduzem tais relações. Em consequência disso, ainda se observa a permanência de uma condição de inferioridade no que se refere às mulheres.

Em relação ao trabalho desempenhado pelas mulheres no meio rural, o qual é considerado muitas vezes como “ajuda” ou “apoio”, esse acaba por se tornar uma

função complementar. Assim, é negada à mulher a condição de sujeito partícipe, ativo de seus desejos e deliberações.

Outra questão que merece destaque é a relação dos pais com os(as) jovens. Fora do debate em torno da sucessão ou de projeto de vida dos(as) jovens, mas de algo relacionado ao afetivo e, principalmente, como os pais se sentem com a volta dos(as) filhos(as) para “casa”. Como parte do processo metodológico, em uma etapa da entrevista com os pais foi perguntado se eles estão felizes com o retorno dos filhos(as), sendo que todos apontaram sua satisfação. Mas, isso não é dito para os(as) filhos(as), e muitos(as) buscam por esta aprovação dos pais. Então, durante as falas que eram feitas separadas ou conversas com os pais, estes relatavam do orgulho de ver o(a) filho(a) seguindo na profissão de agricultor(a) e contribuindo no desempenho diário das tarefas.

Eu acho que é muito importante, por que senão vai parar. O que a gente fez até agora, acaba tudo. Então tem que dar incentivo pra que a piazada volte (CR, AGRICULTOR, PAI).

Muito, eu acho que é vida sabe. Os jovens têm que ter orgulho de serem agricultores. Por que quem entender a importância disso sai muito a frente (NC, AGRICULTOR, PAI).

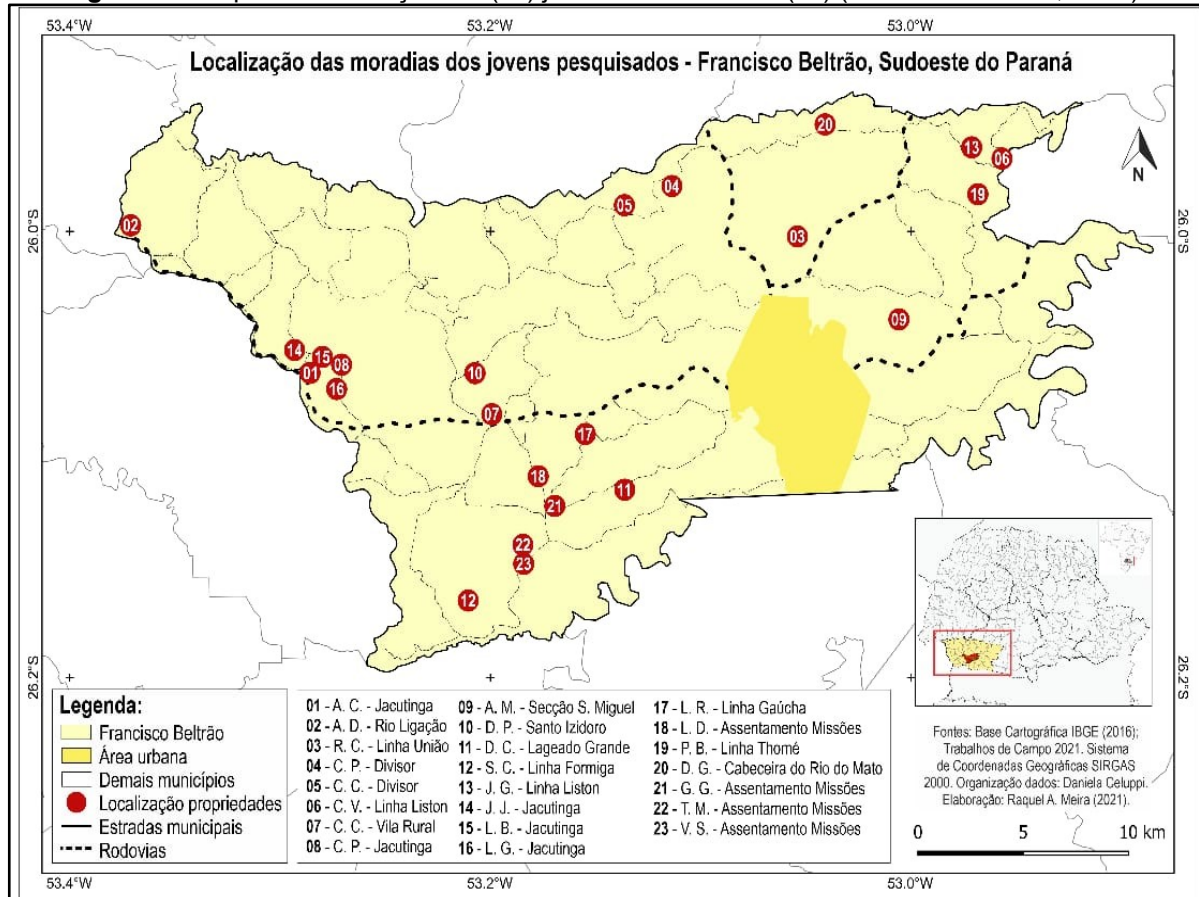
Muito, elas são muito responsáveis. Fim do ano passado eu e a mãe delas fomos pra praia. Eu nunca imaginei que deixaria as minhas filhas em casa e iria passear. E quando eu chegasse tudo estaria certo (PB, AGRICULTOR, PAI).

Mas quando a conversa era conjunta, o que se ouvia era “*por que tu sabe né. Peão e filho, se elogiar, tu estraga*” (LG, AGRICULTOR, PAI). Acredito que esse seja um dilema enfrentado pelos(as) jovens: a espera que, publicamente, o pai reconheça a importância deles mesmo quando os filhos estão perto

No decorrer da escrita da dissertação, já localizamos geograficamente e historicamente os(as) jovens. Mas algo que, também, mostrou-se primordial para a análise dos sujeitos da pesquisa é a relação com a comunidade onde estão inseridos(as), local onde eles(as) têm vínculo de pertencimento. Por isto, para iniciarmos a sessão da análise e da vivência da pesquisa, partimos da relação com a comunidade, que para esses(as) jovens está muito além de uma divisão geográfica entre uma comunidade e outra, mas se identifica com as relações construídas sejam elas de trabalho, de entretenimento ou afetiva.

Quando visitamos as unidades de produção, realizamos a localização por coordenadas geográficas, o que nos resultou no mapa da Figura 3.

Figura 3 – Mapa da localização dos(as) jovens entrevistados(as) (Francisco Beltrão, 2021).



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A relação dos jovens com a comunidade é muito presente, a grande maioria ressaltou como positivo as relações construídas entre os membros da comunidade no contexto desta pesquisa, ela se constitui pelas relações construídas a partir do uso comum de implementos agrícolas, da ajuda na hora de algum trabalho, como a troca dia de serviço para fazer a silagem; dos encontros do final de semana para uma cerveja ou para uma trilha de moto ou do jogo de bola durante a noite nas comunidades onde se tem estrutura para esta atividade. Como aponta Wanderley (2007), são relações que permeiam o dia a dia e fazem parte do cotidiano de cada um com sua família e com a comunidade local. Assim, a família é entendida como “comunidade afetiva” e a comunidade local é o espaço de trabalho, do grupo de amigos e das formas de lazer.

Então, da mesma forma que os sítiantes de Minas Gerais pesquisados por Comerford (2014, p. 3), os agricultores familiares e, nesse caso, os(as) jovens “são pequenos produtores de alimentos e grandes produtores de conversa”. O autor ainda corrobora:

Conversam em casa, entre familiares, ou com vizinhos e parentes que estejam visitando. Conversam na roça, durante o trabalho, onde também brincam muito uns com os outros. As mulheres conversam com as vizinhas, quando vão, no fim da tarde, buscar lenha. Conversam na cidade, quando vão resolver alguma coisa e encontram parentes e conhecidos. Conversam esperando o ônibus e no ônibus, indo ou voltando da cidade; ou ainda, nesses deslocamentos cotidianos, conversam nos carros – sempre cheios, pois é de rigor dar carona aos conhecidos e amigos. Conversam nas festas, e também antes e depois das missas. Conversam no futebol de domingo, em torno de cerveja e churrasco, e também nos longos velórios. Conversam na fila do banco e do posto de saúde (certamente terão aí muito tempo para conversar). Conversam nas ruas e nos caminhos, quando encontram vizinhos, parentes, amigos, compadres (COMERFORD, 2014, p. 3).

A relação com a comunidade, no caso desses(as) jovens, também, é quando diz respeito às relações afetivas, conforme alguns trechos das entrevistas:

A liberdade, vida em comunidade, criar meus filhos em um ambiente mais saudável (JOVEM 10, AGRICULTORA, 28 ANOS, CASADA).

De estar em contato com a terra, relação com os vizinhos (JOVEM 6, AGRICULTOR, 31 ANOS, CASADO).

Eu gosto do contato com a natureza, da relação com os vizinhos, das relações de troca. E, principalmente, das possibilidades de escolha (JOVEM 18, AGRICULTOR, 25 ANOS, SOLTEIRO).

Eu gosto de tudo, mas o principal é poder ir na casa dos vizinhos a qualquer hora do dia, fazer as coisas em conjunto com eles. tipo dia de carneação ou silagem. Não existe coisa mais prazerosa (JOVEM 3, AGRICULTOR, 29 ANOS, SOLTEIRO).

A percepção dos(as) entrevistados(as), quanto às relações construídas, evidencia a importância que os mesmos dão para as relações familiares e comunitárias da vida cotidiana, são construções de trabalho, de afeto e, principalmente, de produção de conversa. Wanderley (2007) ressalta que os(as) jovens pernambucanos apontam os laços familiares e de amizade, a proximidade com a natureza e a qualidade de vida como os maiores motivos que os fazem permanecer no espaço rural. Nota-se que nesta pesquisa esses elementos, também, são

primordiais e muitos valorizados para o retorno dos jovens para o campo. Stropasolas se refere à expressão de comunidade quando ela é um

[...] formato organizativo de um grupo social, é no espaço da “comunidade” que as relações sociais, bastante restritas à família e à vizinhança, se ampliam. As comunidades rurais foram constituídas com a função de dinamizar a vida coletiva, possibilitando um espaço em que se integram e se expressam as manifestações culturais que identificam os grupos, uma certa homogeneidade de valores e costumes que, por um lado, possibilita a coesão em torno de uma identidade cultural e política, particularmente nos momentos em que se torna necessário reunir forças para acessar recursos, influir nas políticas públicas ou mesmo conquistar direitos (STROPASOLAS, 2002, p. 153).

Assim, mesmo com todos os desafios e algumas limitações, a vida no campo é muito valorizada pelos(as) jovens.

5 COMO SE CONSTITUI O CAMINHO DO RETORNO: COLHENDO OS RESULTADOS

Foram vários dias a campo, vários momentos de profunda conversa, que eram muito além de um roteiro pré-estabelecido. As companhias eram o gravador, o lápis e o diário de campo. Cada saída de uma casa era praticamente uma análise feita sobre a realidade identificada, que a partir de agora será apresentada, levando em consideração a pesquisa com seis pais e 23 jovens

5.1 E os pais?

O que pensam e como reagem os pais diante do retorno dos(as) filhos(as)? Os pais selecionados para a pesquisa de campo foram relacionados conforme o percurso metodológico descrito acima, a partir das definições ou não do processo sucessório, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Pais entrevistados (Francisco Beltrão, 2021).

Idade e sexo do filho	Questionário respondido por	Situação atual da sucessão da UPVF
Jovem 20, agricultor, 35 anos, solteiro	Pai/Mãe	Jovem assumiu totalmente
Jovem 7, agricultora, 29 anos, casada	Pai	Jovem assumiu em partes
Jovem 9, agricultor, 30 anos, casado	Pai/Mãe	Jovem assumiu totalmente
Jovem 12, agricultor, 29 anos, casado	Pai	Jovem assumiu em partes
Jovem 6, agricultor, 31anos, casado	Mãe	Ainda não assumiu
Jovem 8, agricultora, 20 anos, solteira	Mãe	Ainda não assumiu

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Independente da situação que a unidade familiar está, quando diz respeito ao processo sucessório, é unanimidade por partes dos pais, a abordagem positiva do retorno. Consideram, inclusive, que o tempo passado foi importante para o amadurecimento dos(as) filhos(as): *“ele voltou com outra cabeça”* (GG, agricultor, pai)

e para as responsabilidades que exercem na unidade de produção, sobre a importância do retorno dos(as) filhos(as), os/as pais/mães apontam que:

Por que eu acho importante a continuação da atividade na agricultura (PB, AGRICULTOR, PAI).

Por que é necessário a nossa propriedade ter uma continuidade, continuar a gerar renda e produzir alimentos. Então, a volta é fundamental para que aquilo que eu sonhei anos atrás se concretizasse (NP, AGRICULTOR, PAI).

Eu acho que é muito importante, por que senão vai parar. o que a gente fez até agora, acaba tudo. Então, tem que dar incentivo pra que a piazada volte (LG, AGRICULTOR, PAI).

Eu acho que os jovens e os filhos da gente nos dão novos desafios. Eles vêm com vigor, com energia e com ideias novas. Se a gente souber aproveitar isso, a gente avança muito (GG, AGRICULTOR, PAI).

Por que se ele não viesse, nós ia vender tudo isso aqui (NC, AGRICULTOR, PAI).

O retorno dos(as) filhos(as) foi identificado como um importante passo para a continuidade das atividades produtivas e da própria transmissão do saber entre pais e filhos. Ter um filho(a) agricultor que mantenha as atividades iniciadas na unidade de produção é algo que a grande maioria dos pais desejam. E que fica evidente nas respostas dadas por todos os pais entrevistados, mesmo que em alguns destes casos, o processo sucessório ainda não esteja definido. Para Weisheimer:

[...] o processo de trabalho é o espaço privilegiado de socialização dos filhos no mundo adulto, na lógica do trabalho e da produção, processo este que configura o meio objetivo que acaba por consolidar a construção subjetiva do jovem agricultor. Conclui-se que a socialização dos filhos no processo de trabalho da agricultura familiar cumpre um importante papel na construção social do jovem agricultor e na definição de seus projetos futuros (WEISHEIMER, 2004, p. 141).

Diante dos desafios da reprodução social das famílias da agricultura familiar, um dilema diz respeito ao processo de sucessão, conforme aponta Badalotti et al. (2017, p. 240): “passar o bastão não é tarefa fácil dentro da esfera familiar”, por isto, a necessidade de que o debate em torno deste tema seja algo feito coletivamente, pelas famílias, pelo poder público, pelos movimentos sociais e não somente pelo(a) jovem.

Para Spanevello (2018, p. 44), a sucessão na agricultura aponta para dois elementos: “1) A sucessão é fundamentalmente um processo com diferentes fases/estágios; 2) A sucessão é marcada pelo processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento”.

Ainda, conforme a autora, e mesmo entre esses padrões ou modelos apontados acima, eles não tendem a ser “puros”. De uma forma geral, os padrões sucessórios combinam um ou vários elementos que são movidos pela individualidade de cada família, mas, também pelas condições externas geográficas e temporais.

Ademais, embora prevaleçam as normas sociais e legais em torno da transferência dos estabelecimentos é provável que o ambiente econômico (diversificação produtiva, tamanho da área) também favoreça ou defina as oportunidades ou restrições à sucessão dos estabelecimentos (SPANEVERELLO, 2018, p. 45).

Os autores Kiyota e Perondi (2014, p. 1013) reforçam que, ao contrário do que acontece em alguns setores da sociedade, “o trabalho na agricultura permanece sendo uma atividade herdada, isto é, a transferência do controle e da propriedade do empreendimento ocorre entre membros da mesma família”. Para eles, este momento da sucessão entre as duas gerações é um dos estágios mais críticos no desenvolvimento da unidade de produção, justamente pela dificuldade que os pais encontram em iniciar o processo sucessório, mesmo que isto faça parte da estratégia de reprodução social daquela unidade familiar.

Para Abramovay (1998, p. 15), “sucessão profissional, transferência hereditária e aposentadoria: em torno deles giram os processos sociais para que se forme uma nova geração de agricultores”. E, segundo o autor, é em torno do tema da sucessão que se decide se o espaço rural poderá ser vitalizado com um grupo de jovens envolvidos em sua valorização ou se este rumo inelutavelmente para o esvaziamento (ABRAMOVAY, 1998).

Neste estudo foram identificados três cenários do processo de sucessão geracional: as famílias que já estão com o(a) sucessor(a) definido(a); aquelas que ainda não têm esta definição e que o(a) jovem volta para trabalhar e; os pais que fizeram em partes esta transição. Nas famílias que estão com o processo de sucessão da unidade de produção definido e encaminhado, geralmente, este ocorre quando os

pais se aposentam, em que diminuem o ritmo e a intensidade do trabalho, mas não deixam de contribuir com o trabalho e de participar das decisões. Porém, quando diz respeito à gestão o(a) filho(a) tem autonomia para aprimorar algumas atividades e buscar implementar uma dinâmica diferente, conforme a fala de uma mãe entrevistada:

[...] falamos com os outros dois filhos. Eles não queriam voltar. Então acertamos que o filho que voltou que ele seria o sucessor da nossa propriedade. E voltou e deu continuidade e foi aprimorando aquilo que a gente já fazia (MC, AGRICULTORA, MÃE).

*Como nós íamos vender isso aqui, um dia o ** me ligou e falou: "o pai vai mesmos vender as vacas"? Falei: "Já tô vendendo". Daí ele me respondeu: "e se eu for aí tocar"? Eu falei pra ele: "mas venha amanhã já!" E ele veio. Ele ganhava mais na cidade, mas quis vir pra cá e eu fiquei bem feliz (NC, AGRICULTOR, PAI).*

Em alguns casos, o processo sucessório já está definido, mas o(a) jovem ainda não assumiu total responsabilidade sobre as atividades na unidade de produção, ou tem mais que um(a) filho(a) que quer ficar ou voltar. A expressão "em partes", dada pelos pais, inclui além das decisões referentes à unidade de produção, a questão da renda. Nestes casos, quem tem o domínio da gestão e da renda, é o pai: *"Em partes, por que tem minha outra filha que quer voltar. Então, uma vai cuidar do leite e a outra do aviário. Assim tem espaço para as duas"* (LG, AGRICULTOR, PAI).

Outros casos são perceptíveis com pais mais novos, nos quais, o(a) jovem só voltou pelo trabalho, mas ainda não foi construído um caminho para a sucessão, conforme evidencia a fala deste pai: *"Ela será, mas ainda não. Eu acho que ela ainda é muito nova, apesar de ter amadurecido muito, acho que no tempo certo vai acontecer. E outra, eu ainda tenho 46 anos, também sou muito novo para parar"* (PB, AGRICULTOR, PAI).

Quando perguntados qual é o momento mais adequado para que seu(a) filho(a) assumira a responsabilidade da unidade de produção, as respostas foram:

Quando os pais já estão com uma certa idade e começam a dar autonomia para os filhos (MC, AGRICULTORA, MÃE).

A partir do momento que a gente vê que eles estão responsáveis e que tem os pés no chão (LG, AGRICULTOR, PAI).

Eu acho que quem mais tem que estar preparado para isso somos nós. Os pais. Não vou dizer que é simples e fácil, por que não é. Por que a sucessão, o filho não é um peão, ele tem condições e responsabilidades, pelo menos é isso que eu entendo. Mas estamos indo e avançando, todos os dias um pouco mais (GG, AGRICULTOR, PAI).

*Eu acho que tudo é um processo. E cada caso é diferente. Aqui o ** faz. Nós ajudamos quando precisa, mas ele é quem faz (NC, AGRICULTOR, PAI).*

Abramovay (1998) aponta que a passagem que gira em torno do processo sucessório está alicerçada na figura paterna e é ela quem determina o momento e cria as condições para ocorrer. Segundo o autor, esta transição leva em consideração muito mais a capacidade e a disposição do trabalho do pai do que as necessidades do sucessor. Nota-se, pela pesquisa realizada com os pais, que este processo ocorre geralmente com a chegada da aposentadoria: *“minha idéia era me aposentar e não trabalhar mais”* (NP, AGRICULTOR, PAI). Kiyota e Perondi (2014, p. 1014) enfatizam a aposentadoria como um elemento importante para a sucessão, não como um evento isolado, mas como um processo, *“uma série de transições no balanço entre o tempo destinado ao trabalho e o tempo devotado a outras atividades”*.

De todo modo, é necessário compreender a sucessão geracional não apenas como a troca de gestor, mas como um processo. Segundo Lobley et al. apud Kiyota e Perondi,

Sucessão não é um evento único, mas é (ou deveria ser) um processo que tem lugar em um período de tempo extenso. Sucessão é o processo de transferência da gestão dos recursos do empreendimento. Este pode envolver a transferência da unidade de produção familiar a um sucessor (ou múltiplos sucessores), ou pode envolver a transferência do capital necessário para estabelecer um novo empreendimento agrícola. Desta forma, é possível distinguir entre sucessão do agricultor e sucessão da ocupação de agricultor (LOBLEY, 2010, p. 50 apud KIYOTA; PERONDI, 2014, p. 1013-1014).

Ainda na entrevista com os pais, quando perguntados sobre a divisão da renda da unidade de produção, dos seis pais que foram entrevistados, 66,7% fazem a divisão da receita em partes iguais, pois na percepção deles isto é um estímulo para os(as) filhos(as) que voltaram:

Ele ficou um tempo fora e eu fiquei tocando tudo sozinho. Mas, depois que ele voltou, resolvi fazer uma proposta para ele: “tocar tudo as meia”. Era uma

forma de eu segurar ele em casa, por que eu me criei de um jeito e ele do outro, mas o jovem precisa ter renda para ficar (NP, AGRICULTOR, PAI).

Essa dinâmica ocorre quando a família tem uma atividade produtiva que garante renda mensal, como o caso da produção leiteira e outros produtos entregue no mercado institucional ou em outra estratégia de cadeias curtas, conforme relato da mãe:

*[...] tudo o que a gente vende, vem pra um caderno. A queijaria tem uma contabilidade, a feira tem outra e o que vendemos pro PNAE tem outra e outras rendas. Todo início de mês eu pago tudo, depois é dividido em três partes por que trabalhamos em parceria com um vizinho. Então fica dividido assim: Aqui de casa, da casa do ***, que é o filho e do **, que é nosso vizinho (CG, AGRICULTORA, MÃE).*

Mesmo a renda tendo um papel essencial na permanência e ou retorno dos(as) jovens, ela não pode ser vista de forma isolada, porque além dela, outros elementos são apontados como parte de um momento de escolha dos(as) jovens. Como ressalta Savian,

A decisão e ação dos jovens da agricultura familiar ocorre inserida em um contexto social visando metas econômicas, mas não só essas, como também a aprovação, poder, sociabilidade, entre outras. As rendas obtidas pela família influenciam na decisão e ação do jovem no dilema de ficar e sair. Este é um fator muito importante, mas não único, pois vários outros influenciam, como a hierarquia doméstica, valorização do urbano, questões de gênero, entre outros. Por fim, defende-se que a decisão e a ação se dão inseridas em um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, no qual tanto dinâmicas gerais (urbanização e mudanças tecnológicas) como as peculiaridades do local podem influenciar na permanência ou não dos jovens no campo (SAVIAN, 2014, p. 105).

Seguindo nas falas dos pais, os casos que os(as) jovens recebem uma renda fixa por mês “*é tranquila, ela tem as responsabilidades dela e eu no fim do mês pago um salário pra ela*” (PB, AGRICULTOR, PAI), ou em situações que os(as) filhos(as) têm total liberdade sobre a administração da renda. São dinâmicas diferenciadas, mas que cada qual, a sua maneira, vai construindo as relações dentro da unidade familiar.

5.2 A sucessão e a herança

O tema da sucessão e herança requer muita atenção e sensibilidade no momento da abordagem, tanto que é tratado na última pergunta do roteiro. É um assunto que necessita ser debatido de forma transparente e concisa. Silva et al. (2017) enfatiza a importância de buscar alternativas contra as incertezas que circundam a sucessão familiar. E, quando se trata da herança aos(às) outros(as) filhos(as), para Spanevello (2018), é possível visualizar e delimitar um cenário do processo de herança e compensação dos(as) filhos(as), a partir do planejamento dado pelos(as) próprios(as) agricultores(as) familiares. Assim, é possível visualizar três cenários:

- a) Agricultores que já realizaram o processo ou negociaram a divisão do patrimônio com os filhos; b) Agricultores que estão planejando e/ou iniciando a transferência do patrimônio aos filhos; c) Agricultores que não planejaram as formas de distribuição da herança (SPANEVERELLO, 2018, p. 188).

Dos seis pais entrevistados, todos apontam que os(as) filhos(as) que saíram têm direito à herança e apenas um ainda não sabe como fará o processo. Os pais que afirmaram já saber como fazer seguem regras próprias, conforme a resposta descrita: *“Nossa meta é ajudar a comprar a parte dos outros dois filhos”* (MC, AGRICULTORA, MÃE). Ou em outra resposta semelhante: *“Assim como eu, que fiquei aqui na propriedade e mais um irmão pagamos a parte dos outros. Acho que é assim que tem que ser”* (PB, AGRICULTOR, PAI).

Seyferth (1985, p. 1) explica que “as práticas de herança visam, principalmente, evitar a excessiva fragmentação das pequenas propriedades, que ameaça a reprodução desse campesinato” e muitos pais tendem a não realizar a fragmentação das terras entre os filhos(as). *“A gente pensa várias hipóteses. A única coisa que eu tenho certeza é que eu não vou dividir isso entre os filhos. Quero que fique pra que eles toquem juntos. E a gente sabe que é possível”* (GG, AGRICULTOR, PAI).

Quando perguntado a um dos pais sobre a divisão do patrimônio ou o direito à herança, ele fez o seguinte apontamento: *“sim, tenho quatro alqueires. Aquele que cuidar de mim, fica com três alqueires e o outro com um só”* (NP, AGRICULTOR, PAI).

Spanevello (2017), reforça essa posição citada acima de quem os(as) filhos(as) que assumiam a função de sucessores(as) recebiam, também, a tarefa de cuidar dos pais:

Este cuidado é definido como o amparo econômico e médico devido ao avanço da idade e da impossibilidade de executar as tarefas produtivas da propriedade. Como recompensa pelo dispêndio de tempo e recurso financeiro que o sucessor teria com os pais ao final da vida, era dada a ele como herança a propriedade (SPANEVERELLO, 2017, p. 360).

Carneiro (2001, p. 22) reforça que é necessário ter em vista que há vários formatos de transferência de patrimônio e que eles são diferentes quando se leva em consideração o “contexto histórico, econômico, geográfico, institucional, etc.”. São diversas formas e jeitos levando em conta práticas e lógicas reprodutivas próprias e, portanto, não podem ser enquadradas numa ação meramente formal, ou seja, aquilo que perante à lei é “legal”. Percebe-se, pela pesquisa feita com os pais, que existe uma pluralidade de possíveis saídas para que a reprodução social da unidade de produção ocorra, ora baseado na cultura da família, ora no processo social ou econômico, conforme enfatiza Carneiro.

Nestes termos, não existe uma rigidez de regras nem uma diversidade descontextualizada. A transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensações disponíveis, derivados, tanto da sua história específica como da sua inserção na economia e na sociedade (CARNEIRO, 2001, p. 23).

A decisão de criar um momento de conversas com os pais teve como objetivo entender as diversas dinâmicas no interior das unidades de produção, compreender que cada estabelecimento detém histórias e memórias. A maior preocupação de todos os pais é dar condições para que os(as) filhos(as) possam permanecer na unidade familiar ou construir seu espaço fora dela, seja em outro pedaço de terra ou na cidade. Nesse sentido, Ploeg destaca:

A agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro, o que significa que cada estabelecimento familiar possui uma história cheia de memórias. Significa também que os pais trabalham para filhos e filhas.

Querem dar à geração seguinte um ponto de partida sólido, dentro ou fora. E, por ser o resultado do trabalho e da dedicação dessa geração e das gerações anteriores, o estabelecimento familiar normalmente é fonte de orgulho (PLOEG, 2014, p. 9).

Por isso, quando perguntado aos pais se estão felizes com o retorno dos(as) filhos(as), as respostas externadas, na ausência destes, foram as seguintes:

Muito, eu acho que é vida sabe. Os jovens têm que ter orgulho de serem agricultores. Por que quem entende a importância disso, sai muito à frente (LG, AGRICULTOR, PAI).

Muito, agora ele faz o serviço e eu vou cuidar do meu neto que vai nascer (NC, AGRICULTOR, PAI).

Muito. Mas muito mesmo. Ter ele aqui é motivo de alegria. A gente tem muitos desafios. Mas ele entende que quem produz comida é quem vai ganhar dinheiro de verdade e viver melhor (GG, AGRICULTOR, PAI).

Muito, pra mim é uma realização (MC, AGRICULTORA, MÃE).

A experiência que os(as) filhos(as) passaram na cidade foi importante para criar condições para que os pais pensem, conjuntamente, as estratégias para a continuidade das atividades produtivas ou de projetos implementados pelos(as) filhos(as) após o retorno. Percebeu-se, também, pais preocupados com o futuro da agricultura familiar e das suas unidades de produção: *“muito importante, por que a gente tem que revitalizar a agricultura, nós somos velhos. Não conseguimos mais trabalhar. Então o ** voltou para que a gente conseguisse continuar na atividade”* (NC, AGRICULTOR, PAI).

5.3 E os(as) jovens?

Se os pais não contribuem criando condições para a permanência dos(as) jovens no campo, eles(as) migram para as cidades. Se o(a) jovem não acredita no seu presente e no seu futuro, deixa de se desafiar e inovar, pois juventude é

Mais do que uma fase da vida, uma sociológica categoria social, ou, um sentir-se como tal, jovem é tudo aquilo que à experiência dos outros não vivenciaram, porque ele é único, é vir-a-ser, potência e diferencial. Mas não

posso decidir pelos jovens, no máximo provocar os pais tentando dizer o que pode ser melhor ou menos arriscado neste momento. Porém, cabe ao jovem o poder de tomar decisões, pois não decidir, também representa uma decisão – e pode ser triste, quando a decisão não for da vontade própria, mas de condicionante imposição (ALVES, 2020, p. 3).

Os(as) jovens que retornaram são o nosso foco de pesquisa, os nossos sujeitos, porém, ressalta-se que os(as) jovens que permanecem não são atores(as) menos importantes. Mas, os(as) jovens que retornaram carregam na sua bagagem a experiência de ter vivido na cidade e que concretizaram no espaço rural sua opção de vida, apesar de todos os desafios que a vida no campo tem (como intempéries, preço dos produtos, oscilação de mercado, falta de infraestrutura adequada). Conforme Carneiro (2007), ao tomar como ponto de análise a juventude rural no contexto das novas mentalidades, que é decorrente do aumento da mobilidade entre o campo e a cidade, faz-se necessário:

Com a intensificação da comunicação com a cidade, na atual conjuntura, nos coloca como importante desafio entender os valores e novos anseios dos jovens de residência rural em face da revalorização do meio rural por segmentos da população urbana (CARNEIRO, 2007, p. 53).

Carneiro (2007) reforça, ainda, que essa atual conjuntura tem possibilitado mudanças nos projetos dos(as) jovens e também na maneira como eles(as) se visualizam a si e aos demais. “Nesse sentido, é importante lançar algumas luzes sobre o universo difuso, heterogêneo e extremamente dinâmico que é o composto por jovens, em particular os jovens rurais” (CARNEIRO, 2007, p. 53).

Sobre os(as) jovens pesquisados(as), o tempo que ficaram foram da unidade familiar varia, sendo que o maior número de respostas aponta de 4 a 6 anos. Isso está relacionado, majoritariamente, aos(às) jovens que saíram para estudar. O tempo que retornaram altera entre 1 e 10 anos, conforme o recorte temporal definido durante o percurso metodológico, sendo a maior faixa de retorno entre 4 e 6 anos.

Woortmann (1990) enfatiza que os(as) camponeses/agricultores(as), além de produzirem alimentos, também produzem migrantes. “Por isso, as áreas camponesas já foram chamadas de “celeiros de mão-de-obra”. O fato de os camponeses/agricultores migrarem para as cidades não diz respeito somente à

inviabilização de suas condições de permanecer no campo, mas é elemento integrante de suas próprias práticas de reprodução” (WOORTMANN, 1990, p. 35).

Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa. Assim, percebemos que em todos os lugares existem estratégias diferenciadas que levam à organização interna das famílias no que se refere à sucessão e, neste caso, sair pode ser uma estratégia para retorno dos(as) jovens depois de um determinado tempo.

Muitos trabalhos e pesquisas abordam as perspectivas de permanência/retorno dos(as) jovens, entre aqueles estão os que discutem o tema da sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários. Segundo Brumer et al. (2007), tratar o tema da sucessão é de grande valia, e isto não é importante somente para a família, mas também para a reprodução social destas unidades e, ao longo do tempo, também para o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como toda a estrutura do setor agrícola. Por isto, fazer o debate, exaurir possibilidades de condições para estes(as) jovens que retornaram ou que permanecem é tão necessário para a continuidade da agricultura familiar.

Dos(as) 23 jovens entrevistados que retornaram para o campo, 14 deles, ou seja, 60,9% retornaram para a unidade de produção dos pais; quatro jovens, 17,4% retornaram para a área de terra dos sogros; dos jovens que tem terra própria, estas foram adquiridas pelo Crédito Fundiário; outros dois fizeram compra de lotes do Assentamento existente no município; e outra ganhou um valor em dinheiro do pai para comprar uma área de terra que faz divisa com os pais:

Eu fiz o técnico agrícola e não quis fazer faculdade. Então o pai e a mãe fizeram a conta de quanto custaria uma faculdade particular de veterinária e me deram o dinheiro. Aí eu comprei a terra. O resto do valor que faltava o pai pagou e agora ele arrenda minha terra e desconta do valor que eu devo. Ah! um negócio que só pai faz (JOVEM 10, AGRICULTORA, 28 ANOS, CASADA).

Em relação à quantidade de área de terra local após o retorno dos(as) jovens 52,2% está na faixa de 10 a 20 hectares, seguido por 26,1% que compõem de 1,0 a 10 hectares, reforçando a caracterização do município de unidades de produção com pequenas áreas de terra. A mão de obra na unidade de produção é 87% exclusivamente familiar; o restante, 13%, é de famílias que esporadicamente

contratam serviços de outras pessoas para algum trabalho pré-determinado, geralmente sazonal (época de plantio, colheita ou silagem).

Na realidade da composição da renda, o leite aparece como a principal atividade desenvolvida na unidade de produção. Para Kiyota e Perondi (2014), o leite faz parte da renda agrícola das famílias, porque garante um rendimento mensal, oportunizando um planejamento mais eficiente das atividades. Quando se observa o número de unidades de produção que tem o leite como atividade principal, nota-se um aumento da produção entre as famílias com sucessor(a) e uma diminuição entre as famílias sem sucessor(a), tendo em vista o comprometimento vultoso do tempo, da mão de obra e na organização do trabalho, dedicado à atividade. “Essa disparidade é facilmente explicada pela disponibilidade de força de trabalho encontrada nas unidades de produção com sucessor” (KIYOTA; PERONDI, 2014, p.1034).

Quando a pergunta foi sobre quais produções se obtém maior renda, o leite novamente aparece em primeiro lugar com 73,9%, seguido por grãos (8,7%), hortifrutí (8,7%) – aqui reúne venda para mercado institucional e feiras – e agroindústria (8,7%) – panificado e de derivados de leite –, que estão no mesmo número de apontamentos, como principal fonte de renda.

Kiyota e Perondi explicam que se considerada a renda e o capital, percebe-se que os estímulos econômicos ainda são temas centrais no que diz respeito aos processos sucessórios.

No entanto, isso não ocorre apenas quando se observa que, quanto maior a renda para a agricultura familiar, maior a possibilidade de haver um sucessor. O oposto também é verdadeiro: por ter sucessor, há maior investimento e, conseqüentemente, rendas melhores (KIYOTA; PERONDI, 2014, p. 1034).

Ainda, os autores Kiyota e Perondi (2014) consideram que alguns fatores que garantem as atividades na unidade de produção se complementam e viabilizam a renda. Os autores citam como exemplo “a disponibilidade da área de terra e da força de trabalho; investimentos em máquinas e equipamentos que atenuem a penosidade e o tempo dispendido nas atividades; pluriatividade e diversificação das atividades” (KIYOTA; PERONDI, 2014, p. 1035). Quando perguntado sobre a renda e se ela é

satisfatória ou não, 20 consideraram que sim e três jovens responderam que não estão satisfeitos.

Para os(as) jovens que não estão satisfeitos(as) com a renda obtida na unidade de produção, as respostas giraram em torno de ações produtivas para melhorá-la:

Ampliar o número de vacas em lactação” (JOVEM 2, AGRICULTOR, 23 ANOS, SOLTEIRO).

Não posso reclamar da renda, mas acho que podemos melhorar muito” (JOVEM 6, AGRICULTOR, 31 ANOS, CASADO).

Por que quero ganhar mais, ter uma casa boa, ter um carro bom. Então eu quero mais renda. Ampliar o plantel de vacas e melhorar a genética delas (JOVEM 20, AGRICULTOR, 23 ANOS, SOLTEIRO).

Isso só com o passar do tempo. Então teoricamente, com o passar do tempo, a renda pode melhorar (JOVEM 22, AGRICULTOR, 26 ANOS, SOLTEIRO).

Não é só a questão da renda que determina a permanência ou não do(a) jovem no campo. Mas, em se tratando do tema de retorno, ter autonomia, e isto inclui ter autonomia financeira, é um fator importante e que permeia as decisões de volta. Sobre o projeto produtivo, observa-se que 90,9%, ou seja, 20 dos(as) jovens dão continuidade ao projeto produtivo dos pais, justificando que quando retornaram, ter algo construído e gerando renda foi importante para o recomeço e para dar segurança na decisão de retorno; três iniciaram uma nova atividade, justificando que os pais ainda trabalham ativamente na unidade de produção, mas que para o retorno, tiveram esse suporte

E, quando o projeto de produção é continuidade ao que os pais já desenvolviam, os(as) jovens apontam desafios enfrentados, pois ainda se evidencia uma tensão entre as gerações, no caso pais e filhos(as). Conforme destaca Brummer (2008, p. 48): “de um lado os pais que empregam técnicas que “estão dando certo” e de outro os jovens com anseio de inovação”. Mesmo com o retorno, os(as) jovens ainda têm uma certa dificuldade em avançar sobre alguns temas relacionados à produção, e algumas mudanças que precisam ser feitas para que possam potencializar a produção e a renda: *“a gente tem algumas coisas que poderíamos melhorar, mas ainda temos resistência. Mas como são coisas que dá pra ir seguindo sem, a gente não entra em rota de colisão” (JOVEM 13, AGRICULTORA, 28 ANOS, CASADA).*

Ainda no campo dos desafios de continuar com o projeto produtivo dos pais, alguns(as) jovens sentem necessidade de que haja novos investimentos na unidade de produção: “[...] maiores investimentos, o jeito que os meus pais trabalhavam com leite era muito rudimentar. Então, o maior desafio é ir investindo e melhorando as condições da produção” (JOVEM 2, AGRICULTOR, 35 ANOS, SOLTEIRO).

Algumas dificuldades também estão elencadas nas “ideias”, como enfatiza o entrevistado:

O maior desafio é a gente ajustar os pensamentos. Eu leio, estudo, busco informações. O pai fica mais retirado, às vezes as ideias não batem. Mas, isso fez com que a gente aprendesse a conversar mais” ou simplesmente “ir ajustando a partir das ideias de cada um (JOVEM 1, AGRICULTOR, 29 ANOS, CASADO).

Outros desafios, que foram elencados por dois jovens, dizem respeito a uma situação onde inclusive eles não esperavam ter que assumir todas as responsabilidades da produção e da gestão da unidade de produção: “um dos principais desafios foi a separação dos meus pais. Ele detinha todo o conhecimento, centralizava todas as informações, então sofremos muito até entender tudo” (JOVEM 3, AGRICULTOR, 29 ANOS, SOLTEIRO). Ou ainda, “com o falecimento do meu pai, eu tive que assumir tudo, então o maior desafio é tentar dar conta de tudo” (JOVEM 11, AGRICULTOR, 34 ANOS, SOLTEIRO). Neste caso não havia uma socialização das rendas obtidas na unidade e, tampouco, um processo de sucessão ocorreu, sendo que os(as) jovens retornaram de forma não planejada, com condições familiares adversas, como foi o caso do divórcio e do falecimento

Alguns(as) jovens relacionam os desafios ao mercado, que neste caso não depende de uma ação direta da família, são fatores externos: “acho que os maiores desafios são diretamente ligados ao mercado, oscila muito, não tem um preço mínimo do produto. Então pra mim esses são os maiores desafios” (JOVEM 10, AGRICULTORA, 32 ANOS, CASADA).

No caso de jovens que já assumiram ou concluíram o processo de sucessão, o que eles(as) referem como desafio é o ato de ter mais responsabilidade sobre a unidade de produção e mesmo que eles(as) deem continuidade ao projeto produtivo dos pais, o compromisso maior precisa partir deles(as): “passo a ter mais

responsabilidade, eu tenho que assumir mais. Então, isso pra mim é um desafio” (JOVEM 20, AGRICULTOR, 35 ANOS, SOLTEIRO).

Durante as entrevistas, percebeu-se que os pais, além de incentivar o retorno, também, abrem para a possibilidade de novos investimentos, mesmo que seja uma decisão que não ocorre em um espaço de curto prazo: *“eu falava pro pai: ‘a gente precisa de um lugar melhor para a ordenha’. Ele dizia: ‘nem pensar, não vamos fazer isso’. Semana passada começamos a ordenha no novo fosso, tudo requer jeito”* (JOVEM 13, AGRICULTORA, 28 ANOS, CASADA).

Para Spanevello (2018), os(as) agricultores(as) com a sucessão tem um uma dinâmica diferenciada e são mais organizados(as) em torno da gestão do estabelecimento:

[...] buscam inovações tecnológicas, diversificação produtiva ou melhorias em relação ao que é atualmente praticado nos estabelecimentos. São agricultores inseridos em diversas organizações coletivas: cooperativas, associações ou grupos específicos de produtores, entre outros (SPANEVERELLO, 2018, p. 140).

Sobre as divergências entre as gerações, um jovem explica:

As diferenças de ideias existem, e sempre vão existir, afinal a gente tem quase 30 anos de diferença e ser um agricultor não é qualquer um. Tem que nascer com o dom de ser agricultor. Todo dia tem que aprender e se atualizar. E com o pai a gente se dá bem. A gente sempre tem discussão, mas vai de um entender o outro, e tudo o que precisa fazer aqui para melhorar a produção, ele apoia, porque sabe que eu tô aqui e vou fazer a minha parte (JOVEM 23, AGRICULTOR, 29 ANOS, CASADO).

Quando perguntados sobre como é a reação dos pais diante de uma nova ideia para a organização da unidade produtiva, as respostas foram conforme relato abaixo:

Super tranquila, hoje eles me ouvem. Diferente de antes, quando eu morava em casa, que eles não davam atenção pra nada que eu falava. Hoje eu falo e eles me escutam e às vezes eu vejo o pai fazendo o que eu falo. Pra mim é uma realização (JOVEM 1, AGRICULTOR, 28 ANOS, CASADO).

Na avaliação dos(as) jovens, a experiência na cidade trouxe elementos novos na relação com os pais. Mesmo que ocorram alguns conflitos no que se refere à continuidade do projeto produtivo dos pais, estes passaram a ouvir mais: *“sempre conversamos bastante, hoje é diferente do que no passado. Hoje meu pai me ouve, conversamos de igual pra igual”* (JOVEM 22, AGRICULTOR, 29 ANOS CASADO).

Na casa da Jovem 7, ela explica que

[...] diante de uma ideia nova a gente sempre conversa. Só que, na verdade, a mais chata aqui sou eu, que eu não acho certo ou que eu aprendi na faculdade é diferente, eu exponho minha opinião e falo que acho que não é certo. Da mesma forma que o pai, quando ele acha que tá errado ele fala, assim vamos ajustando (JOVEM 7, AGRICULTORA, 29 ANOS, CASADA).

Ao iniciar um novo projeto produtivo, Kiyota e Perondi (2014, p. 1013) destacam que alguns(as) jovens “começaram a desconsiderar as práticas tradicionais de aliança e reprodução do patrimônio”.

Com isso, a agricultura familiar vem passando por um momento em que os jovens querem ver respeitados os seus projetos individuais, e os pais precisam considerar esses projetos, mesmo que não garantam imediatamente o processo de sucessão na unidade de produção da família (KIYOTA; PERONDI, 2014, p. 1013).

Mesmo que no montante geral sejam somente três jovens que iniciaram um novo projeto produtivo, é imprescindível que se valorize estas iniciativas.

Quando eu saí, a gente tinha um tipo de cultura, quando voltei iniciamos a produção com hortifruti. A gente começou avaliando o que não precisava de tanto investimento. Porque o tempo que fiquei fora, o pai só plantou fumo, mas eu não voltaria se fosse para trabalhar nisso (JOVEM 23, AGRICULTOR, 28 ANOS, CASADO).

Nós trabalhávamos com serraria e grãos. Como a gente tinha local para pasto, compramos algumas novilhas e agora começamos com a produção leiteira. Paramos com a serraria porque meu pai faleceu (JOVEM 11, AGRICULTOR, 34 ANOS, SOLTEIRO).

E um jovem iniciou uma atividade não agrícola, aumentando inclusive a renda da família: *“eu tinha um dom de lidar com madeira, então comecei a fazer peças*

artesanais; organizado na forma de encomendas orçamentárias” (JOVEM 22, AGRICULTOR, 29 ANOS, SOLTEIRO).

Para que os(as) jovens tenham autonomia na unidade de produção, e isto diz respeito ao trabalho e à gestão, requer um esforço de ambas as partes, justamente porque os conflitos que eventualmente ocorrem, seja na realização de um novo projeto produtivo ou na continuidade das atividades dos pais, estão relacionados à falta de diálogo. Em relação à pergunta se existem momentos de conversas sobre as situações cotidianas e sobre o planejamento da unidade de produção, todos(as) os(as) jovens responderam que sim. Essas conversas, segundo os(a) 23 jovens, ocorrem: de forma diária – seis jovens; semanal – um jovem; mensal – dois jovens, quando necessário – 14 jovens.

As ideias ou decisões sobre investimentos, o quê comprar ou vender, como melhorar a gestão da unidade de produção, geralmente surgem nessas conversas que ocorrem entre os membros da família, conforme relatos:

Quando temos as conversas, eu apresento alguma ideia nova muitas vezes eles falam que a gente precisa ir mais com calma, mas sempre me incentivam (JOVEM 9, AGRICULTOR, 30 ANOS, CASADO).

As conversas são importantes por que as vezes as novas ideias são do meu pai e meu irmão. Tudo é de conversar (JOVEM 18, AGRICULTOR, 28 ANOS, SOLTEIRO).

Quando as "novas ideias" se tratam de algo simples e que não requer muito investimento, a aceitação é mais tranquila, e quando se trata de propostas que requerem um maior investimento, os pais tendem a ter mais cautela. Assim relata a jovem: *“Depende do que eu falo. Se é algo sobre o manejo, o jeito de lidar com os animais, uma forma diferente, ele aceita de boa. Se é algo que necessita investimento, ele tem resistência. Ele tem o pé no chão e isso é importante” (JOVEM 7, AGRICULTORA, 29 ANOS, CASADA).*

Quando o processo sucessório está encaminhado e os(as) jovens estão assumindo as responsabilidades na gestão, a relação com os pais é de maior entendimento: *“até pouco tempo atrás o pai não me levava tão a sério, mas ele mudou muito, ele me escuta. E a gente muda junto. Ele está ficando com a cabeça mais aberta e faz o que é melhor” (JOVEM 6, AGRICULTOR, 31 ANOS, CASADO).*

Quando perguntados sobre como ocorrem as tomadas de decisão, o quê comprar e o quê investir, ressaltam que as decisões sempre são conjuntas e estão inseridas na rotina das conversas que se fazem como apontado anteriormente:

Sim, a gente faz junto. A decisão de comprar equipamento, terra, aumentar o plantel dos animais é tudo decidido junto” (JOVEM 1, AGRICULTOR, 25 ANOS, SOLTEIRO).

A gente se reúne, o pai, a mãe, eu e meu irmão. Aí a gente vê como faz” (JOVEM 2, AGRICULTOR, JOVEM, SOLTEIRO).

Todos juntos, decidimos no fim do ano comprar uma terra para o meu irmão, então todos trabalhamos para pagar. Funciona bem (JOVEM 23, AGRICULTOR, 23 ANOS, CASADO).

Alguns(as) jovens consideram as tomadas de decisão como o principal elemento para que o retorno seja exitoso e para que se consiga avançar conjuntamente:

A gente sempre sente e conversa. Nós temos 0,5 ha de terra, sabe o que é viver nisso? É muito arrojado, então a gente tem uma organização muito firme aqui. Do que investir, como investir. Mas sempre fizemos juntos (JOVEM 16, AGRICULTORA, 26 ANOS, SOLTEIRA).

A gente decide juntos, A gente sente e conversa. Eu e o pai. Tipo semana passada compramos um botijão de sêmen. E o pai disse o que acha? Pra mim isso é decidir junto (JOVEM 23, AGRICULTOR, 20 ANOS, CASADO).

É visível a importância que os(as) jovens entrevistados(as) dão para o fato de participarem ativamente nas decisões que ocorrem na unidade de produção, tanto em relação aos investimentos que serão feitos, como no processo organizativo onde as decisões são para o planejar melhor o trabalho. Assim, o planejamento não está relacionado somente ao financeiro, mas sim ao todo da unidade de produção.

E sobre a gestão, como ela ocorre? Isso diz respeito à gestão dos trabalhos e, também, à gestão das finanças: *“temos uma distribuição das tarefas, do que cada um faz. Em relação ao financeiro, a gente junta todas as notas e faz a contabilidade do mês” (JOVEM 17, AGRICULTORA, 30 ANOS CASADA).*

Quando foi perguntado a um dos jovens sobre a gestão, a maior preocupação dele naquele momento era relativo à saúde, tendo em vista que ele, a mãe e o irmão

estavam se recuperando em casa, pois haviam se contaminado com a COVID-19. Mas, o relato dele com relação à gestão foi de que:

Recebemos o valor no fim do mês e pagamos todas as contas, compramos comida, pagamos luz. Com relação ao trabalho, a gente divide as tarefas. Agora a gente está muito preocupado porque meu pai está na UTI com Covid, então, sei que muitas coisas precisamos melhorar depois que ele ficar bem (JOVEM 2, AGRICULTOR, 26 ANOS, SOLTEIRO).

Alguns(as) jovens, que possuem área de terra própria, criam dinâmicas para trabalharem coletivamente com os demais membros da família, conforme relato a seguir: *“aqui a gente fez uma dinâmica diferente, nós organizamos de forma que a gente trabalhasse todos juntos. A propriedade do meu pai e do meu irmão é para o plantio de grãos e na minha ficam as vacas. As ordenhas fizemos um dia cada”* (JOVEM 3, AGRICULTOR, 23 ANOS, CASADO). Outros seguem um planejamento próprio, a fim de facilitar o trabalho e a gestão financeira:

Financeiramente, o dinheiro vai para uma conta só, pagas as despesas, guarda um valor para pagar parcelas de investimento e um salário pra mim” (JOVEM 1, AGRICULTOR, 31 ANOS, CASADO).

*A princípio nós (eu e meu marido) tocamos a atividade do leite e o pai o aviário. Eu faço a ordenha e o ** (esposo) que trata* (JOVEM 7, AGRICULTORA, 29 ANOS, CASADA).

Pai cuida da roça, minha irmã menor cuida das bezerras, eu da comida e a ordenha da tarde e a mãe a ordenha da manhã (JOVEM 8, AGRICULTORA, 20 ANOS, SOLTEIRA).

Eu sou veterinária e tenho responsabilidade sobre o leite e meu marido é agrônomo e cuida das lavouras, mas sempre nos ajudamos (JOVEM 10, AGRICULTORA, 33 ANOS, CASADA).

Outro jovem, ainda, enfatiza:

Minha irmã e o marido dela também moram aqui, então eles contribuem nos trabalhos. E uma vez por mês a gente se reúne e faz avaliação do mês. O que cada um avalia do mês que passou, então se tem algum problema ou mal entendido a gente resolve tudo nessas reuniões (JOVEM 11, AGRICULTOR, 34 ANOS, SOLTEIRO).

Em algumas famílias, onde envolve os pais e a nova família do(a) jovem, existem alguns acordos que foram realizados para esta volta e isto faz parte da gestão:

Nós temos um acordo aqui. Que fizemos desde o início. A partir de que viemos tudo que criasse de animais, ou comprasse qualquer coisa é metade cada um. Fizemos uma esterqueira, metade cada um. Então tudo que precisamos investir, é metade nosso e metade do pai (JOVEM 7, AGRICULTORA, 29 ANOS, CASADA).

A forma como se organiza a renda mensal da família é um dos motivos que faz com que o(a) jovem saia da casa dos pais e vá em busca de outro trabalho. Segundo Zonin e Kroth, na sua grande maioria, os pais não compartilham informações dos resultados financeiros com os(as) filhos(as) por três razões:

a) devido as rendas serem insuficientes; b) pelo receio de que os jovens se comprometam com gastos considerados supérfluos; c) pelo receio de que os jovens administrem de forma equivocada esses recursos; e, d) ou por razões culturais, entre outras (ZONIN; KROTH, 2021, P. 40).

A autonomia financeira é fundamental para assegurar condições concretas de permanência e de retorno dos(as) jovens. Para Weisheimer (2009, p. 155), “o termo autonomia é utilizado para descrever situações onde o sujeito é capaz de especificar as suas próprias regras, ou orientar-se pelo que é adequado para ele”. Este(a) jovem que estava na unidade de produção saiu e foi para a cidade, trabalhou, teve salário, assim, não volta mais para uma condição de ter que “pedir dinheiro” ao pai. Por isto, ter acordado esta questão com a família, antes do retorno, é primordial. Para os autores, Kiyota, Perondi e Vieira:

Entretanto, como o processo de trabalho organiza tanto o espaço agrícola como o das relações de gênero e geração, a remuneração do trabalho e a participação dos jovens na gestão das atividades, nos quais estes assumem parte das responsabilidades, fazem com que estes sintam o reconhecimento deles mesmos como uma unidade produtiva parcialmente autônoma. Isso ocorre pelo espaço que estes ocupam dentro da estrutura produtiva, que na agricultura familiar associa-se à família, produção e trabalho. Como consequência, os jovens se sentem mais visíveis dentro da unidade de produção, trazendo reflexos diretos à autoestima destes (KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2011, p. 208).

Para Weisheimer (2004), a possibilidade de um ganho financeiro, oriundo da participação desse(a) jovem no processo de trabalho familiar, “é um elemento que além de reconhecer a importância do trabalho dos jovens, é um estímulo simbólico que contribui para desenvolver sua disposição de permanecer na agricultura” (WEISHEIMER, 2004, p. 139). Quando os(as) jovens foram perguntados(as) como ocorre a gestão dos recursos oriundos da unidade de produção, foram identificadas três dinâmicas diferentes: dos(as) 23 jovens, oito disseram que o valor obtido vai para a conta dos pais e, em alguns casos, os pais fazem o pagamento de um “salário fixo” e ficam com o restante da renda: *“O dinheiro vai para a conta do pai e ele paga todas as despesas a partir daquela contabilidade que falei e eu recebo um salário fixo. O pai que deposita na nossa conta”* (JOVEM 1, AGRICULTOR, 31 ANOS, CASADO). Nestes casos, Weisheimer (2009, p. 154) enfatiza que a “situação da juventude da agricultura familiar aqui é marcada por um restrito acesso a uma renda monetária”, o que muitas vezes dificulta a condição do(a) jovem desenvolver seu projeto produtivo próprio. Há algumas situações onde a renda vai para a conta dos pais, mas há uma divisão igualitária do valor obtido: *“Todo o dinheiro vai pra conta do pai, todo dia 6 de cada mês o pai paga as contas e divide em três partes o que sobra. Nossa propriedade tem pouco financiamento, então sobra mais dinheiro”* (JOVEM 12, AGRICULTOR, 29 ANOS, CASADO).

No caso de 13 jovens entrevistados(as), o valor obtido da produção vai para a conta dos(as) filhos(as) que fazem a gestão financeira e, em algumas situações, acontece a divisão da renda: *“Dividimos as despesas, guardamos para pagar investimento e repassamos uma parte de dinheiro para cada família”* (JOVEM 7, AGRICULTORA, 29 ANOS CASADA).

Em outros casos, a renda obtida fica toda com os(as) filhos(as), isto ocorre quando os pais estão aposentados e “abrem mão” do valor da renda obtida pela produção:

O pai e a mãe têm o aposento, do leite eu tiro um salário pra mim, um pro meu irmão. Guardamos sempre um pouco pra emergência. O pai se aposentou, então ele e a mãe não querem mais o dinheiro do leite. Eu e meu irmão recebemos um valor fixo por mês. Mas, acaba que a gente não gasta tudo e guarda, porque nosso projeto é comprar mais terra (JOVEM 1, AGRICULTOR, 28 ANOS, SOLTEIRO).

E num terceiro cenário, quatro jovens responderam que o dinheiro vai para uma conta conjunta, entre os pais e os filhos(as): *“recebemos o dinheiro do leite, pagamos a conta e vamos usando o que sobra. Temos uma conta em conjunto, então, quem precisa usa”* (JOVEM 17, AGRICULTORA, 30 ANOS, CASADA).

Para comprovação de renda, acesso a políticas públicas/programas de governo e garantia de direitos, exceto os(as) jovens assentados(as), todos(as) os(as) demais jovens entrevistados(as) possuem bloco de produtor rural: *“metade do leite vai pro bloco dos meus pais e metade pro nosso”* (JOVEM 13, AGRICULTORA, 28 ANOS, CASADA).

Weisheimer destaca que para os(as) jovens agricultores(as) familiares,

[...] a autonomia material refere-se às condições que possibilitam aos jovens construir um espaço próprio no processo de trabalho familiar agrícola e obter uma renda própria. Logo, as condições materiais que possibilitam ao jovem construir sua autonomia podem ser estudadas através de indicadores empíricos referentes à estrutura fundiária, à integração mercantil e ao acesso a rendas agrícolas entre os jovens (WEISHEIMER, 2009, p. 161).

Quando o tema em questão é a importância das políticas públicas e/ou programas que incentivem o retorno dos(as) jovens, não pairam dúvidas de que, com as ações governamentais, principalmente de governos anteriores e com o apoio da sociedade civil, estabelece-se maior importância e visibilidade para as questões que são desafios para muitos(as) jovens que vivem no mundo rural (CASTRO, 2016). É fundamental salientar que, para a grande maioria dos(as) jovens, as políticas públicas/programas têm um efeito positivo em toda a unidade de produção. Neste bloco, as perguntas feitas aos(às) jovens tratam da importância da política pública e de programas de governo para o retorno, se na avaliação deles(as) o espaço rural está sendo bem atendido por estas políticas públicas e o que é necessário melhorar. Quando perguntados se a política pública foi importante para o seu retorno, dos 23 jovens, 78,3% apontaram que sim e 21,7% apontaram que não. Para os(as) jovens entrevistados(as), a política pública e/ou os programas de governo foram fundamentais não somente para eles(as), mas para todos os membros da unidade de produção.

Porque conseguimos estruturar muita coisa aqui, sem a política pública não teríamos o que temos hoje. O que era quando eu saí e quando eu voltei, está muito diferente. E, isso foi pelo incentivo para os agricultores (JOVEM 1, AGRICULTOR, 31 ANOS, CASADO).

Mas, quando se reporta à política pública e/ou aos programas, os(as) jovens destacam outros formatos de acesso que não só o crédito para investimento na produção, mas crédito para poder construir moradia, por exemplo: *“porque a gente conseguiu se organizar aqui, investir no que era preciso. Acessamos habitação, o que melhorou muito a condição de moradia nossa”* (JOVEM 12, AGRICULTOR, 29 ANOS, CASADO). E outro importante instrumento foi o crédito fundiário: *“Inclusive para comprar minha terra, para investimento, para ampliar plantel de vacas. Na verdade, pra tudo”* (JOVEM 13, AGRICULTORA, 29 ANOS, CASADA).

Outro destaque dado pelos(as) jovens é sobre programas que vão para além da produção, trata-se aqui do programa de compra institucional de alimentos (PNAE): *“A gente só produz porque tem onde vender”* (JOVEM 23, AGRICULTOR, 28 ANOS, CASADO). Neste mesmo sentido, a fala outro jovem apontou para a importância do programa: *“Eu avalio como muito importante, é importante ter recursos que nos permitam investir, como programas quem comprem aquilo de produzimos de comida”* (JOVEM 22, AGRICULTOR, 26 ANOS, SOLTEIRO).

A avaliação sobre a política pública é um balizador da importância dos programas governamentais para a pauta da juventude como elemento-chave para o desenvolvimento da agricultura familiar. Hoje, os(as) jovens reconhecem que não existem incentivos como existiam há alguns anos, avaliando isto como prejuízo para o desenvolvimento das atividades produtivas. Estes destacam como um elemento negativo, programas e políticas que não existem mais, no campo social, cultural, de habitação, de crédito fundiário e de assistência técnica. *“Eu acho que hoje falta tudo, a um tempo atrás tinha programa pra comprar terra, fazer casa, juro barato. Hoje não tem mais nada. Temos problema de internet, estrada”* (JOVEM 20, AGRICULTOR, 35 ANOS, SOLTEIRO).

Barcellos (2014) pondera que fragilidades ou potencialidades experimentadas pelos(as) jovens do meio rural, seja pelo acesso e/ou falta de terra, lazer, educação, saúde e recursos de crédito financeiro para investir na propriedade rural, por meio de programas e políticas públicas efetivas, poderiam ser garantidas e/ou supridas.

Ademais, sustenta que no processo de articulação política, seja na elaboração, na implementação ou na avaliação das políticas públicas, a juventude rural deve ser considerada como um ator nesse processo, pois não se trata somente de agentes produtivos, mas de sujeitos criativos, imbuídos de pensamentos, saberes, desejos e capacidades inventivas.

Quando perguntados se o rural estava sendo bem atendido em todas as suas necessidades, pelas autoridades políticas, foi unanimidade a resposta de que não estavam. A partir da resposta negativa, fazia-se a próxima pergunta: o que falta? A resposta foi evidente: incentivos através de políticas públicas, infraestrutura e comunicação. A demanda por políticas públicas estruturantes para a agricultura familiar foi destacada por vários(as) jovens:

Pra mim falta uma política de fortalecimento da agricultura familiar e do que se produz (JOVEM 1, AGRICULTOR, 31 ANOS, CASADO).

Creio que a gente teria que pensar alternativas para o jovem cada vez mais querer ficar e retornar para o campo (JOVEM 23, AGRICULTOR, 20 ANOS, CASADO).

Retorno do programa de compra de terra e de habitação (JOVEM 2, AGRICULTOR, 26 ANOS, SOLTEIRO).

Para Zonin e Kroth (2021), é necessário a criação e, principalmente, a permanência de políticas públicas que sejam capazes de potencializar o desenvolvimento da agricultura familiar, em especial da juventude, “fortalecer a qualidade de vida, os ambientes de lazer, de comunicação, de criação de oportunidades de renda e autoemprego e a promoção das liberdades objetivas e substantivas aos jovens” (ZONIN; KROTH, 2021, p. 71). Ainda, segundo ele, as políticas públicas

[...] devem englobar outras dimensões da vida jovem no campo – educação, saúde, habitação, cultura e lazer, entre outras. Suas sínteses sinalizam que não se pode pensar em sucessão na agricultura familiar sem uma melhoria plena das condições de vida no campo (ZONIN; KROTH, 2021, p. 71).

Outra demanda por parte dos(as) jovens entrevistados(as) está relacionada aos investimentos na infraestrutura no meio rural. Essa necessidade é para que se garanta

condições e acessos a serviços, escoamento da produção e mobilidade, sendo um dos temas mais citados na pesquisa, o que demonstra a importância que tem o poder público local na construção de uma estratégia de desenvolvimento no campo, baseado na agricultura familiar

Essa inadequação da infraestrutura local, como estradas e acessos às unidades de produção, é uma questão exposta por muitos jovens:

[...] acho que um grande problema é o acesso, às estradas que são muito ruins e também mais política de incentivo para os jovens (JOVEM 15, AGRICULTORA, 25 ANOS, CASADA).

Principalmente falta manutenção nas estradas, mas também a carência de visitas de autoridades políticas (vereadores principalmente) em busca de reivindicações da população rural (JOVEM 9, AGRICULTOR, 30 ANOS, CASADO).

A juventude rural deve ser chamada a participar efetivamente na criação e na gestão de políticas públicas, pois estas precisam estar condizentes com experiências e trajetórias daqueles. Políticas públicas, aliás, devem ser praticadas de modo “[...] que os incluam como sujeitos de direitos e que garantam acesso integrado a direitos mais amplos como a informação, diversidade cultural e étnica, saúde, esporte, lazer, meio ambiente, participação social e política” (BADALOTTI et al., 2017, p. 12-13).

Sobre políticas públicas que deveriam ser implementadas especificamente para os(as) jovens, que foi a terceira pergunta deste bloco, as respostas foram agrupadas em cinco eixos: a) Política de incentivo, crédito diferenciado e desburocratizado, juro barato (34,8 %); b) Programa de compra de terra (26,1%); c) Programa de habitação (17,4%); d) Programa de acompanhamento técnico (4,3%); e) Bloco de produtor para filhos(as) de assentados(as) (17,4%).

Segundo Barcellos (2012), para implementar políticas públicas viáveis construídas com a própria juventude são necessárias diretrizes políticas e atores, inclusive os(as) próprios(as) jovens, comprometidos com o diálogo, com as pautas e com as experiências construídas em meio a esse processo. Para um dos jovens, “o governo tinha que olhar para os jovens com um olhar de possibilidade. Um olhar de futuro e principalmente de presente, nos ouvir, levar a sério o que a gente propõe, por

que somos nós que vivemos aqui. E se tem alguém que sabe, somos nós” (JOVEM 20, AGRICULTOR, 35 ANOS, SOLTEIRO).

Ao se tratar do processo sucessório, ter um(a) jovem disposto(a) a permanecer e, em detrimento disso, ser o(a) sucessor(a) da unidade de produção é sempre um grande desafio, até porque o número de jovens que sai do campo ainda é muito superior ao número dos(as) que voltam. Segundo Gasson e Errington apud Spanevello et al.:

A reprodução social da agricultura familiar é dada pela continuidade das propriedades ao longo das gerações através de um processo intrafamiliar. A reprodução é um processo composto por diferentes fases, sendo a sucessão geracional uma delas. A sucessão é a transferência do controle dos negócios das propriedades aos filhos sucessores ou à próxima geração (GASSON; ERRINGTON apud SPANEVELLO et al., 2001, p. 294).

Quando perguntados se o processo sucessório já estava definido e como isso ocorreu, com as respostas oriundas das entrevistas, nota-se três situações: alguns(as) têm claro que já são os(as) sucessores(as); alguns(as) identificam que estão fazendo essa transição e outros(as) que só voltaram para trabalhar, sem saber se serão os(as) sucessores(as), as dinâmicas que cada família desenvolveu tem muita relação com as condições de cada unidade de produção, mas em todas as decisões de volta, a construção do diálogo entre a família foi fundamental para o retorno. O âmbito das relações familiares é determinante para essa condição. E, de um modo geral, a sucessão está cada vez mais interligada com o fato dos(as) jovens estarem motivados(as) a ficar, terem incentivo, serem reconhecidos(as) pelos pais, pela família. E, principalmente, serem reconhecidos(as) socialmente como sendo agricultores(as) familiares.

Para Brumer apud Mate, Spanevello e Azevedo:

[...] as perspectivas da permanência dos filhos na atividade agrícola são dependentes da viabilidade econômica da propriedade, da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas não agrícolas; das relações que se estabelecem entre pais e filhos no interior das famílias; das relações de gênero; da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões e da apreciação da vida no

campo, em contraposição à vida na cidade (BRUMER, 2000 apud MATE, SPANEVELLO; AZEVEDO, 2009, p. 5).

Quando a sucessão já está definida, percebe-se essa condição relacionada à aposentadoria dos pais, a fala dos(as) jovens apontam que:

[...] com minha vinda pra cá e como o pai e a mãe estão aposentados, eles têm em mim o sucessor (JOVEM 1, AGRICULTOR, 25 ANOS, SOLTEIRO).

Sim, com muita conversa, o pai se aposentou e deixou as filhas e os genros tocarem a propriedade (JOVEM 21, AGRICULTORA, 33 ANOS, CASADA).

Praticamente está sim definido. Com a idade o pai e a mãe se aposentaram e pararam com as atividades, então assumi (JOVEM 20, AGRICULTOR, 35 ANOS, SOLTEIRO).

Nesse caso, os pais repassam aos(às) filhos(as) que permanecem ou aos(às) jovens que retornaram, a responsabilidade da gestão da unidade de produção, sendo que em algumas dinâmicas familiares, os pais ainda contribuem com as atividades produtivas, mas sem ter a responsabilidade da gestão.

Identificamos realidades onde os(as) jovens retornaram e ainda não sabem se serão ou não o(a) sucessor(a) da unidade de produção, ou ainda, realidades em que os(as) jovens só voltaram para contribuir nos trabalhos, sendo que o debate da sucessão não é prioridade, como pode ser verificado nas falas dos jovens:

Aqui, em casa não tem um processo de sucessão feito. Nós voltamos para tocar a produção do leite. Das outras coisas é o pai que toma as decisões. Então em partes (JOVEM 7, AGRICULTORA, 29 ANOS, CASADA).

Eu voltei, tenho responsabilidades, mas eu acho que a sucessão familiar é muito mais que isso, é quando a gente tem mais autonomia sobre toda a propriedade. E como meus pais são novos acho que ainda vai levar um tempo (JOVEM 23, AGRICULTOR, 20 ANOS, CASADO).

Existem dinâmicas e condições diferentes em cada família. Cada uma tem formas de ajustar internamente para garantir que o(a) filho(a) seja o(a) sucessor(a), e isso depende cada vez mais das vontades e dos desejos dos(as) próprios(as) jovens, como ressaltam Mendes e Reis (2010, p. 2): “faz-se necessário colocar nas

mãos dos jovens as possibilidades de escolha, não desinteressada ou neutra, mas consciente do seu papel no tempo e espaço que ocupam”.

Ainda, conforme os autores, toda a família precisa estar envolvida no debate da sucessão, porque isso também se relaciona à decisão dos(as) jovens, sendo que o “espaço que ele conquista dentro da unidade de produção será também o seu desejo de permanência nesse espaço” (MENDES; REIS, 2010, p. 2), ou de retorno, pois o trabalho desempenhado pelo(a) jovem é o que vai lhe proporcionar tanto o reconhecimento simbólico, quanto material, fatores que influenciam diretamente nas suas escolhas.

Em relação ao(à) jovem se preocupar sobre a divisão do patrimônio dos pais entre ele(a) e seus(as) irmãos(as), vários(as) demonstram não se preocupar com esse assunto. Isso, geralmente, está relacionado ao fato do(a) jovem ainda não ter assumido totalmente as responsabilidades como sucessor(a) ou quando sabem que os pais já têm isso organizado:

Não, meus pais já tem ideia em como fazer (JOVEM 20, AGRICULTOR, 35 ANOS, SOLTEIRO).

Já temos um combinado, a terra é metade cada um. E a infraestrutura é só minha. E futuramente a gente vai fazer junto. Eu não penso só em mim, penso na minha irmã também (JOVEM 23, AGRICULTOR, 20 ANOS, CASADO).

Spanevello enfatiza que quando se trata do tema da transmissão do patrimônio entre os(as) agricultores(as) e os(as) seus(as) filhos(as), faz-se necessário considerar que existem dois aspectos que estão articulados entre si: “[...] possuir um sucessor para dar continuidade ao estabelecimento familiar e a partilha dos bens que está diretamente associada ao fato de ter um filho disposto a permanecer” (SPANEVERELLO, 2010, p. 171). Se há um(a) sucessor(a) definido(a), a forma de transmissão do patrimônio acaba por mudar as estratégias da própria família.

Em algumas situações, os(as) jovens se preocupam em como acontecerá essa divisão, mas para muitos isso é encarado como assunto proibido ou que será discutido somente após a morte dos pais:

Meus sogros não conversam sobre isso. Nós conversamos em casa, por enquanto temos um contrato (JOVEM 17, AGRICULTORA, 30 ANOS, CASADA).

É algo que eu sempre penso, mas nunca falamos isso abertamente aqui em casa (JOVEM 2, AGRICULTOR, 26 ANOS, SOLTEIRO).

E para alguns(as) jovens, e nesses dois casos específicos são dois irmãos(as), o assunto sobre a transmissão do patrimônio é algo que não preocupa, por que os(as) jovens pensam em continuar a trabalhar juntos:

A gente não pensa em dividir, nosso projeto é comprar mais terra junto” (JOVEM 21, AGRICULTORA, 33 ANOS, CASADA).

Ainda não, mas aqui temos clareza que será eu e meu irmão que vamos trabalhar juntos. Porque dividir a terra não tem sentido. E a gente pode trabalhar bem juntos (JOVEM 1 AGRICULTOR, 25 ANOS, SOLTEIRO).

Carneiro contribui com essa discussão, enfatizando que:

Permanecer ou voltar para o campo não significa necessariamente uma derrota ou um fracasso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha, motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitado pelo fato de morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando os mesmos códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos, que até recentemente, só eram disponíveis nas cidades (CARNEIRO, 2007, p. 60).

Assim, considera-se que ainda existe uma grande lacuna nos estudos sobre juventude rural, principalmente quando a temática é relacionada ao retorno, mesmo sabendo que, massivamente, o número de jovens que saem é maior do que aqueles(as) que retornam. Evidenciam-se algumas questões, as quais mereceriam serem aprofundadas: quando o(a) jovem retorna, qual experiência traz consigo? Como ele(a) usa esse aprendizado que acumulou na cidade para melhorar as relações com a família e para construir seu presente e seu futuro no campo? Esse estudo traz consigo a possibilidade de outros elementos sobre o que concerne ao tema do retorno de jovens para o campo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dilema “sair ou ficar”, mais um item entra em evidência, o retorno: e como os jovens constroem esse caminho do voltar, quais os anseios e os projetos para a sua vida, quais experiências trazem na bagagem? Ao longo dessa dissertação, busquei compreender os motivos que estão identificados pelos(as) jovens quando da decisão de retornar para o campo, como ocorre esse retorno, quais dinâmicas são adotadas pelas famílias para que a decisão seja alicerçada em um projeto não só produtivo, mas de vida ao longo prazo, e não somente uma decisão momentânea. De todos os(as) jovens entrevistados(as), nenhum(a) estava sem trabalho na cidade, mas consideraram que: o custo de vida no espaço rural é menor, o que diminui consideravelmente o custo de vida; o espaço rural como mais seguro; estando no campo podem dedicar mais tempo à família e aos filhos, coisa que geralmente não ocorre quando se trabalha na cidade; a condição de produzir sua própria comida. Fatores estes que colocados na balança tem um peso significativo na decisão.

Em um momento anterior à fase exploratória, o argumento que, na minha avaliação, era o principal motivo para o retorno seria o acesso à política pública, por ter, de certa forma, oportunizado uma melhoria considerável na renda no campo. Porém, o principal fator que garante o retorno dos(as) jovens são os arranjos construídos dentro da unidade de produção e isso perpassa pelo diálogo entre os pais e os(as) filhos(as). Assim, o conflito geracional é um dos grandes fatores que leva o(as) jovem a sair do campo e o diálogo é uma das grandes razões pela qual os(as) jovens voltam. Os(as) agricultores(as) familiares, em especial os pais, devem reconhecer e confiar nos(as) filhos(as) para garantir a sucessão, mudando assim o cenário atual que é de crise na continuação das unidades de produção.

Sobre os projetos produtivos, os(as) jovens entrevistados(as), quase que na totalidade, continuam a conduzir aquilo que já tem em andamento na unidade de produção, onde já está incorporada uma organização interna da família. Nota-se que o leite e os grãos são as maiores fontes de renda, e que alguns(as) jovens, conjuntamente com a família, desafiam-se a pensar novas perspectivas de produção, como o caso da produção de hortifrutis e panificados. Dessa forma, meu argumento central é de que novos projetos produtivos feitos pelos(as) jovens precisam de uma

capacidade fundiária e de investimento da unidade de produção, pois, por mais que seja um bom projeto, fica resignado além da vontade dos pais a do poder monetário para permitir tal investimento. Diante disso, o que fica evidente é a necessidade do planejamento conjunto entre os pais e os(as) filhos(as), dando, assim, sustentabilidade para os projetos produtivos.

Compreende-se que os(as) agricultores(as) familiares, especialmente os(as) jovens que permanecem no campo ou, especialmente no caso desta pesquisa, aqueles(as) que retornam, criam as estratégias que reduzem o impacto e as incertezas que, por vezes, o espaço rural lhes apresenta. Estratégias essas que se refletem em fatores que pressionam e, também, oportunizam famílias a se adaptarem e a diversificarem os seus meios de vida de acordo com o espaço rural em que vivem, em termos locais e regionais. Essa diversidade reflete uma complexa articulação entre as distintas formas familiares com as suas múltiplas estratégias de reprodução social, econômica e cultural. Assim, deve ser levado em conta que a juventude pode ser um meio de transformação e desenvolvimento do espaço rural, pois possui condições de unir os ensinamentos que receberam de suas famílias/pais/avós, incorporando-os aos recursos atinentes à modernidade.

Sobre o tema da herança, muitas terras nas quais, hoje, estes jovens estão morando e trabalhando, já são herdadas pelos pais, sendo que já passaram por subdivisões, e algumas estão no limite para poder manter um projeto produtivo em funcionamento. Por isso, as iniciativas dos pais é de garantir que as unidades não se fragmentem mais, assim, algumas iniciativas são válidas: a do trabalho de forma coletiva entre os(as) irmãos(as) é uma possibilidade e a garantia para que os(as) jovens que não queiram ficar no campo, tenham acesso à herança por outros meios, como o pagamento da terra pelo(a) irmão(ã) que fica. Como aponta Weisheimer (2004, p. 127): “valoriza-se a terra como o principal patrimônio dos agricultores familiares”.

O cenário atual, no nosso país, é de desmonte das políticas públicas, em especial para a juventude da agricultura familiar. Durante o percurso, percebemos a importância que programas e projetos têm para potencializar a permanência e o retorno dos(as) jovens no/para o campo. Sem as condições e os incentivos necessários, a juventude se encontra em um dilema e sem possibilidades de novos investimentos, não só referente a políticas de produção, mas de acesso a terra,

habitação e assistência técnica. Hoje, somente a política de comercialização tem funcionado de forma razoável, até porque a sua implementação depende dos municípios.

Outra forma de construção de políticas públicas acontece no local. Como notamos, as ações de infraestrutura, como os acessos de qualidade que permitam que os(as) jovens tenham uma melhor mobilidade e os programas de incentivo à juventude, como assistência técnica, cultura, lazer, inclusão digital, entre outros, podem e devem acontecer localmente. Cabe aqui, o Sindicato e os movimentos sociais, a nível local ou organizados de forma nacional, convocar a juventude para o debate junto ao governo municipal para, assim, avançar em setores que são fundamentais para a permanência e o retorno do(a) jovem no/para o campo.

Outro desafio cabe aos movimentos sociais, principalmente ao Sindicalismo Rural, que no decorrer dos últimos anos perdeu, em partes, a sua capacidade de mobilização. Precisa ser retomado o debate sobre o papel estratégico da juventude e, também, de construção de pautas que garantam o acesso a políticas públicas eficientes.

Será que os(as) jovens retornam para o campo pela precariedade de acesso a bens e serviços? Pela falta de emprego que está batendo recordes a todo tempo? Pelo custo alto para a família se manter no espaço urbano? Quando se “põe na balança” os desejos de retorno, essas perguntas entram no radar? Dos(as) jovens que foram entrevistados(as), 53 retornaram no período inferior a cinco anos, o que nos possibilita pensar que o retorno também se dá por esse motivo, incluindo o fato de que popularmente as pessoas falam: “pelo menos, no interior, de fome a gente não morre”. O cenário no espaço urbano é assustador, então jovens que têm uma possibilidade de retorno visualizam esse caminho, porém, os arranjos organizativos tem que acontecer para que, de fato, essa volta seja exitosa. O tripé pesquisa, movimentos sociais e jovens precisa funcionar de forma articulada, para que aqueles elementos sejam identificados.

Durante a metodologia de pesquisa, estavam previstas duas etapas de grupo focal, mas respeitando os decretos (estadual e municipal) às restrições para reunir pessoas devido à pandemia da COVID-19, essa etapa foi postergada, com o compromisso de futuramente reunir esses(as) jovens e continuar o diálogo,

contribuindo, inclusive, na formulação de pautas que resultem em ações concretas, já que, como a pesquisa evidenciou, os(as) jovens sabem o que precisam.

Por fim, ressalta-se que escolha pela vida no espaço rural não se restringe unicamente a razões profissionais ou de renda, mas se alicerça no modo de vida, nos vínculos pessoais com o lugar, na qualidade de vida, ou seja, tem um valor que vai muito além do monetário.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.; LEÓN, O. D. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. 2. ed., São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

ABRAMOVAY, R. **Transformações na Vida Camponesa**: o Sudoeste Paranaense. São Paulo: USP, 1981.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo: A3, 2000.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, 2001, Recife. **Anais...** Recife, PE, 2001.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Análise diagnóstica da inserção do PRONAF na política agrícola**. (Relatório Final), Convênio, PEA/FIPE, 1998.

ACAMPAMENTO DA JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Resolução Final**: Juventude e Sucessão na Agricultura Familiar. Concórdia: texto digitado, 2011.

ALBANI, I. C. Consórcio social da juventude rural. **Scientia Plena**, Sergipe, v. 11, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/1719>. Acesso em: 15 fev. 2021.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio 1991.

BADALOTTI, R. M. et al. Juventude rural e políticas públicas: avanços e limites. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 10., Santa Cruz do Sul, 2017. **Anais...** Santa Cruz do Sul-RS, 2017.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. 2014. 306 f. Tese (Doutorado em CPDA) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/wpcontent/uploads/2014/10/Tese-Sergio-Botton-Barcellos.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BARCELLOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural: o PRONAF Jovem em debate. **Planejamento e políticas públicas-PPP**, Brasília, n. 48, p. 149/173, jan./jun. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEDUSCHI FILHO, L. C. A juventude rural e os desafios do desenvolvimento local. **Revista Marco Social**, Instituto Souza Cruz, v. 8, p. 6-9, 2006.

BERELSON, B. **Content analysis in communication research**. Glence: Free Press, 1952.

BOLTER, J. A. G. **Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural**. 2013. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRGS, Rio de Janeiro, 2013.

BORBA, E. R. **Organização de classe e prestação de serviços do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão-PR**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1517>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BORBA, E. R.; FABRINI, J. E. A participação das mulheres na luta sindical: o caso do sindicato dos trabalhadores rurais de Francisco Beltrão/PR. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n. 2, p. 37-52, dez. 2016.

BORLAN, V. Professor defende ensino específico para o campo: depoimento. **Canal Rural – Estúdio Rural**. São Paulo, 2016. Entrevista concedida a Miguel Daoud. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/videos/estudio-rural/professor-defende-ensino-especifico-para-campo-67894>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 8.736, de 3 de maio de 2016**. Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Brasília, 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8736.htm. Acesso em: 8 jun. 2020.

BRASIL. **Saf – Crédito Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-oprograma>. Acesso em: 8 jun. 2020.

BRUMER, A. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Internacional de Sociologia Rural, 2000.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito, Equador. **Anais eletrônicos...** Quito, Equador, 2006. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BRUMER, A. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENK, A. A.; DORIGON, C. (orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BRUMER, A. et al. **Como será o campo amanhã? A situação dos jovens rurais do oeste catarinense numa perspectiva de gênero**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agriculturas de base ecológica. In: _____. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. P. 7-11.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs.). **Mundo Rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro, 2007.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASAGRANDE, A. E.; SOUZA, E. B. C. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 2- 27, 2012.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria juventude rural**. 2005. 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. RJ: Mauad Editora Ltda, 2009.

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**, Colômbia, v. 7, p. 179-208, 2009.

CASTRO, E. G. PNRA e juventude rural: 30 anos depois – balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional. **Retratos de Assentamento**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 98-124, 2016. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/240>. Acesso em: 7 jun. 2020.

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de ciencias Sociais: Política & Trabalho**, Paraíba, n. 45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CASTRO, E. G.; BARCELLOS, S. B. Políticas Públicas para a Juventude Rural Brasileira. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. P. 549-570.

CASTRO, M. B.; STEPHAN, G. MEPES: Uma escola para o jovem rural. In: CASTRO, M. B.; STEPHAN, G. **Juventudes Rurais: cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007. P. 15-33.

CASTRO, L. F. P. Agricultura Familiar, Habitus e Acesso a Terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Pernambuco, v. 2, p. 91-105, 2015.

CEPAL. Division de Desarrollo Social. Juventud rural: fuerza de modernidade y democracia. In: **Juventud rural, modernidad y democracia en América Latina**, Santiago, Chile, p. 15-32, 1996.

COLETTI, T. **Organização da produção na agricultura familiar: análise das proposições do sindicalismo rural cutista do sul do Brasil**. 2005. 97 f. Monografia (Graduação em Economia) – Curso de Ciências Econômicas, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COLETTI, T. Sustentabilidade e Agricultura Familiar: o dilema da sucessão intergeracional no Oeste catarinense. In: ZONIN, V. J.; KROTH, D. C (orgs.). **Juventude Rural e Sucessão na Agricultura Familiar**. Curitiba: Apris, 2021. P. 79-104.

COMERFORD, J. Onde está a comunidade? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o rural e o urbano. **RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas-SP, v. 8, n. 2, 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Brasília – DF, 2010.

CONCEIÇÃO JÚNIOR, V.; BRITO, I. F. S.; DANTAS, E. S. Organização socioprodutiva: impactos da implantação de cooperativas de agricultores familiares no território Vitória da Conquista, na Bahia. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 23, n. 1, p. 263-276, jan./mar. 2013.

CONDRAF. **Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi6pZaEvN_rAhX7H7kGHXxnCD8QFjACegQIBBAB&url=http%3A%2F%2Fipea.gov.br%2Fparticipacao%2Fimages%2Fpdfs%2Fconferencias%2FDesenvolvimento_Rural_Sustentavel%2Ftexto_base_1_conferencia_desenvolvimento_rural_sustentavel.doc&usq=AOvVaw3yKG9W9SxYRIXWMLWBYhTk. Acesso em: 22 mar. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. Carta proposta da juventude trabalhadora rural. **3º Festival da Juventude Rural (Juventude na luta por terra, políticas públicas e sucessão rural na América Latina)**. Brasília, 2015. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Fh_TTGLccAJ:www.agenciajovem.org/wp/%3Fp%3D6874+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 22 jun. 2020.

COSTA JÚNIOR, H. P. **Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar na localidade do Ancorado em Rosário da Limeira – MG**.

2007. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga, Caratinga- Minas Gerais, 2007.

COSTA, C.; FROEHLICH, J. M. Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul: uma abordagem a partir das condições regionais. **Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 9, p. 27, 2014.

CROTTY, M. **The foundations of social research**. Meaning and perspective in the research process. Sidney: Allen & Unwin, 1998.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1., Paraná, 2009. **Anais...** Paraná, 2009. p. 1-20.

DANTAS, M. F. **Impactos da modernização da agricultura na estrutura agrária sulmineira na microrregião de alfenas – MG**. 2011. 33 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Curso de Geografia, Departamento de Instituto de Ciências da Natureza (icn), Universidade Federal de Alfenas, Alfenas-MG. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/TCC%20-%20Mayara.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

DEGGERONE, Z. A. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul**. 2013. 156 p. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2013. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/487/1/2013ZenicleiaAngelitaDeggerone.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudos e Pesquisas**. N. 74, São Paulo, 2014.

DIRVEN, M. La herencia de tierras y la necesidad de rejuvenecimiento del campo latinoamericano: propuestas preliminares. In: CONGRESO DE ECONOMISTAS AGRARIOS DE CHILE “GESTIÓN DE TRANSFERENCIA TECNOLÓGICA EN LA AGRICULTURA”, 6., Santiago do Chile, 2001. **Anais...** Santiago do Chile, 2001.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Relatório Anual: El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2018**. Fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria. Roma, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/l9553ES/i9553es.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

FAVARETO, A. S. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.

FEIXA, C. A. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, A.; FEIXA, C. A.; GONZÁLES, Y. (Org.). **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras, 2004.

FERREIRA, A. Estado e economia no Brasil: 1930-1964. Fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico. **Revista de Ciências Sociais**. Ceará, v. 36, n. 1/2, p. 52-72, 2005.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL – FETRAF-SUL/CUT. **Projeto Terra Solidária** – caderno 8. Florianópolis, SC: [s.n.], 2001.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL – FETRAF-SUL/CUT. Tese do II Congresso FETRAF-SUL/CUT. **A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento**. Francisco Beltrão, PR: [s.n.], 2007.

FIALHO, M. A. V. Interfaces entre desenvolvimento rural, políticas públicas e atores sociais para o desenvolvimento territorial. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL- SOBER, 48., Campo Grande, 2010. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. p. 1-21.

FOGUESATTO, C. R.; LAGO, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T.; OLIVEIRA, S. V. A sucessão geracional na agricultura familiar sob a óptica do jovem migrante. In: Encontro de economia gaúcha, 1., Porto Alegre, 2014. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2014.

FRANÇA, C. G., DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: Nead/MDA, 2009.

FRANCISCO BELTRÃO. **Plano Diretor Municipal de Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão: Secretaria Municipal de Planejamento, 2017. Disponível em: <www.franciscobeltrao.pr.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FRIEDMANN, A. **O desenvolvimento da criança através do brincar**. São Paulo: Moderna, 2006.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 60. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-etc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

GODOY, C. M. et al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. **49º Congresso da SOBER**. Campo Grande-MS, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-032014000600007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro, DIEFEL, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao#agricultura-familiar>. Acesso em: 16 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**: universo, características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=5&i=P>. Acesso em: 16 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Acervo**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4108403#/S/CA/A/43/T/311>. Acesso em: 16 jun. 2020.

JUNIOR, A. T. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 2, n. 15, jan. 1998.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. In: **Revista Ciências Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 29, n. 2. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uell/index.php/seminasoc/article/view/5469/0>. Acesso em: 15 mar. 2020.

KIYOTA, N. **A Representação dos agricultores familiares em espaços de participação social no sudoeste do Paraná**. 2007. 206 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2007.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Migração e sucessão geracional na agricultura familiar sob a perspectiva de comunidade e renda. In: CONGRESSO DA SOBER, 52., Goiânia-GO, 2014. **Anais...** Goiânia-GO: UFG, 2014.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar. Uma questão de renda? In: BUAINAIN, A. M. et al. (Editores Técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1011-1045.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; VIERIA, J. A. N. Estratégia de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar: o Caso do Condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, Paraná, v. 16, n. 1, p. 192-212, 2012.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo agrário**, Argentina, v.16, n. 33, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/845/84544434007/html/index.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme**. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

LANGBECKER, T. B. Gênero e o trabalho na pecuária familiar: uma leitura a partir da divisão sexual do trabalho. **Revista Alamedas**, Toledo, v. 5, n. 2, p. 128- 144, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAZIER, H. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Biblioteca Pública do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, p. 313-322, 2006.

MACEDO, V. F. **A reestruturação Produtiva do Capital e o trabalho na agroindústria cafeeira de Barra do Choça**. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe-UFS, Sergipe, 2009.

MARSDEN, T. "Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces". **Journal of Rural Studies**. V. 11, n. 3, 1995.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: FORACCHI, M. M. (org.). **Diagnóstico do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MARTINE, G.; GARCIA, R. (orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MATE, A.; SPANEVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F. A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. In: CONGRESSO SOBER. 48., Campo Grande-MS, 2009. **Anais...** Campo Grande-MS, 2009.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito-RS. **Rev. Holos**, Natal, Ano 31, v. 1, p. 144-159, 2015.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília; São Paulo: Nead/MDA; Ed. Unesp, 2010.

MELLO, M. et al. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura**, 50 (1), São Paulo-SP, p. 11-24, 2003.

MENDES, Débora Mate; REIS, Marlo dos. Juventude da agricultura familiar: gênero em foco. **Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, [S. l.], 2010.

MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.pdf. Acesso em: 7 jun. 2020.

MIKULCAK, F.; HAIDER, J. L.; ABSON, D. J.; NEWIG, J.; FISCHER, J. Applying a capitals approach to understand rural development traps: A case study from post-socialist Romania. **Land Use Policy**, Sigarra, v. 43, p. 248-258, 2015.

MILLS, C. A **Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC. **Nota dos Movimentos e Organizações Sociais do Campo sobre o Estatuto da Juventude**. [S.l.], 2013. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/103>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. (Orgs.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. P. 99- 106.

NOVAES, R. **Juventude: conflito e solidariedade**. Rio de Janeiro: Iser, 1998.

NOVAES, R. **As juventudes e a luta por direitos**. Le Monde Diplomatique Brasil. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>. Acesso em: 5 jul. 2020.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, E. G. **O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista – MG**. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente

e Sustentabilidade) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Sustentabilidade, Centro Universitário de Caratinga, Caratinga-MG, 2006.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural: partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí-RS, v. 12, n. 27, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2863>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PAULO, M. A. L. de. **Juventude rural**: suas construções identitárias. Recife: Ed. da UFPE, 2011.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2007.

PETTIGREW, A. M.; FERLIE, E. M. L. Understanding change in the NHS. **Public Administration**, [S.l.], v. 66, p. 297-317, out. 1988.

PICOLOTTO, E. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, 2014.

PINHEIRO, A. C. A.; CARVALHO, M. L. S. **Economia e Política Agrícolas**. Lisboa-Portugal: Edições Silabo, 2003.

PIRIN, Lizandra. **Sindicalismo Rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão-PR**. 2006 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

PLOEG, J. D. V. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. Extra, p. 7-14, fev. 2014.

PRIORI, A. et al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh>. Acesso em: 23 jun. 2020.

REDIN, E. Políticas educacionais e juventude rural no Ensino Superior. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 237-252, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n63/1984-0411-er-63-00237.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

REDIN, E. O futuro incerto do jovem rural. **INTESA**, Pombal-PB, v. 8, n. 1, p. 37-43, jan./dez. 2014.

REDIN, E. Jovem rural em questão. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria-RS, v. 25, n. 1, p. 123-139, jan./jun. 2012.

RENK, V. E. **A educação dos imigrantes católicos em Curitiba**. Curitiba: Champagnat, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, R. A. **O Processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista-UNESP, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/roselialves.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

SANTOS, L. S. Recepção televisiva por jovens rurais: Um estudo sobre as representações do campo e da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 10., Blumenau-SC, 2009. **Anais eletrônicos...** Blumenau-SC, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/resumos/R16-0270-1.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2020.

SANTOS, A. S. **Um olhar sobre as juventudes rurais: desafios, possibilidades e limitações no município de Porteirinha-MG**. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado Associado em Sociedade, Ambiente e Território) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, 2017.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Espaço Acadêmico**, Maringá-PR, v. 14, n. 59, ago., 97-106, 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Estudos Rurais series, 2003.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J. M. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2009.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015.

SCOPINHO, R. A. Serei também uma andorinha? sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais. In: SEVERI, F. C.; ANDRADE Jr.; SIMONETTI, M. C. L. **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. Marília: Laboratório Editorial, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE – SNJ. **Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. Brasília-DF, 2012. Disponível

em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/1o-seminario-nacionaljuventude-rural-e-politicas-publicas/view>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965

SERRA, E. Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná. In: **Boletim de Geografia**. Universidade Estadual de Maringá, departamento de Geografia. v. 1, n. 1. Maringá: UEM/ Departamento de Geografia, 1983.

SILVA, D. F. et al. As dificuldades de “passar o bastão”: perspectivas da sucessão da propriedade entre produtores de comunidades rurais do município de Campos Gerais/MG. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 240-261, 2017.

SILVA, E. J. Jovens Agricultores: entre a reprodução e a resignificação da vida no campo. In: SIMPÓSIO SOBRE JUVENTUDE BRASILEIRA, 5., Recife-PE, 2012. **Anais...** Recife-PE, 2012.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. D.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan/abr. 2002.

SILVA, V. T. C. **O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida sustentabilidade social e ambiental**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri, Brasília: NEAD/MDA, 2001.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO BELTRÃO. **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão- PR**. Francisco Beltrão: documento impresso, 1996.

SOUZA, M. A. A. A Juventude no Plural: anotações sobre a emergência da juventude. In: ALVIM, R. **Jovens & juventudes**. João Pessoa-PB: Editora Universitária/UFPB, 2005. P. 89-107.

SOUZA, P. M.; LIMA, J. E. Intensidade e dinâmica da modernização agrícola no Brasil e nas Unidades da Federação. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 795-824, 2003.

SPANEVELLO, R. M. **A situação das filhas na transmissão do patrimônio na agricultura familiar**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

SPANEVELLO, R. M. et al. A migração juvenil e as implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis-SC, v. 45, n. 2, p. 291- 304, out. 2011.

SPANEVERELLO, R. M. et al. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

SPOSITO, M. A. Pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999 – 2006). In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Estado da arte sobre juventude**: Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999 – 2006). Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventudes e políticas públicas no Brasil. In: DÁVILA LÉON, O. (org.). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>. Acesso em: 11 jun. 2019.

STOFFEL, J. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na região sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul-RS: UNISC, 2013.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no Horizonte dos jovens**: o caso de filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 2002. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STROPASOLAS, V. Juventude rural: uma categoria social em construção. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte, 2005. Anais. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005.

STROPASOLAS, V. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/os-desafios-da-sucessao-geracional-na-agricultura-familiar/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

STROPASOLAS, V. A dimensão da diversidade social na abordagem das crianças e jovens rurais. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 29., Santiago-Chile, 2013. **Anais eletrônicos...** Santiago-Chile, 2013. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT22/GT22_Stropasolas.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

STROPASOLAS, V. L. et al. **O mundo rural no Horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8688>. Acesso em: 6 jun. 2020.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, 19.4, p. 789-802, 2018.

VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. **R. ra´e ga**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, L. V. **Mudanças na estrutura agrária brasileira e seus desdobramentos no desenvolvimento econômico**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F. (orgs.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

VENÂNCIO, M.; PESSOA, V. L. S. A agricultura familiar em Catalão (GO): impasses e perspectivas. In: SIMPÓSIO NACIONAL “REFORMA AGRÁRIA BALANÇO CRÍTICO E PERSPECTIVAS, 1. Uberlândia, 2006. **Anais...** Uberlândia, 2006.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILLWOCK, A. P. S.; PERONDI, M. A. Análise dos indicadores socioeconômicos de diferentes estratos de renda da agricultura familiar de Itapejara D’oeste-PR. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, Paraná, v. 2, n. 2, 2017.

VILLWOCK, A. P. S. **Meios de vida e renda**: uma pesquisa em painel de agricultores familiares do sudoeste do Paraná. 2018. 200 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria, 2018.

WALBY, S. **Gender transformations**. London: Routledge, 1997.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambu-MG, 1996. GT 17 – Processos Sociais Agrários. **Anais...** Caxambu-MG, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, Passo Fundo, v. 3, p. 21-55, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para futuro? In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz / RS. 2004. 215 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2004.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2009/42001013012P7/TES.PDF>. Acesso em: 15 mar. 2020.

WEISHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar. In: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (Orgs.). **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. P. 31-52.

WEISHEIMER, N. Os jovens agricultores e o processo de trabalho da agricultura familiar. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL (ALASRU), 6., Porto alegre, 2002. **Anais...** Porto alegre, 2002.

WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 87, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZONIN, V. J.; KROTH, D. C (orgs.). **Juventude Rural e Sucessão na Agricultura Familiar**. Curitiba: Apris, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

PERCEPÇÕES SOBRE A JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR: GRUPO FOCAL

Serão realizados três momentos de grupo focal, com um número menor de participantes, constituindo-se de dinâmicas que permitam aos(às) jovens falarem e serem ouvidos(as). As questões-chave serão organizadas em três blocos para nortear o debate do grupo.

Bloco 1: O que é ser jovem agricultor(a) familiar?

Bloco 2: A vivência no urbano. Como foi a sua experiência no espaço urbano? O que isso contribuiu para mudar o seu jeito de pensar sobre o rural? Como você vislumbra a agricultura familiar no futuro? Quais os aspectos positivos da(o) jovem agricultor(a) familiar em relação ao(à) jovem urbano(a)? Quais as vantagens de viver no campo em relação a viver no meio urbano?

Bloco 3: Projeto de vida. O seu projeto de vida é no rural mesmo? O que a experiência no urbano contribuiu para essa decisão? Como você está desenvolvendo o seu projeto? Você acha que os(as) jovens estão voltando para o campo? Você sabe a diferença entre sucessão familiar e herança? Você se considera herdeiro(a) ou sucessor(a) da unidade de produção?

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PAIS

O RETORNO E A SUCESSÃO FAMILIAR

Nome:

Comunidade:

1. Como foi a sua chegada nesse lugar e há quanto tempo mora aqui?
2. O retorno da(o) filha(o) para a unidade de produção foi importante para a continuidade das atividades produtivas?
3. Na condição de pais, vocês consideram importante esse retorno dos(as) jovens para o campo?
4. O(a) filho(a) que retornou será o(a) sucessor(a) da unidade de produção? Sim () Não ()
5. Se sim, como foi essa construção?
6. Se não, em que momento isso ocorrerá?
7. Na sua opinião, qual é o momento mais adequado para que seu(a) filho(a) assuma a responsabilidade da unidade de produção?
8. Como é a divisão e o gerenciamento do trabalho na unidade de produção?
9. Como é a relação na gestão e como se constitui a divisão da renda com o(a) filho(a) que retornou?
10. Definido quem será o(a) sucessor(a) da unidade de produção, os(as) filhos(as) que saíram terão acesso à herança? Sim () Não () Ainda não pensei ()
11. Se sim, como isso ocorrerá?

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS(AS) JOVENS

JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O SEU RETORNO PARA O
CAMPO: A TRAJETÓRIA DE JOVENS DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ

Entrevista nº: _____ Data: _____

Coordenadas Geográficas: _____

Perfil geral dos(as) jovens rurais

1. Nome:
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Você retornou ao meio rural há quanto tempo? Há _____ anos.
4. Quantos anos você ficou fora? Há _____ anos.
5. Que idade você tinha quando saiu?
6. Que idade você tinha quando voltou?

Grupo familiar

1. Qual o número de pessoas que compõe a residência atual (domicílio)?
2. Das pessoas que compõe o grupo residencial atual, quantas da família trabalham na atividade rural?
3. Algum outro membro da família já deixou o meio rural? () Sim () Não
4. Se sim, quantos?

5. Qual o gênero dos(as) que saíram?
6. Com qual faixa etária saiu?
7. Para qual(is) cidade(s) foram?
8. Estão trabalhando em quais atividades?

Unidade de produção familiar e atividades produtivas

1. Qual a situação da unidade familiar? () Própria () Arrendada
2. Qual o tamanho da unidade de produção? _____ hectares
3. Como se constitui a mão-de-obra na unidade de produção: () Exclusivamente familiar () Predominantemente familiar
4. Quais atividades ou cultivos são desenvolvidos na unidade de produção?
5. Quais são para a venda? Onde são comercializados? Por meio de alguma Política Pública?
6. Com qual ou quais das atividades desenvolvidas se obtém a maior renda?
7. Você está satisfeito(a) com a renda obtida em sua unidade de produção atualmente? () Sim () Não
8. Se a resposta for negativa, o que poderia ser feito para melhorar a renda?

Projeto de vida do(a) jovem e as suas percepções sobre a agricultura familiar

1. Você tem seu projeto produtivo implementado? Ou trabalha dando continuidade às atividades produtivas dos pais?
2. Se houve o desenvolvimento de outro projeto produtivo para além dos pais, como ele foi organizado?
3. Caso você dê continuidade ao projeto produtivo dos pais, quais os desafios enfrentados?

4. Diante de uma ideia nova para a organização da unidade produtiva, como é a reação dos seus pais?
5. Como ocorre a gestão da unidade de produção?
6. Como ocorrem as tomadas de decisão? O que comprar e o que investir?
7. Como se organiza a “renda mensal” de cada um(a)?
8. Acontecem conversas/reuniões sobre a gestão da unidade de produção? Com que frequência?
9. As receitas da produção vão para uma conta conjunta, para a conta dos pais ou para a sua conta?
10. Quais atividades você desempenha na unidade de produção?
11. Quantas horas você trabalha por dia?

Acesso a políticas públicas

1. Ter acesso a Políticas Públicas como crédito, habitação, PNAE, entre outras, foi importante para a sua decisão de voltar ao campo?
2. Você entende que o meio rural está sendo bem atendido em todas as suas necessidades, pelas autoridades políticas? () Sim () Não
Por que? Como?
3. Existe alguma política específica que deveria ser implementada pelas autoridades políticas, especificamente para os(as) jovens, para que pudessem permanecer no meio rural? Qual ou quais?

O retorno e a sucessão familiar

1. O processo sucessório da unidade de produção já está definido? Como ocorreu esse processo?
2. Houve algum tipo de conflito entre os(as) irmãos(ãs) e o(a) jovem que retornou?

3. Tem outros(as) irmãos(ãs) que estão ou que gostariam de permanecer na Unidade de produção?
4. Você se preocupa sobre a divisão do patrimônio dos seus pais entre você e seus(as) irmãos(ãs)?